



DESENREDO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade
de Passo Fundo

DESENREDO



Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade de Passo Fundo

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

CONSELHO EDITORIAL

Bernadete Maria Dalmolin

Reitora

Edison Alencar Casagrande

Vice-Reitor de Graduação

Antônio Thomé

Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Rogério da Silva

Vice-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Cristiano Roberto Cervi

Vice-Reitor Administrativo

Patrícia da Silva Valério

Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



Editores

Glauco Ludwig Araujo

Ivan Penteado Dourado

Revisão

Ana Paula Pertile

Cristina Azevedo da Silva

Daniela Cardoso

Programação visual

Rubia Bedin Rizzi

Sirlete Regina da Silva

Suporte Técnico

Carlos Gabriel Scheleder

Jeferson Cunha Lorenz

Luis A. Hofmann Jr.

Produção da Capa

COMISSÃO EDITORIAL

Francisco Fianco (UPF)

Luciana Maria Crestani (UPF)

Miguel Rettenmaier (UPF)

Patrícia da Silva Valério (UPF)

Rejane Pivetta de Oliveira (UPF)

Ana Zandwais (Ufrgs)

Antônio Dimas (USP)

Benjamin Abdala Júnior (USP)

Carla Viana Coscarelli (UFMG)

Cláudia Toldo (UPF)

Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (Unesp/Assis/SP)

Cristina Mello (Universidade de Coimbra – Portugal)

Eloy Martos Nuñez (Universidade de Extremadura - Espanha)

Ernani Cesar de Freitas (UPF)

Fabiane Verardi Burlamaque (UPF)

Flávio Martins Carneiro (UERJ)

Hardarik Blühdorn (IDS – Mannheim - Alemanha)

José Luis Jobim (Uerj/UFF)

José Luis Fiorin (USP)

Leci Barbisan (PUCRS)

Márcia H. S. Barbosa (UPF)

Marisa Lajolo (Unicamp)

Max Bullen (Université de Cergy-Pontoise - França)

Michel Francard (Université de Louvain - Bélgica)

Miguel Rettenmaier da Silva (UPF)

Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)

Regina Zilberman (Ufrgs)

Valdir Flores (Ufrgs)

Organizadoras do número

Patrícia da Silva Valério

Rejane Pivetta de Oliveira

Editoras

Patrícia da Silva Valério

Rejane Pivetta de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Desenredo : Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras /
Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras. – Vol. 1, n. 1
(2005). – Passo Fundo : Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.-

Semestral: 2005-2016. Quadrimestral: 2017-
ISSN 1808-656X (on-line).

1. Linguística – Periódico. 2. Letras – Periódico. I. Universidade
de Passo Fundo. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Letras.

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

Desenredo - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo é uma publicação temática e de periodicidade semestral da Universidade de Passo Fundo (UPF)

© Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida desde que citada a fonte.



EDITORA

Campus I, BR 285 - Km 292,7
Bairro São José – Fone: (54) 3316-8374
CEP 99052-900
Passo Fundo - RS - Brasil
Home-page: www.upf.br/editora
E-mail: editora@upf.br

Sumário

Editorial.....	203
A escrita criativa nos cursos de pós-graduação <i>strictu sensu</i> das universidades brasileiras.....	207
Creative writing in stricto sensu postgraduate courses in brazilian universities <i>Marcelo Spalding, Luiz Antonio de Assis Brasil e Silva</i>	
O Zé Povinho nas trincheiras: epopeia e anedota no memorialismo da Grande Guerra.....	221
Zé Povinho in the trenches: epic and anecdote in Great War memoirs <i>Paulo Alexandre Cardoso Pereira</i>	
A semântica argumentativa como base para análise de redações de vestibular.....	235
La Semántica Argumentativa como base para el análisis de redacciones de vestibular <i>Cristiane Dall' Cortivo-Lebler, Cristiano Sandim Paschoal</i>	
Escrita acadêmica: a resenha como produto de retextualização.....	255
Academic writing: the review as product of retextualization <i>Anne Carolline Dias Rocha Prado, Márcia Helena de Melo Pereira</i>	
Histórias (in)visíveis: o medo pelo outro como um ato responsável.....	274
(In)visible stories: the fear of the other as a responsible act <i>Ana Beatriz Ferreira Dias, Valdemir Miotello</i>	
“O mundo não pode ser dividido em coxinhas e petralhas”: a construção de posicionamentos em torno do <i>impeachment</i>	298
“The world can not be divided between coxinhas and petralhas”: the construction of positioning around impeachment <i>Bruno Deusdará, Paula Gesteira</i>	
Os Tambores Silenciosos: a tríplice mimese, a relação autor/texto/leitor, ficção e a realidade no jogo da intriga literária	317
The Silent Drums: the triple mimesis, the relation author / text / reader, fiction and reality in the game of literary intrigue <i>Eliane Davila dos Santos, Juracy Ignez Assmann Saraiva, Ernani Cesar de Freitas</i>	

Bakhtin e/com Pêcheux? Pressupostos de trabalho em linguística aplicada....	332
Bakhtin and/with Pêcheux? Conditions for work in applied linguistics	
<i>Maria Marta Furlanetto</i>	
Diretrizes para autores.....	352

Editorial

Apresentamos mais uma edição da *Desenredo*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo.

Esta edição reúne oito artigos de pesquisadores vinculados a dez diferentes instituições: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade de Aveiro, Portugal, Universidade de Santa Cruz (Unisc), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Feevale, Universidade de Passo Fundo (UPF) e Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

Os artigos versam sobre temáticas diversificadas, tais como: escrita criativa, escrita acadêmica, literatura portuguesa, semântica argumentativa na análise de redações de vestibulandos, relação entre estudos bakhtinianos e a justiça restaurativa, análise do discurso para compreender o momento político do Brasil, análise do discurso e o texto literário e análise do discurso *versus* teoria dialógica de Bakhtin.

O primeiro artigo, *A escrita criativa nos cursos de pós-graduação strictu sensu das universidades brasileiras*, de Marcelo Spalding Perez e Luiz Antonio de Assis Brasil e Silva, propôs-se a investigar a demanda brasileira por cursos e livros de escrita criativa na última década. Para tanto, foram analisados 28 programas de pós-graduação com nota acima de 5 na Avaliação Quadrienal 2017 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e foi realizada busca de títulos com o emprego da expressão “escrita criativa” no Banco de Teses e Dissertações da Capes. O trabalho aponta para pouca presença da “escrita criativa” e/ou de “oficinas de criação” nas linhas de pesquisa ou áreas de concentração de cursos de pós-graduação no Brasil, dado que, para os autores, pode estar relacionado com a persistente crença de que a escrita é um dom restrito a gênios iluminados.

No segundo artigo, *O Zé Povinho nas trincheiras: epopeia e anedota no memorialismo da Grande Guerra*, o pesquisador português Paulo Alexandre Cardoso Pereira parte de uma leitura panorâmica de textos de memorialistas portugueses da Grande Guerra (Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Pina de Moraes, Albino Forjaz de Sampaio e André Brun) para examinar algumas estratégias de reencenação narrativa da memória pós-traumática, com destaque para o efeito de dissonância estilística

que neles se detecta entre um registro épico-celebratório e uma miniloquência de tom elegíaco ou burlesco.

A *semântica argumentativa como base para análise de redações de vestibular*, de Cristiane Dall' Cortivo-Lebler e Cristiano Sandim Paschoal, é o terceiro artigo a integrar este número. O texto, fundamentado na Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Oswald Ducrot e seus colaboradores, visa analisar como se constrói a argumentação em 40 redações produzidas por vestibulandos de uma universidade do Rio Grande do Sul. A análise destaca a importância do uso de conectores linguísticos para um bom desempenho textual e aponta para a necessidade de uma melhor aproximação entre teoria linguística e ensino para maior entendimento de aspectos que circundam o universo textual.

O quarto artigo é *Escrita acadêmica: a resenha como produto de retextualização*, de Anne Carolline Dias Rocha Prado e Márcia Helena de Melo Pereira. As autoras apresentam, com base em Marcuschi e Matencio, a retextualização como um processo de transformação de um texto em outro, ação que envolve aspectos linguísticos, textuais, discursivos e cognitivos. Para tanto, descrevem as operações textuais e discursivas envolvidas no processo de retextualização de um curta-metragem para a escrita de uma resenha acadêmica produzida por uma dupla de estudantes universitários. A análise da resenha sobre o curta metragem *Vida Maria* revela que a dupla fez uso de alguns mecanismos enunciativos para atribuir ao texto-base a co-participação em sua retextualização, demonstrando um *saber fazer* e um *saber dizer*.

O quinto artigo, *Histórias (in)visíveis: o medo pelo outro como um ato responsável*, de Ana Beatriz Ferreira Dias e Valdemir Miotello, analisa o uso da linguagem – em prática de justiça restaurativa – de sujeitos envolvidos direta e/ou indiretamente em uma situação de conflito em que houve prática de ato infracional. A partir dos estudos sobre interação, oriundos do Círculo de Bakhtin, os autores analisam uma gravação em áudio e vídeo de um círculo restaurativo presente no acervo do projeto gaúcho Justiça para o Século 21. O estudo mostra a importância do círculo restaurativo como um espaço de fala que sugere certa abertura para circulação de vozes historicamente rechaçadas do sistema oficial de justiça.

O sexto artigo, “*O mundo não pode ser dividido em coxinhas e petralhas*”: a construção de posicionamentos em torno do *impeachment*, de Bruno Deusdará e Paula Gesteira, analisa a construção de posicionamentos discursivos diversos no debate em torno de um evento recente da história republicana brasileira, o processo de *impeachment* de 2016. Com o intuito de fornecer uma contribuição linguística à leitura desse processo, os autores recorrem à análise do discurso de base enunciativa para examinar dois artigos de opinião publicados em veículo de grande circulação no país, antes da votação final do *impeachment* pelo Senado Federal. As análises

apontam para a coexistência de diferentes linhas que constituem os posicionamentos em jogo, indicando modos distintos de se apropriar dos dispositivos que compõem e integram os posicionamentos em embate: por um lado, perspectivas que promovem diálogo entre diferentes pontos de vista e, por outro, oposições unilaterais.

O sétimo artigo é *Os tambores silenciosos: a tríplice mimese, a relação autor/texto/leitor, ficção e a realidade no jogo da intriga literária*. Neste texto, Eliane Davila dos Santos, Juracy Assmann Saraiva e Ernani Cesar de Freitas abordam o interesse de filósofos pela temática da literatura. Analisam a obra *Os tambores silenciosos*, de Josué Guimarães, com apoio na perspectiva da tríplice mimese de Paul Ricoeur (1994) e nos postulados de Wolfgang Iser (2007), e percebem que a representação mimética na obra em análise denuncia, por meio da narrativa, fatos históricos brasileiros, ligando-os à realidade do leitor.

Por fim, o oitavo artigo, *Bakhtin e/com Pêcheux? Pressupostos de trabalho em linguística aplicada*, de Maria Marta Furlanetto, põe em diálogo duas perspectivas teóricas: a teoria dialógica de Bakhtin e a análise de discurso de filiação francesa a fim de argumentar sobre a importância da definição de categorias em áreas de prática de linguagem para melhor compreender a especificidade de cada teoria e identificar proximidades e distanciamentos. Destaca, ainda, a potência do cruzamento dos diversos campos para a linguística aplicada, cuja atuação ultrapassa o conhecimento disciplinar.

Agradecemos aos autores que escolheram a *Revista Desenredo* para socializar os produtos de suas pesquisas e esperamos que os textos desta edição sigam produzindo reflexões e inspirando novos leitores.

A todos, desejamos excelente leitura.

Patrícia da Silva Valério
Editora da *Revista Desenredo*

A escrita criativa nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* das universidades brasileiras

Marcelo Spalding Perez*

Luiz Antonio de Assis Brasil e Silva**

Resumo

Temos visto no Brasil uma demanda crescente por cursos e livros de escrita criativa na última década. Resta, porém, investigar se essa demanda crescente se reflete em maior presença nas universidades brasileiras, especificamente nos cursos de pós-graduação *strictu sensu*, nos quais se dá a maior parte da pesquisa e da produção de conhecimento no Brasil. Para tal pesquisa, foram analisados 28 programas de pós-graduação com nota acima de 5 na Avaliação Quadrienal 2017 da Capes. Também se buscou no Banco de Teses e Dissertações da Capes trabalhos em que a expressão “escrita criativa” aparecesse no título. Ao final, a hipótese inicial de crescimento da presença formal nos cursos de pós-graduação no Brasil foi frustrada, o que pode estar relacionado com a persistente crença de que a escrita é um dom restrito a gênio iluminados.

Palavras-chave: Escrita criativa. Ensino de escrita criativa. Escrita criativa nas universidades brasileiras.

O ensino de escrita criativa no Brasil

Poderíamos dizer que a discussão sobre oficinas de escrita criativa – e por extensão sobre cursos universitários de escrita criativa – já passou da primeira fase no Brasil, quando se questionava a possibilidade de alguém aprender algo tão “intuitivo” quanto escrever um bom texto literário ou as oficinas eram acusadas de padronizar os textos dos opinando. Segundo Assis Brasil (2015, p. 105), tal desconfiança gerou uma série de equívocos e inclusive atrasou a implementação dos *literary workshops* de estilo norte-americano no país, entretanto “a geração de escritores que começou

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-doutorando da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: marcelospalding@gmail.com

** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / PUCRS. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: laab@puers.br

Data de submissão: jan. 2018 – Data de aceite: jun. 2018

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v14i2.7864>

a publicar a partir dos anos 2000 tem outra postura, bem mais aberta e disponível a experiências, e dispensa, de bom grado, a ideia de luta e sofrimento”. Ainda segundo o professor,

[...] o que melhor evidencia esse fenômeno de ultrapassagem é o fato evidente de que a maioria desses novos autores originou-se das oficinas literárias – tal como acontece nos Estados Unidos já desde a década de sessenta do século anterior, dos quais o nome emblemático é Raymond Carver – e não poucos tornam-se, eles mesmos, ministrantes de oficinas (ASSIS BRASIL, 2015, p. 105).

Assim, desde a última década, os cursos de escrita criativa no país têm tido uma demanda expressiva e sempre maior a cada ano, chegando a disciplinas de graduação e formação integral de mestrado e doutorado, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (ASSIS BRASIL, 2015). Também encontramos artigos e notícias de jornal dos últimos anos que abordam o crescimento da disciplina na academia.

A reportagem “Universidades integram oficinas de escrita criativa ao currículo”, publicada no Terra em 2012, aborda especificamente “cursos de graduação, extensão e qualificação profissional voltados à capacitação de quem se interessa pelo processo de construção, interpretação e avaliação de uma obra literária”. A reportagem faz um histórico das oficinas nos Estados Unidos, men-

ciona uma antiga experiência de Ciro dos Anjos, de 1962, na Universidade de Brasília, debate ainda a possibilidade de se escrever melhor a partir de uma Oficina Literária e menciona a Oficina de Criação Literária da PUCRS como marco no país. Ao final, faz menção a um bacharelado em Letras com habilitação em Produção Textual, curso oferecido pela PUC-Rio desde 2004:

No currículo, são combinados os conhecimentos básicos do curso de Letras, como Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, a uma série de oficinas sob o formato de disciplinas opcionais, divididas em gêneros literários (poesia, roteiro, dramaturgia) e não literários (lexicografia, texto institucional e texto editorial). “A ideia é que o aluno faça seu próprio recorte dentro das ofertas”, explica Paulo Henrique Britto, professor e supervisor da habilitação. Britto, que também é escritor e tradutor literário, conta que, além dos professores da universidade, as aulas são ministradas também por profissionais de cada ramo. “Pretendemos contratar escritores que, durante um semestre, possam ministrar a oficina voltada especificamente para o trabalho dele, como romancistas, poetas e roteiristas”, afirma (TERRA, 2012).

Em Pernambuco, a reportagem “A ainda tímida relação entre cursos de Letras e a escrita criativa”, publicada em 2014 por Diogo Guedes, defende que “mesmo com crescimento de graduação

e pós em áreas de criação literária, a academia ainda pode se beneficiar com proximidade das técnicas de escrita”. A partir de uma entrevista com Raimundo Carrero, apontado como um dos pioneiros entre os professores de escrita literária, a reportagem atribui à resistência dos Departamentos de Letras o descompasso entre o que acontece no Brasil e nos Estados Unidos, faz menção a cursos de especialização na área em São Paulo e Rio de Janeiro e lamenta a resistência da própria UFPE:

Cursos como a formação em Produção Textual, pela PUC-Rio, ou a pós-graduação em Formação de Escritores do ISE Vera Cruz, em São Paulo, são uma realidade para quem quiser se dedicar ao ofício da escrita. Apesar disso, ainda não chegaram aos Departamentos de Letras da maioria das universidades públicas, e em alguns nem mesmo como parte do curso. A UFPE, por exemplo, tem prevista na sua ementa uma cadeira de Criação Literária, mas sem incluir produção de textos (GUEDES, 2014).

Também a reportagem *Estímulo à criação ainda precisa evoluir*, reproduzida pelo site da UFPE, aborda frontalmente a questão da escrita criativa nas universidades pernambucanas. Com a linha de apoio “Barreiras no pensamento acadêmico e a falta de pesquisas na área travam o avanço do ensino da escrita criativa nos cursos de Letras das universidades brasileiras”, a matéria entrevista o professor do departamento de Letras da UFPE Lourival Holanda, que critica o receio de incentivar a produção de textos dentro dos cursos e ressalta o crescimento da escrita criativa em todo

o país: “mesmo a Pós-Graduação em Letras da UFPE já teve trabalhos defendidos na área. Lourival aponta como exemplo local o trabalho de Carlos Newton Jr., que romanceou o mundo armorial na sua tese de doutorado, mas ressalta que é um caso raro” (UFPE, 2017, sem paginação).

Também de 2014 é a reportagem *Cursos de pós-graduação prometem formar escritores*, do Estado de S. Paulo. A matéria de Marcelo Lima aborda o curso de Formação de Escritores do Instituto de Ensino Superior Vera Cruz. Segundo Lima (2014), ao entrar na pós, o escritor deve escolher uma área de concentração – ficção, não ficção ou poesia –, e a partir de 2015 poderia optar também pela especialização em professor de criação literária, dedicada aos escritores que também desejam ensinar o ofício.

No Rio Grande do Sul, por ocasião do lançamento do curso superior de tecnologia em Escrita Criativa, a Zero Hora publicou em 2015 uma matéria abordando o pioneirismo da PUCRS na oferta de cursos acadêmicos na área. A reportagem de Juliana Forner explica a diferença entre o curso de Letras e o de Escrita Criativa, trazendo depoimento de professores e estudantes da instituição e retomando a história da Oficina de Criação Literária da PUCRS, além de listar alguns programas de instituições nos Estados Unidos e na Inglaterra que oferecem o curso.

Não menos revelador da crescente demanda pelo tema é o surgimento de

diversos livros brasileiros sobre o tema, como *Escreva: guia de escrita criativa* (2015), de Jane Tutikian e Pedro Gonzaga, *Criação literária: da ideia ao texto* (2015), de José Carlos Laitano, *Oficina de escrita criativa* (2013), de Solimar Silva, *A poética do conto* (2013), de Charles Kiefer, *Escrita criativa: o prazer da linguagem* (2008), de Renata di Nizo, e *A oficina do escritor: sobre ler, escrever e publicar* (2008), de Nelson de Oliveira, além de obras traduzidas como *Romancista como vocação* (2017), de Haruki Murakami, *Sobre a escrita* (2015), de Stephen King, *Palavra por palavra: instruções sobre escrever e viver* (2011), de Anne Lamott, *A arte da ficção* (2009), de David Lodge, *A louca da casa* (2008), de Rosa Montero, ou *Cartas a um jovem escritor* (2006), de Mario Vargas Llosa.

Resta, porém, investigar se essa demanda crescente por cursos de escrita criativa se reflete em maior presença nas universidades brasileiras, especificamente nos cursos de pós-graduação *strictu sensu*, aos quais se liga a maior

parte da pesquisa e da produção de conhecimento no Brasil.

Metodologia

Para fins de seleção da amostra, utilizamos tabela disponibilizada pela própria Capes¹ com o seguinte filtro: Área de Avaliação: Letras/Linguística; Nota do Curso na Avaliação Quadrienal 2017: 5, 6 ou 7; Modalidade: Acadêmico.

A partir daí, foram excluídos os programas cuja Área Básica fosse “linguística” e o Programa trouxesse apenas o termo “estudos da tradução” ou “linguística”. Nos casos em que havia “linguística” e outro termo, como na PUCRS, acessamos as Áreas de Concentração e excluímos aqueles em que essas eram apenas de linguística e ensino de língua portuguesa. Optou-se por manter os cursos em cujo Programa conste “Linguística Aplicada”. Chegamos, assim, aos 28 programas listados a seguir (por ordem de Nota do Curso e Ordem Alfabética da Instituição de Ensino) que compõem o *corpus* dessa pesquisa:

Quadro 1 – Relação de programas de Pós-Graduação em Letras com conceito acima de 5 que constituem o *corpus* da pesquisa

Programa	Instituição de Ensino	Área de Avaliação	Área Básica	M	D
LINGÜÍSTICA E LETRAS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LINGÜÍSTICA	7	7
TEORIA E HISTÓRIA LITERÁRIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	7	7
ESTUDOS LITERÁRIOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	7	7
LETRAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	7	7
ESTUDOS LITERÁRIOS	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	6	6
LETRAS	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/SJR. PRETO	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	6	6
LETRAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	6	6
LETRAS (LETRAS VERNÁCULAS)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	6	6
Estudos de Literatura	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	6	6
LETRAS	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	6	6
LETRAS	Fundação Universidade de Passo Fundo	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	5	5
LETRAS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LITERATURA BRASILEIRA	5	5
LÍNGUA PORTUGUESA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5
LINGÜÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LINGÜÍSTICA APLICADA	5	5
LITERATURA, CULTURA E CONTEMPORANEIDADE	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	5	5
LETRAS	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LINGÜÍSTICA APLICADA	5	5
LITERATURA	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	5	5
LETRAS (TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA)	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	LETRAS / LINGÜÍSTICA	TEORIA LITERARIA	5	5
LETRAS	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	5	5
LINGÜÍSTICA APLICADA	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LINGÜÍSTICA APLICADA	5	5
LETRAS	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ASSIS	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	5	5
Letras	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	LETRAS / LINGÜÍSTICA	Letras	5	5
LITERATURA E CULTURA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	5	5
LETRAS E LINGÜÍSTICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS E LINGÜÍSTICA	5	5
LITERATURA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	5	5
LETRAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS	5	5
LETRAS: LINGÜÍSTICA E TEORIA LITERÁRIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	LETRAS / LINGÜÍSTICA	LETRAS: LINGÜÍSTICA E TEORIA LITERÁRIA	5	5
LETRAS (CIÊNCIA DA LITERATURA)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	LETRAS / LINGÜÍSTICA	TEORIA LITERARIA	5	5

Fonte: Capes.

A escrita criativa como área de concentração, linha de pesquisa ou disciplina

Iniciou-se esta pesquisa buscando que instituições que tivessem linhas de pesquisa ou áreas de concentração com os termos “escrita criativa”, “criação literária”, “oficina”, “formação de escritores” ou “produção textual” em seu título nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* supra listados.

A Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), já reconhecida pelo seu pioneirismo no tema (ASSIS BRASIL, 2015), foi a única que apresentou o termo “Escrita Criativa” como área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Letras, ao lado das áreas de Linguística e Teoria da Literatura.

A área de ESCRITA CRIATIVA, com ênfase interdisciplinar, tem uma linha de pesquisa específica: Leitura, Criação e Sistema Literário. Investiga a gênese de textos literários e não literários, sua relação com outras linguagens, a inclusão do escritor no sistema literário, apoiada em teorias críticas da literatura e em documentos de escritores sobre o processo de criação. Seu foco volta-se à criação literária e seus fundamentos estéticos, à crítica genética, às relações entre literaturas e outras mídias, produção de roteiros teatrais e filmicos e criação de textos não literários. Os acervos literários e documentais do DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural – estão à disposição para investigação e aulas *in loco* sobre o processo criativo dos escritores através do manuseio e da análise dos manuscritos, correspondências, fotografias e anotações registradas em livros e outros materiais que integram o Espaço (PUCRS, 2017, sem paginação)

Duas linhas de pesquisa estão relacionadas à Escrita Criativa no site da instituição, “Fundamentos Linguístico-Literários da Linguagem” (esta compartilhada com a área de Teoria da Literatura) e “Leitura, Criação e Sistema Literário”. Essa segunda linha de pesquisa é exclusiva da Escrita Criativa e “agrupa os projetos que discutem a gênese de textos literários e não literários, sua relação com outras linguagens, bem como a inclusão da figura do escritor no sistema literário, apoiada em teorias críticas da literatura e em documentos de escritores sobre o processo de criação”².

Além da PUCRS, apenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) há outra recorrência dos termos pesquisados, dessa vez como linha de pesquisa, não como área de concentração. Trata-se da linha de pesquisa “Estudos literários aplicados: Literatura, Ensino e Escrita criativa”, uma das cinco linhas da área de concentração Estudos de Literatura. Na própria ementa da linha, porém, notamos que a escrita criativa está junto com outros temas bastante diversos, como ensino de literatura, representação da leitura, literatura contemporânea e crítica genética:

Ensino e difusão da literatura no plano da escola e da sociedade, considerando a formação do leitor. Representações da leitura. Literatura contemporânea em suas diversas manifestações. Proposta de novas práticas discursivas no âmbito da oralidade e da escrita. Processo de criação em diferentes dimensões, tanto no sentido da produção de uma obra ficcional própria quanto no sentido do estudo do processo de criação de outro autor. Tal estudo pode se dar a partir de documentos de processo (crítica genética), a partir da obra publicada, a partir de correspondências e de entrevistas.³

Ainda segundo o próprio site da instituição, há apenas duas disciplinas específicas nesta linha de estudo, “Estudos de Literatura contemporânea” e “Teorias do processo criativo”, e nenhuma obrigatória. Não há ementa delas no site, mas chama a atenção que é a linha de pesquisa com menor número de disciplinas específicas a ela vinculadas.⁴

Ampliando um pouco os critérios, buscou-se identificar outros programas que possam estar trabalhando com a escrita criativa, mesmo sem usar o termo em uma área de concentração ou linha de pesquisa, e assim chegou-se a outros seis programas.

No Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFMG, dentre as 7 linhas de pesquisa encontra-se uma chamada “Edição e recepção de textos literários”, que trabalha com o “estudo do texto literário e de sua recepção, do ponto de vista de sua gênese, da preparação de originais, edições, paratextos, comentários, críticas e interpretações”.⁵ Embora não tenha as palavras-chave estipuladas, menciona gênese do texto literário, preparação de originais e edição, atividades mais voltadas à escrita e produção editorial do que à análise literária. As disciplinas listadas, porém, seguem o padrão mais tradicional e não mencionam palavras-chave como “produção”, “escrita”, “gênese”, “recepção”, “originais” ou “criativa”, nem se buscam separadamente.⁶

Na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais também encontramos uma linha de pesquisa que permitiria o trabalho com a escrita criativa dentro da área de concentração Literaturas

de Língua Portuguesa: “Texto, gênese e memória”. A linha é descrita como “estudo de textos das literaturas de língua portuguesa e sua **gênese**, com vistas à crítica textual, à **produção de edições**, sua recepção crítica e ficcional e sua recuperação para a historiografia literária” [grifos nossos].⁷

Observando as disciplinas indicadas para o segundo semestre de 2017, como uma das optativas há a disciplina “Dimensões do poético – ler e fazer”, que traz em sua ementa: “Leitura, análise e interpretação de contos e poemas. Estratégias de produção de um texto, a partir da recepção. O escritor e seus processos criativos. Cena literária contemporânea: fronteiras da criação.”⁸ Inclusive na bibliografia indicada está o livro “A escrita criativa: pensar e escrever literatura”, editado pela EDIPUCRS.⁹

Também na Pontifícia Universidade Católica, desta vez no Rio de Janeiro, dentro da área de concentração Literatura, Cultura e Contemporaneidade há uma linha de pesquisa chamada “Novos cenários da escrita”.

A Linha de Pesquisa reúne investigações voltadas para a noção sedimentada de escrita, entendendo-a não apenas no âmbito textual, mas também nas dimensões visual, plástica, tátil e auditiva, tanto no interior de um sistema artístico, quanto de um sistema de práticas sociais específicas. Seu foco destaca experiências-limite e/ou transversais que resistem aos processos significativos instituídos, interrogando as práticas tradicionais de interpretação e de comunicação. Desse modo, essa noção de escrita vem acentuar a potência performativa da experiência estética ao privilegiar uma visão não dicotômica entre corpo e sentido, fundo e superfície, força e forma.¹⁰

Embora trabalhando com um conceito de escrita mais amplo, que abre espaço para a intertextualidade e a aproximação com outras artes e áreas do conhecimento, na relação de disciplinas do programa há disciplinas como “Novos suportes da escrita”, “A ‘escrita de si’ na comunicação literária”, “Escrita artística e produção de pensamento”, “Escrita e cultura contemporânea”, “Tópicos em teorias do texto e da escrita” e “Literatura e política: a performance intelectual do escritor na modernidade”.

Segundo a ementa, a disciplina “A ‘escrita em si’ na comunicação literária” trabalha com “discursos autobiográficos e autoficcionais contemporâneos. Novos repertórios literários e teóricos de escritas de si. (...) Histórias de literatura no limiar entre escrita de memória, biografia, autobiografia, ficção e autoficção. Experimentos autobiograficcionais”. E a disciplina “Escrita e cultura contemporânea” aborda “(...) a produção de diferentes escritas conectadas em rede. Os questionamentos e transformações do conceito de escrita”.¹¹

No Programa de Pós-Graduação em Literatura da UnB há a linha de pesquisa “Textualidades: da leitura à escrita”, cujo objetivo é o “estudo teórico das condições plurissignificativas de textos literários. Da gênese textual à recepção contextualizada. Entrelaçamento entre o tecido textual e as diferentes práticas de leituras”.¹² Entre as disciplinas atuais ou antigas do curso, encontramos disciplinas como “Escritas de Si”, “Políticas da Escrita” e “Leitura e Escrita”. A ementa

desta última, pela sua amplitude, permitiria um trabalho com escrita criativa: “Estudo aprofundado de uma ou de ambas as práticas culturais produtoras de sentido, a partir de um ou mais dos seguintes eixos: conceitual, sócio-político e pedagógico. Estudo das relações entre a história da imprensa escrita e os diferentes modos de leitura”.¹³

No Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF, conhecida nacionalmente por organizar a Jornada de Literatura de Passo Fundo, que rendeu à cidade o título de Capital Nacional da Literatura (SENADO, 2005), há uma linha de pesquisa com foco na produção do texto literário, “Produção e recepção do texto literário”:

Estudo das condições de produção e recepção do texto literário, focalizando o processo de criação e de interpretação da obra literária e examinando a atividade da crítica literária nesse sistema. Considera o conceito de instituição literária postulado por Julia Kristeva, em que se destacam dois aspectos: o da própria literatura, a prática da escrita e o fato de esta inserir-se num código que consiste em transpor, a partir de certo número de imposições, uma experiência imaginária ou real; e aquele configurado pelas margens da prática literária, como as revistas, os júris, a academia, tudo o que consagra a experiência literária e lhe dá uma possibilidade de chegar ao público.¹⁴

Observando os projetos de pesquisa ligados à linha, porém, não encontramos nos títulos nem nas descrições os termos “escrita criativa”, “produção”, “criação”, ficando o estudo ainda mais restrito aos processos de produção do que à produção ou à escrita em si.

No programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UNESP – Campus de Araraquara, dentro da linha de pesquisa “Teorias e Crítica do Drama” está previsto “estudo **dos procedimentos de produção textual** e cênica a partir da teoria teatral e de concepções estéticas variadas” [grifo nosso], mas restrito a textos do gênero drama. As linhas de pesquisa “Teoria e Crítica da Narrativa” e “Teoria e Crítica da Poesia” não trazem a palavra “produção” na sua ementa, apenas o “estudo de teorias”.¹⁵

Teses e dissertações sobre escrita criativa

Outro indicador possível para se mapear a presença da Escrita Criativa nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* brasileiros é o Banco de Teses e Dissertações da CAPES.¹⁶ Ao fazer uma busca pelo termo “escrita criativa”, retornou 156 resultados.

Figura 1 – Tela do Banco de Teses e Dissertações da CAPES



Basta uma olhada mais atenta aos títulos e programas, porém, para repararmos que nem todos os trabalhos são de fato da escrita criativa, misturando-se com trabalhos de análise, teoria, etc. Desta forma, buscamos trabalhos em que a expressão “escrita criativa” aparecesse nos títulos, identificando nove trabalhos (reproduzimos na ordem e no formato que apareceu na plataforma):

Flandoli, Beatriz Rosália Gomes Xavier. A escrita criativa do ensino fundamental: uma interlocução possível’ 01/09/2003 191 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, CAMPO GRANDE Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMS

SIQUEIRA, YAN PATRICK BRANDEMBURG. Oficina literária de escrita criativa’ 16/03/2016 128 f. Mestrado em LETRAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Ufes

Azevedo, Cristiane dos Santos. Escrita criativa em sala de aula do EJA - efeitos sobre a produção textual dos alunos’ 01/09/2007 167 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, PELOTAS Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial das Ciências Sociais

PEIXOTO, SOLANGE ESTER LIMA. LITERATURA INFANTO-JUVENIL NO ENSINO FUNDAMENTAL: Releitura e Escrita Criativa de Contos’ 28/04/2014 146 f. Mestrado em LINGÜÍSTICA APLICADA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, Taubaté Biblioteca Depositária: Depto. Ciências Sociais e Letras

JUNQUEIRA, PATRICIA CORREA. Processos Interacionais: da leitura à escrita criativa’ 14/09/2015 113 f. Mestrado em EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, Anápolis Biblioteca Depositária: Câmpus Anápolis CSEH

Gazola, Naulise Castro Alves. Escrita Criativa e Devaneios: Cartas de Kafka e Caio F.’ 01/05/2012 83 f. Mestrado em LETRAS Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca Romeu Ritter dos Reis

MANTOVANI, FATIMA APARECIDA. LEITURA E ESCRITA CRIATIVA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL’ 16/11/2016 224 f. Mestrado Profissional em LETRAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, Natal Biblioteca Depositária: UENP

Angelo, Darlene Vianna Gaudio. A erótica da narrativa: a escrita criativa de Ana Maria Machado’ 01/03/2004 161 f. Mestrado em LETRAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA Biblioteca Depositária: Biblioteca do PPGL/MEL e Biblioteca Central

BOTELHO, ANDRÉA PACETTA DE ARUDA. Tramas que sustentam transformações: escrita criativa e autodesenvolvimento como aliados na construção de perfis e histórias de vida em jornalismo literário’ 01/05/2004 396 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP

Chama a atenção que não há nenhum trabalho das instituições citadas anteriormente neste artigo, o que revela, evidentemente, que nem todos os trabalhos sobre escrita criativa colocam o termo no título, motivo pelo qual não foram considerados nessa busca. É salutar, porém, observar que o termo e o tema têm surgido eventualmente em diferentes instituições e diferentes momentos.

Os nove trabalhos aqui listados são de oito instituições diferentes (apenas a Universidade Federal do Espírito Santo tem dois trabalhos), compreendendo instituições do Nordeste, Centro, Sudeste e Sul; privadas, estaduais e federais. Em relação ao ano dos trabalhos, o primeiro listado é de 2003 e os dois mais recentes de 2016, sendo que também foram dois trabalhos listados como de 2004. Apenas um trabalho é de Doutorado (de 2004, da USP), os demais são de Mestrado.

Chama a atenção, ainda, o potencial interdisciplinar do tema: dois trabalhos são de programas da Educação, um da Comunicação, um da Linguística Aplicada, quatro da Letras e um de um programa interdisciplinar.

Considerações finais

Por mais frustrante que seja, um pesquisador precisa reconhecer quando sua hipótese inicial de trabalho não foi confirmada, e parece claramente o caso desta pesquisa. Iniciamos afirmando que a discussão sobre oficinas de escrita criativa – e por extensão sobre cursos universitários de escrita criativa – já passara da primeira fase no Brasil, quando se questionava a possibilidade de alguém aprender algo tão “intuitivo” quanto escrever um bom texto literário. Mas avaliando os resultados da nossa pesquisa sobre a presença da escrita criativa nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* das universidades brasileiras, parece que ainda há, sim, dificuldade em entender a criação literária como

um processo passível de ser pesquisado, ensinado e aprendido.

Apenas um dos 28 programas de pós-graduação analisados têm uma área de concentração em Escrita Criativa (PU-CRS), e apenas mais um tem uma linha de pesquisa com o termo no seu título (UFRGS). O curioso é que nem o termo “produção textual” aparece nos títulos das áreas de concentração ou linhas de pesquisa, o que pode indicar não uma dificuldade de se trabalhar com a escrita criativa nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* no Brasil, e sim uma dificuldade de se trabalhar com a escrita como um todo.

Parte dessa dificuldade pode estar relacionada com a persistente crença de que a escrita é um dom restrito a gênio iluminados. Os próprios escritores contemporâneos por vezes alimentam essa visão romântica. Stephen King, em *Sobre a Escrita*, aborda frontalmente o tema das oficinas de escrita criativa, partindo de um romance, *Oriente, Oriente*, para ironizar especificamente os retiros de *creative writing*, comuns nos Estados Unidos. Adiante, o escritor admite “certo preconceito”, fundamentando sua crítica às oficinas com sua experiência pessoal: “uma das poucas vezes em que sofri um sério bloqueio criativo foi durante meu último ano na Universidade do Maine, quando fiz não um, mas dois cursos de escrita criativa (o primeiro foi o seminário em que conheci minha mulher, então não dá para dizer que foi tempo perdido)” (2015, p. 199). Por fim, o autor conclui:

Você não precisa de cursos ou seminários de escrita mais do que precisa deste livro ou de qualquer outro sobre o assunto. Faulkner aprendeu seu ofício enquanto trabalhava na agência de correio de Oxford, Mississippi. Outros escritores aprenderam o básico enquanto serviam na Marinha, trabalhavam em siderúrgicas ou passavam uma temporada nos melhores hotéis com janelas de grade dos Estados Unidos. Eu aprendi a parte mais valiosa (e comercial) de meu trabalho enquanto lavava lençóis de motel e toalhas de mesa na lavanderia New Franklin, em Bangor. Aprendemos mais lendo muito e escrevendo muito, e as lições mais valiosas são aquelas que ensinamos a nós mesmos. São lições que quase sempre nos ocorrem quando a porta do escritório está fechada. As discussões levantadas em cursos de escrita podem ser muito divertidas e intelectualmente estimulantes, mas costumam ficar bem distantes do laborioso ofício de escrever. (2015, p. 201-202)

O escritor português Mario de Carvalho, em *Quem disser ao contrário é porque tem razão: guia prático de escrita de ficção*, já no primeiro capítulo denuncia os “livros ditos de autoajuda que pretendem ensinar os novos autores a escrever” (2014, p. 15) e adiante afirma: “pensar que se fica apto a escrever depois de ler um compêndio de escrita criativa é o mesmo que julgar se passa a dominar a língua após ter comprado um dicionário” (2014, p. 18). É curioso que o escritor é, ele próprio, ministrante de oficinas de escrita, mas afirma nunca as ter chamado de “criativa”: “sempre me pareceu que isso de criação (se não nos referirmos a panarícios ou capoeiras) não se dissemina, nem é transmissível” (2014, p. 19).

Rosa Montero, em *A louca da casa*, não aborda diretamente o ensino da escrita criativa, mas simboliza essa visão romântica ao afirmar que escrever ficção é expor à luz um fragmento muito profundo do inconsciente: “Quero dizer que ambas as coisas, sonhos e romances, surgem do mesmo estrato da consciência. Algumas vezes, aliás, os autores sonham literalmente suas criações” (2008, p. 85-86). E Haruki Murakami, em *Do que eu falo quando falo de corrida*, chega a afirmar que “a maior parte do que sei sobre escrever, aprendi correndo todos os dias” (2010, p. 72)

Por outro lado, ao se fazer um balanço sobre a Oficina de Criação Literária da PUCRS, por exemplo, observa-se que

[...] já passaram mais de setecentos alunos, e vários destes vêm obtendo relevantes prêmios e indicações de certames de caráter nacional, como o Portugal Telecom, São Paulo e Jabuti, e têm publicado pelas mais importantes editoras nacionais e internacionais (ASSIS BRASIL, 2015, p. 109).

É sintomático também, ainda que tímido, o surgimento de teses e dissertações com o termo “escrita criativa” no título em variadas instituições, programas e época. Sem contar o Prêmio Nobel atribuído a Kazuo Ishiguro, que fez mestrado em Escrita Criativa na Universidade de East Anglia (G1, 2017) e tornou-se o primeiro escritor com estudo formal na área a receber o Prêmio.

Resta-nos, como pesquisador, seguir investigando a presença da escrita criativa nas universidades, agora no âmbito da graduação e dos cursos de pós-gradua-

ção *lato sensu*, para tentar compreender por que no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, o espaço da escrita criativa no meio acadêmico seja tão tímido.

Creative writing in stricto sensu postgraduate courses in brazilian universities

Abstract

An increasing demand for courses and books about creative writing has been seen in Brazil over the last decade. Nonetheless, investigating whether this increasing demand is reflected in a wider presence in Brazilian universities was still needed, specifically in stricto sensu postgraduate courses, where most research and knowledge production takes place in Brazil. For the purpose of this work, 28 postgraduate programs were analyzed, all of them presenting an upper 5 grade in the 2017's Quadrennial CAPES Evaluation. Also, works that had the expression "creative writing" in their title were searched at CAPES' Theses and Dissertations Bank. Finally, the initial hypothesis of the growth of formal presence was frustrated, which may be related to the persistent belief of writing being a restricted gift to enlightened geniuses.

Keywords: Creative writing. Creative writing education. Creative writing in Brazilian universities.

Notas

- ¹ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8557-divulgado-o-resultado-da-1-etapa-da-avaliacao-quadrinial-2017>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ² Disponível em: <<http://www.pucrs.br/humanidades/programa-de-pos-graduacao-em-letras/linhas-e-estruturas-de-pesquisa-equipe-corpo-docente-disciplinas-teses-e-dissertacoes-informacoes-adicionais-informacoes-financeiras-fale-conosco-english-website-pagina-web-en-espanol-apresentacao-hi/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ³ Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppgletras/linhasdepesquisa.html>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ⁴ Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppgletras/pdf/DisciplinasPorLinhadePesquisa.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ⁵ Disponível em: <<http://poslit.letras.ufmg.br/pt-br/linhas-e-projetos-de-pesquisa/linhas-de-pesquisa>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ⁶ Disponível em: <<http://poslit.letras.ufmg.br/pt-br/disciplinas/grade-curricular>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ⁷ Disponível em: <<http://portal.pucminas.br/pos/letras/index-link.php?arquivo=linha&pagina=4172&codigo=37&id=93>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ⁸ Disponível em: <<http://portal.pucminas.br/pos/letras/index-link.php?arquivo=disciplina&pagina=4173&codigo=37>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ⁹ Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/disciplinas/DIS_ARQ_DISCI20170317105523.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ¹⁰ Disponível em: <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/proglet_literatura.html#linhas>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ¹¹ Disponível em: <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/proglet_literatura.html#ementas>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ¹² Disponível em: <http://poslit.unb.br/?page_id=399>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ¹³ Disponível em: <<http://poslit.unb.br/wp-content/uploads/Todas-as-disciplinas-do-Poslit-Novas-e-antigas.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ¹⁴ Disponível em: <<http://www.upf.br/ppgl/linhas-de-pesquisa-e-projetos>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

- ¹⁵ Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/#!/pos-graduacao/stricto-sensu/estudos-literarios/linhas-de-pesquisa/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- ¹⁶ Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

Referências

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio. “A escrita criativa e a universidade”. *Revista Letras de Hoje*, dez. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/23146/14076>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

CARVALHO, Mario de. *Quem disser o contrário é porque tem razão: letras sem tretas*: guia prático de escrita de ficção. Porto: Porto Editora, 2014. 275 p.

FORNER, Juliana. *PUCRS passará a oferecer curso superior de tecnologia em Escrita Criativa a partir de 2016*. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2015/09/pucrs-passara-a-oferecer-curso-superior-de-tecnologia-em-escrita-criativa-a-partir-de-2016-4838974.html>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

G1. *Kazuo Ishiguro ganha o Prêmio Nobel de Literatura de 2017*. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/kazuo-ishiguro-ganha-o-premio-nobel-de-literatura-2017.ghtml>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

GUEDES, Diogo. *A ainda tímida relação entre cursos de Letras e a escrita criativa*. 2014. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/literatura/noticia/2014/03/16/a-ainda-timida-relacao-entre-cursos-de-letras-e-a-escrita-criativa-121472.php>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

KING, Stephen. *Sobre a escrita*. Trad. Michel Teixeira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 255 p.

LIMA, Marcelo. *Cursos de pós-graduação prometem formar escritores*. 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/>

[noticias/geral,cursos-de-pos-graduacao-prometem-formar-escritores,1588977](http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,cursos-de-pos-graduacao-prometem-formar-escritores,1588977)>. Acesso em: 06 dez. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundação Capes. *Cursos Recomendados/Reconhecidos*. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

MONTERO, Rosa. *A louca da casa*. Trad. Paulinha Watch e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Agir, 2008. 196 p.

MURAKAMI, Haruki. *Do que eu falo quando falo de corrida*. Trad. Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

PUCRS. *Programa de pós-graduação em Letras*. s/d. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/humanidades/programa-de-pos-graduacao-em-letras/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

SENADO Notícias. *Passo Fundo é declarada capital nacional da literatura*. 2005. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2005/12/14/passo-fundo-e-declarada-capital-nacional-da-literatura>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

TERRA. *Universidades integram oficinas de escrita criativa ao currículo*. 2012. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/educacao/universidades-integram-oficinas-de-escrita-criativa-ao-curriculo,b40ddc840f0da310VgnCLD200000bbceeb0aRCRD.html>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

UFPE. *Estímulo à criação ainda precisa evoluir*. s/d. Disponível em: <https://www.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=16189:estimulo-a-criacao-ainda-precisa-evoluir&catid=30&Itemid=122>. Acesso em: 06 dez. 2017.

O Zé Povinho nas trincheiras: epopeia e anedota no memorialismo da Grande Guerra

Paulo Alexandre Cardoso Pereira*

Resumo

No presente artigo, partindo de uma leitura panorâmica dos textos de alguns memorialistas portugueses da Grande Guerra (Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Pina de Moraes, Albino Forjaz de Sampaio e André Brun, entre outros), são examinadas algumas estratégias de reencenação narrativa da memória pós-traumática, com destaque para o efeito de dissonância estilística que neles se detecta entre um registo épico-celebratório e uma miniloquência de tom elegíaco ou burlesco. Essa oscilação retórica é, em seguida, relacionada com uma essencial mutação da política e da poética da memória que nesses textos se torna inteligível e em função da qual o lugar do herói épico do passado parece ter sido ocupado pela figura anónima do Soldado Desconhecido.

Palavras-chave: Memorialismo de guerra. Literatura de testemunho. Humor. Soldado Desconhecido.

*Human kind / Cannot bear very
much reality.*

T. S. Eliot, *Four Quartets*

Introdução

No conhecido ensaio intitulado *Experiência e pobreza* (1933), Walter Benjamin examina os sintomas do que considera a emergência de uma “nova barbárie” (2012, p. 86). Descrevendo-a como “uma forma de pobreza totalmente nova” (2012, p. 86), expressa no declínio contemporâneo da experiência comunicável, Benjamin sustenta que as origens desse silêncio em face de um conhecimento que não pode partilhar-se devem ser procuradas na experiência apocalíptica inédita da Primeira Guerra:

* Doutor em Literatura pela Universidade de Aveiro. Exerce funções como professor auxiliar no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, onde tem lecionado várias disciplinas de licenciatura e mestrado na área da Literatura Portuguesa e desenvolvido atividades de investigação no domínio dos Estudos Literários. É investigador no Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, da Universidade de Aveiro. E-mail: ppereira@ua.pt

Data de submissão: fev. 2018 – Data de aceite: jun. 2018

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v14i2.7897>

Uma coisa é clara: a cotação da experiência baixou, e isso aconteceu com uma geração que fez, em 1914-1918, uma das experiências mais monstruosas da história universal. Talvez isso não seja tão estranho como parece. Não se tinha, naquela época, a experiência de que os homens voltavam mudos do campo de batalha? Não voltavam mais ricos, mas mais pobres de experiências partilháveis. Aquilo que, dez anos mais tarde, fomos encontrar na grande vaga dos livros de guerra, era tudo menos experiência contada e ouvida. [...] Uma geração que ainda foi à escola nos carros puxados a cavalos, viu-se de repente num descampado, numa paisagem em que nada se manteve inalterado a não ser as nuvens, e no meio dela, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, o corpo humano minúsculo e frágil (2012, p. 86).

Com ânimo conclamador e esperança redentorista, tinha Almada, em 1917, no *Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX*, proclamado, em sentido inverso, que “A guerra é a grande experiência” (NEGREIROS, 1984, p. 38). Esses diagnósticos aparentemente discordes – descontando, bem entendido, os contextos substancialmente diversos em que foram formulados – tornam legível a aporia que permeia a literatura de testemunho: se o “dever de memória” (RICŒUR, 2000, p. 37) impõe à testemunha a indeclinável tarefa ética de narrar o inenarrável, essa urgência de recomposição mnésica confronta-a tam-

bém com a impossível exemplaridade da sua experiência e o colapso da linguagem perante um excesso inabarcável de real. É dessa “*incomensurabilidade* entre as palavras e a experiência da morte” (SE-LIGMANN-SILVA, 2010, p. 9) que transcorre o impasse de representação que insistentemente assombra as escritas de guerra de que aqui nos iremos ocupar.

Contar a catástrofe: os impasses da mimese

É certo que, no copioso *corpus* documental, de cariz histórico-literário, produzido a propósito da participação portuguesa na Grande Guerra, avultam, com sintomática proeminência, os géneros de orientação autobiográfica-memorialística – diários, memórias, crónicas – agregados em torno de uma “matriz dominante de depoimento vivencial guerrista” (LEAL, 2000, p. 442). Mas é também indesmentível que essa “estética da experiência direta” (WINTER, 1995, p. 2)¹ ou o “imperativo mimético” (BOAK, 2012, p. 219)² que lhe subjaz impôs, desde logo, a preterição da dicção elevada, apologética e ufanista que tonalizava grande parte da literatura de guerra e que Wilfred Owen condensou lapidarmente no poema “The Old Lie: Dulce et decorum est pro patria mori”³. A desconcertante descoberta de que a guerra tinha esvaziado a maioria das antigas palavras do seu significado e a consciência da sua abstrata inoperância perante a inverosímil magnitude da catástrofe⁴

parecem ir de par com uma retração da linguagem ou, pelo menos, com uma irredimível suspeição relativamente aos seus poderes reparadores. Enjeitando a tese da inefabilidade do horror, Paul Fussell adianta ainda uma outra justificação para o silêncio dos soldados regressados das trincheiras: “The real reason is that soldiers have discovered that no one is very interested in the bad news they have to report. What listener wants to be torn and shaken when he doesn’t have to be? We have made *unspeakable* mean indescribable: it really means nasty” (FUSSELL, 2000, p. 170).

Argumenta-se, na leitura panorâmica que aqui se propõe de alguns memorialistas portugueses da Grande Guerra – Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Pina de Moraes, Albino Forjaz de Sampaio e André Brun –, que a indecidibilidade que afeta a reencenação autobiográfica da memória pós-traumática – vacilante entre querer contar e estar ciente da irredutibilidade desse excesso de real a qualquer narrativa – permite compreender o duplo gesto retórico que se torna ostensivo nesses textos, alternado sempre entre a *gravitas* marcial do hino e o burlesco *light-hearted* da comédia castrense, a ênfase celebratória e a miniloquência, o *pathos* e o *bathos* – em síntese, entre a “epopeia maldita”, para retomar o título-programa de António de Cértima⁵, e a anedota que, lateralizando ou diferindo o inominável da guerra, permite uma revisitação oblíqua do retorno do recalcado pós-traumático⁶. Consig-

nando a inesperada convivialidade entre o derrisório e o catastrófico, este realismo traumático⁷ permite compreender que, como se refere em *Ao parapeito*, de Pina de Moraes, “Os que fazem a guerra é raro falarem dela. Lá se conta uma história ou outra” (MORAIS, 1919, p. 101). Este canto épico descentrado – que ao sublime do *pathos* não raras vezes prefere a trivialidade do *bathos* – surge, assim, vertido em escritos transicionais, de sintaxe episódica, que, com modéstia evasiva, os autores descrevem como impressões, notas, retalhos⁸ ou, como prefere André Brun, *migalhas*, justificando, nos seguintes termos, o seu programa de *humilis narratio*:

Não é este um livro *ad probandum*. Esse virá a seu tempo. Devo-o aos meus soldados e a mim próprio. O presente volume *ad narrandum* é apenas uma documentação pitoresca, um relato do que eu vi com os que a terra há-de comer, olhos da minha cara e mortos da minha pátria.

Talvez porque as tendências naturais do meu espírito me não concedam facilmente aquela faculdade que um personagem de Eça se atribuirá de «saborear o grandioso»; talvez porque as circunstâncias e os homens mais do que elas não habilitaram o Corpo Expedicionário Português a escrever, por enquanto, aquele canto de epopeia que os patriotas esperavam e os retóricos prometiam, este livro é um livro de crónicas, direi mesmo um livro de anedotas (BRUN, 2014, p. 20).

Em *Nas Trincheiras da Flandres*, de Augusto Casimiro, esse gesto prefacial de interrogação épica distancia-se explicitamente da retórica inflacionada dos “palavrosos escrivães”, deposta em benefício de uma ética-poética do silêncio:

Ninguém procure nele [no livro] visões teatrais de epopeia, Não as vi na guerra. Só as vê quem nunca fez a guerra, esta guerra, senhores!

Eu não podia vê-las... E não quero merecer-me, e aos meus camaradas de França, a indignação com que na trincheira lemos os lugares comuns dos cronistas ausentes, palavrosos escrivães que não sabem o que seja a austera severidade dos que cumprem o seu dever na lama, no sangue, em luta consigo e com todas as forças tumultuosas e miseráveis... Perto da Morte – essa que nos ensinou graves silêncios... (CASIMIRO, 1917, p. 7).

Num revelador diálogo com Hernâni Cidade, que Augusto Casimiro encontrara na frente da Flandres, reemerge essa nostalgia da epopeia numa *wasteland* desabitada de deuses e de heróis:

Fomos ao parapeito. Hernâni Cidade, querido irmão, aparecera no momento. Os três falámos da guerra.

– “Onde a epopeia!” –

– “Meu pobre Homero, que pensarias disto?”
– (1917, p. 57)

Confrontados com a desfuncionalização retórica da elocução épica, tornada absurda num mundo de caos apocalíptico, extinto o otimismo antropológico e desmantelada a axiologia sólida que escorava o canto congregador de sentido mítico-utópico, os memorialistas da guerra viram-se, no fundo, impelidos a interrogar as “possibilités de convergence entre l’aspiration à dire la totalité, sur laquelle se fonde traditionnellement ce chant fédérateur qu’est l’épopée, et les fondements d’une esthétique de la ruine et du fragmentaire, si caractéristique de la modernité” (NEIVA, 2009, p. xi).

Essa inflexão dos códigos da epopeia não redundará, ressalve-se desde já, no cancelamento das leituras patriótico-triunfalistas desenvolvidas em torno da participação portuguesa no conflito, exemplarmente documentadas nas colaborações coligidas no número especial que, em 1916, *A Águia* dedica a *Portugal e a Guerra*. No prefácio às suas *Memórias da Grande Guerra*, Jaime Cortesão reclama a dignidade epopeica da matéria disponibilizada pela ação dos combatentes portugueses nas trincheiras, dissociando-se da linha do pitoresco antiépico que prevalecia nos “relatos frustes”:

Há quem pretenda, – eu sei, – que esta, a nossa guerra, não dá um canto de epopeia. Que é mero assunto para relatos frustes, coisas de somenos, frioleiras. Felizmente os que assim falam não definem a nossa guerra mas o seu temperamento, marcado pela faculdade estreita de ver o riso e a espuma das coisas.

Nem por isso a nossa guerra, como as outras, deixa de se repassar de sofrimento e de epopeia. Para isso bastava a batalha do Lys e a arrancada épica daqueles homens, que, vencendo a inércia e a descrença dos grandes chefes, conseguem, através de tudo, marchar para a frente, onde se ganhava a vitória (CORTESÃO, 1969, p. 16-17).

Como sublinha Ernesto Castro Leal, “o guerrismo espelhado nos memorialismos republicanos de Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, João Pina de Moraes ou Carlos Selvagem transportava uma visão profética redentora, ancorada numa dupla justificação de sentido patriótico: a justificação política de aliados naturais do bloco demoliberal anglo-francês contra o expansionismo cesarista alemão;

a justificação ética de uma proposta de revigoração moral das energias nacionais que o soldado encarnava” (LEAL, 2000, p. 445). Apropriando-se do tropismo profético-messiânico, a partir do qual se justifica a excecionalidade do génio lusíada, bem como das declinações neorromânticas lusitanistas do *Volksgeist*, decantadas numa mística da grei, alguns destes memorialistas republicanos devolvem uma hiperidentidade eufórica amparada pela crença teleológica num desígnio histórico. Ciente do reconhecimento pósterio da missão desempenhada ao serviço da pátria, Pina de Morais não tem dúvidas sobre a sua entronização no panteão dos santos e dos heróis: “Cumprimos o nosso dever, e as orações de Portugal inteiro, de centenas de gerações, pelos séculos além – virão em romagem para nos levarem ao campo sereno onde vivem os santos e os heróis” (1919, p. 896). Dinamizando uma poderosa mitologia da pátria e uma hermenêutica providencialista da sua história⁹, referenda-se uma metanarrativa imaginária legitimante, em função da qual os seus acontecimentos fundacionais são lidos em clave profético-alegórica e se faz entroncar a glória pessoal e coletiva “na cadeia biológica dos heróis do passado longínquo, constituindo deste modo uma meta-história para a qual se apela” (LEAL, 1992, p. 519).

Resgatando a imagem do Portugal descobridor, imperial e historicamente predestinado, um constante procedimento iterativo e analógico fará acercar a

aetas aurea da expansão quinhentista da epopeia sangrenta da Flandres¹⁰. Para André Brun, a intervenção portuguesa no conflito reedita a «entrada de Portugal na Guerra Santa» (2014, p. 221) e um *raid* infernal dos boches sobre as linhas portuguesas, ocorrido na madrugada de 14 de Agosto, traz à memória do cronista o «aniversário de uma outra madrugada gloriosa: a de Aljubarrota» (2014, p. 212). Na buliçosa partida dos expedicionários de Alcântara-Mar, julga Jaime Cortesão entreouvir “os evoés da maruja que partia à Descoberta” (1969, p. 43) e o soldado português, certifica o narrador, “é ainda o mesmo de Aljubarrota e do Mar” (1969, p. 253). O desaire de La Lys é, no desalentado diagnóstico de um oficial, descrito como “o Alcácer-Quibir do C.E.P [Corpo Expedicionário Português]” (1969, p. 254). No *pathos* da partida dos contingentes portugueses para França, que Pina de Morais retrata em *Ao parapeito*, é premeditado o aceno intertextual à camoniana Praia das Lágrimas: “Fez-se quási o silêncio, e nos olhos chorosos das mulheres passou o orgulho antigo das mães e das mulheres dos heróis” (1919, p. 10). Por fim, remata o mesmo autor: “Sois bem – o lusitano! Sois bem o que combateu em Ormuz e nos Atoleiros, que partiu nas caravelas, que morreu em Alcácer-Quibir” (1919, p. 145)

Uma epopeia de “heróis de trazer por casa”

É, no fim de contas, uma epopeia sem heróis – ou de “heróis de trazer por casa”, como os descreve André Brun (2014, p. 157) – aquela que, no desamparo sem história do combatente anônimo, flagrantemente documentam estes crônicas da guerra¹¹. O autor de *A Malta das Trincheiras* examina os motivos dessa deserção do heroico:

A guerra de trincheira não fornece aquele tipo de heróis que os paisanos de cinquenta anos para cima e as mulheres de dezoito anos para baixo esperavam, naquela figura de gravura ou oelografia atirando-se com uma espada na mão e um dito histórico na boca para o meio da baralha e para o seio da História.

Como se poderá ser herói segundo esse figurino nesta guerra em que todos andamos entalados entre traveses e pára-costas, com mil cuidados para que o inimigo nos não veja, e nunca conseguindo vê-lo, senão por acaso? [...]

O herói das trincheiras é um herói obscuro porque trabalha na escuridão [...]. Mas porque a sua heroicidade não tem espectáculo, nem por isso ela é menor, e ninguém a poderá entender tão bem como nós que vivemos dentro dela e a praticamos todos em dose maior ou menor. [...]

É uma heroicidade perpétua, obrigatória, profissional. Somos uns heróis de trazer por casa (BRUN, 2014, p. 157-159).

Cedo se torna incontestável que “nesta guerra com milhões de mortos, não haveria lugar ao culto do heroísmo individual (ao culto da personalidade), daí a poderosa liturgia cívica europeia

colectiva ao Soldado Desconhecido, que a ‘Pátria’ coroará nos vários monumentos aos mortos da Grande Guerra” (LEAL, 2000, p. 566). Essa monumentalização da memória coletiva, alicerçada na celebração de uma gesta protagonizada por um herói sem rosto – ou melhor, com o rosto de todos os homens – explica os contornos arquetípicos, mesmo alegóricos, do soldado português. São manifestas as coincidências entre o retrato tipificado deste magala rude e rústico – “lapuz das Beiras e do Alentejo”, como o descreve Carlos Selvagem (apud Leal, 2000, p.º. 448) – e a iconografia republicana do Zé Povinho. Como ele, representará, nos relatos de guerra, o emblema caricatural do *homo lusitanus*, face atávica e rasteira do psiquismo nacional. Se, como demonstrou João Medina, o espírito crítico-regenerador da Geração de 1970 tinha explorado, em regime imaginário de alternância complementar, os dois “polos da estereotipia nacional” (MEDINA, 1986, p. 11), respectivamente figurados no Zé Povinho e em Camões, no Labrego e no Bardo, é ainda a remanescência desse “*dasein colectivo*” (1986, p. 13) bipolar, balanceado entre o pícaro e o épico¹², que parece intuir-se na conformação da imagem ambivalente do expedicionário português. O debate conjetural entre D. Quixote e Sancho Pança, atores imaginários da psicomacia que se desenrola no teatro da consciência do capitão Augusto Casimiro, nos momentos que precedem o combate, reproduzido em *Nas Trincheiras da Flandres*, ilustra exemplarmente o idiossincrático heroísmo à portuguesa, cindido entre diligência épica e abulia pícaro:

E escuto, em mim:

– Vamos, depressa!... Os meus rapazes sofrem sob os morteiros... É provável que haja feridos, mortos, a esta hora... Apressa-te!... Ésse cordão da máscara, o capacete, vamos!...

– Sancho (manhoso, com grandes movimentos inquietos): – Lá vai o meu senhor e ano fazer mais uma das suas. Pois não me dirá vossa mercê a que vem essa mania? O dever de vossa mercê é deixar-se ficar por aqui, pois aqui é precisa a sua presença... Praza a Deus que essa mania não renda má morte, senhor meu amo...

– Dom Quixote (pondo o elmo do Mambrino usado pelo exército inglês...): – Como te enganas! Hás-de saber, Sancho, que é brio dos cavaleiros andantes procurar sempre sítio onde mostrem suas manhas e ilustrem sua gerarquia... Tanto mais agora, meu escudeiro, quando, na primeira linha, os meus rapazes sofrem o embate de gigantes ferozes contra quem não há coragem possível... Eu quero ser com eles, Sancho amigo, correr um risco igual ao deles, para que me vejam, para que em mim confiem... Assim, prepararemos, Sancho, as forças de alma necessárias para esta guerra dos demónios – que o senhor me perdoe...

– Sancho (atando a greva com uma lentidão voluntária): – Pois sim, pois sim, senhor D. Quixote... Mas ou eu me engano muito ou vossa mercê é o primeiro a dar-me razão pela pouca pressa que mostra em sair deste abrigo... E bem haja por isso... Que não nasceu tam apurado cavaleiro para ser assim arrasado estúpidamente por um morteiro médio... Pois diga-me vossa mercê, aqui, que só aquele ratinho nos ouve... Não está o meu amo neste sítio para dar as suas ordens e resolver à sua maneira o que cada um tem a fazer?... Por isso é muito bem feito dizer-se o que se diz...

– Cala-te, vilão! Que importa a murmuração dos vilões como tu? Vamos, acaba de apertar essa greva e toma a tua espingarda. Segue-me se quiseres...

– Que remédio tenho eu, meu amo!... (1917, p. 107-109).

A arquipersonagem do expedicionário português recebe nessas memórias de guerra nomes ou alcunhas que não deixam dúvidas sobre a sua estirpe pícaro: ele é o Joaquim, em Albino Forjaz de Sampaio, o Esgalhado, em Jaime Cortesão, o José Maria Folgadinho, Lázudo da Grande Guerra, em André Brun, o João Ninguém, no relato humorístico do Capitão Menezes Ferreira¹³. A etopeia que dele se traça é quase invariante: é “forte, parecendo um fraca figura, desempenado e resistente, parecendo débil”, “tem como nenhum outro a pele dura, a alma terna, o riso pronto, a resposta fácil, a piada a tempo” (SAMPAIO, 1918, p. 194), é “chauvinista e repontão” (CORTESÃO, 1969, p. 138), “herói de uma raça de fêmeiros e atiradiços”, “reinadio e mais patusco do que os ingleses”, “malandro” (BRUN, 2015, p. 32). Bronco mas cordial, cortejador compulsivo de *demoiselles*, nostálgico do “bacalhau com batatas, sopa de grão, o belo *casqueiro* com a sua sardinha” (SAMPAIO, 1918, p. 201), escarnecido pelos boches pelo seu bizarro pelico alentejano, o soldado português parece, nestes textos, figura recortada de uma ópera bufa das trincheiras, herói inverosímil, mais propenso à farsa do que à epopeia¹⁴.

A inscrição ubíqua deste regime farresco na literatura de guerra, já salientada por vários autores¹⁵, deverá entender-se como ponto de fuga compensatório e terapêutico, permitindo uma enunciação translata do horror pelo recurso a uma tática de atenuação tragicômica. “Quantas tragédias”, reconhece André Brun, “degeneravam também em comédia!”

(2014, p. 60). Frequentemente alinhado com uma intencionalidade satírica ou decetivamente (auto)irónica, o riso cúmplice ou disruptivo permite a sondagem contraépica das zonas de sombra que envolveram a intervenção portuguesa na guerra e que viriam a ser objeto de posterior escrutínio historiográfico: o incipiente treino militar dos soldados do Corpo Expedicionário Português (ironicamente designados como carneiros de exportação portuguesa), o brutal embate dos expedicionários com a *terra incognita* da Flandres, a convivialidade amistosa ou hostil entre os militares e as populações autóctones, a morte adiada nas *trinchas*, a carnificina burocratizada que permitiu acrescentar um canto burlesco à contraepopeia da Flandres:

Esta guerra ... é aquela a que melhor se adapta o feitio português. Como se sabe, o oficial lusitano foi sempre, nos tempos de paz, essencialmente funcionário, e não havia razões aparentes para que deixasse de sê-lo vindo para a guerra e se as circunstâncias o permitissem. Nesta guerra de trincheiras, de guarnições fixas e de sítios certos, está nas suas sete quintas. Montou muitas repartições, arranjou muitos empregos, criou muitos chefes – distinguem-se pela pala – rodeou-os de muitos adjuntos, deu-lhes muitos amanuenses e pôs-se a escrever, umas vezes à máquina, outras a lápis, o canto suplementar dos *Lusíadas*, que viemos compor a França, nos seguintes termos: – “Em referência à nota N.º X deste C., lembro a V. Ex.ª o disposto na alínea a) da O. S. nº 14 381 da R. E. do Q. G. do C.E.P, que altera o artigo Y da circular N.º Z.-O. contendo as instruções a que se refere a determinação dos S. A. da 7. a B.I” (BRUN, 2014, p. 18).

Contrapeso derrisório para um trágico de outro modo improferível, o jocoso castrense que emerge como ingrediente narrativo imprescindível nestas crónicas de guerra cumpre, em primeira instância, uma óbvia função de *comic relief*. Mais importante, ao assinalar a intromissão do irrisório no teatro do quotidiano militar no *front*¹⁶, ele mina os protocolos da dicção épica, opondo-lhe uma *contra-dicção* concretizada pelos modos do “mimético baixo” ou do “irónico”¹⁷ e que elege o ínfimo como matéria do canto, colocando em cena um herói sem qualidades. Se, em justificação preambular ao anedotário coligido em *O bom humor no C.E.P.*, esclarece o autor que se propôs “dizer alguma coisa sobre o humor dos nossos soldados na Grande Guerra em França (1917-1918), para demonstrar que os Portugueses nem mesmo diante da morte, que os espreitava a cada momento, abandonavam a sua boa disposição de espírito” (CARVALHO, 1944, p. 16), a frequência de um auto- e hetero-humor de fundo antropológico e etnográfico¹⁸, assente na ridicularização pela estereotipia, parece sublinhar bastante mais a astuciosa engenhosidade do magala português do que a sua presteza bélica¹⁹. Sem tempo para nos demorarmos nos imagotipos, não raramente ambivalentes, construídos em torno de *boches*, *tommies* ou *camones*, *porchises* ou *pork and beans*²⁰, e difundidos por estes textos, deixo registada a pertinência de um estudo que especificamente se dedique a averiguar o modo como,

no memorialismo de guerra, o discurso de estereótipo assinala, para além de um tenso processo de negociação ditado pela natureza assimétrica das relações de poder que regulavam a sociabilidade de trincheira, a encenação estratégica de uma comédia de enganos transcultural, por meio da qual são agenciados processos binários de essencialização e de construção etnocêntrica da diferença, mas também de transferência e hibridismo:

Os camones escanhoados e fleumáticos, brunidos e engraxados, estendendo-se numa mancha cor de caqui desde Amiens até Dunkerque, não quadram nas primeiras impressões ao feitio do nosso João Ninguém. Sobretudo porque nestas regiões, tendo por seu lado o prestígio das libras, é sempre o seu competidor nos negócios de coração. Mas como são velhos aliados não têm outro remédio senão o de acomodar-se aos velhos hábitos guerreiros, começando por se treinar nos *pickles* e na compota de cascas de laranja.

De resto, João Ninguém gosta dos escoceses, homens das Terras Altas e de saias curtas, ao lado dos quais se bateu heroicamente no dia 9 de Abril, na defesa de Givenchy.

Também os canadianos, de chapéu de feltro levantado, são em geral comunicativos e simpáticos, mas os australianos, de chapéu à *cowboy*, sem porte militar e grosseiros, são sempre os antagonistas sovados nas rixas dos acampamentos.

No entanto, em todas as vicissitudes por que passou João Ninguém, ele deve reconhecer que o "camone", única palavra inglesa susceptível de entrar no seu ouvido, foi o companheiro leal que sempre lhe proporcionou inúmeras felicidades, abrindo-lhe as portas das cantinas e *ordnances*, onde os seus oficiais, mesmo os mais resistentes a se barbearem todos os dias, se "inglesaram" a pouco e pouco, adquirindo os bons impermeáveis, os sobretudo forrados de pele, os enormes "butes" de trincheira, luvas, cinturões, cigarros egípcios, guloseimas, etc., tudo enfim a que não estavam habituados muitos

daqueles que só na guerra foram aprender certos hábitos de conforto e civilização, e que, com os novos uniformes, conseguiram espantar os seus superiores (FERREIRA, 2014, sem paginação).

Importaria examinar, neste contexto, o recurso assíduo ao expediente cómico do *quiproquo*, associado ao jargão das tropas²¹ ou ao uso que os soldados fazem da língua do *pas compris*:

Habilidosos e de genio inventivo os nossos serranos não se acanharam ao pisar as terras de França.

Tornam-se mesmo simpáticos e queridos dos habitantes, porque são muito mais reinadios do que os ingleses.

O seu bom humor não se altera nunca. Para eles não ha dificuldades; com palavras, com pantomimas adequadas fazem-se comprehender pelos francezes e até pelos inglezes, apezar de inventarem termos que nem existem na lingua dos antropófagos. Era a lingua do "pas compris" cosinhado de varios termos capaz de arripiar os cabelos a um esquimo (CARVALHO, 1944, p. 91).

Do mesmo modo, a cristalização aforística de hetero-imagens eufóricas dos soldados portugueses – *les portugais sont toujours gais* ou *les portugais sont toujours chauds*²² – parece sintoma de um panegírico deflacionário que, à falta de atributos verdadeiramente heroicos, prefere deslocar o louvor possível para a amenidade galanteadora dos "Franciscos, [d]os Manéis, [d]os Antónios, muito pândegos e piadistas, e um tanto lamechas que têm por aí aparecido em certas páginas" (CORTESÃO, 1969, p. 149) – atores de uma comédia de pilhérias e piropos, heróis sem *aretê* de um canto sem *kléos*.

Considerações finais

Ao encerrar o volume das suas *Memórias da Grande Guerra*, lamentava-se Jaime Cortesão:

Tenho visto que os senhores se habituaram, pela leitura de certos relatos, a olhar o soldado da Grande Guerra como uma espécie de compadre de revista, com muita *piada*. [...] Os que o reduziram à caricatura grotesca de Zé Povinho reinado das trincheiras, ou nunca o viram nesse lugar, ou lhe atribuem as suas próprias dimensões para não fazerem por sua vez triste figura. Assim, ficam todos pequenos (1969, p. 251).

Emissário, sem nome e sem rosto, da derrocada de um mundo épico, neste Zé Povinho das trincheiras pressente-se também uma reorientação da política da memória: numa guerra em que o anonimato garante o heroísmo de todos e de nenhum, já não há lugar para cantar a virtude do herói com rosto. Porque, com efeito, nela, “nenhum nome é preservado e nenhum homem recebe glória perene: o Soldado Desconhecido toma o lugar de Aquiles” (LEITÃO, 2010, p. 330).

Zé Povinho in the trenches: epic and anecdote in Great War memoirs

Abstract

In this article, based on a comparative reading of selected war memoirs by Portuguese combatants (such as Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Pina de Moraes, Albino Forjaz de Sampaio e André Brun, among others), we seek to examine some of

the key strategies of narrative reenactment of post-traumatic memory. We will particularly emphasize the stylistic effect achieved through the coexistence of an epic and celebratory tone with burlesque or elegiac miniloquence. This rhetorical ambivalence will be correlated with the essential mutation in the politics and the poetics of memory underlying these texts, according to which the epic hero of the past appears to have been replaced by the anonymous figure of the Unknown Soldier.

Keywords: War memoirs. Testimonial literature. Humor. Unknown Soldier.

Notas

- ¹ Acrescenta ainda o autor: “But at the same time, soldier-writers brought the ‘aesthetics of direct experience’ to bear on imagining the war in a way far removed from the ‘lies’ or ‘Big Words’ of the older generation which sent them to fight and die in France and Flanders. [...] The second way of understanding the war entails what many modernists rejected: patriotic certainties, ‘high diction’ incorporating euphemisms about battle, ‘glory’, and the ‘hallowed dead’, in sum, the sentimentality and lies of wartime propaganda” (WINTER, 1995, p. 2).
- ² Esclarece Denis Boak que “*le souci du véridique*, or what I myself term the ‘mimetic imperative’, explains the overwhelming choice of the memoir as a medium” (2012, p. 219).
- ³ “The war writers of 1914 did not, however, come to realism automatically: rhetorical notions of chivalrous patriotism, selfless gallantry, noble death in battle, the pious catchwords of jingoist literature which we now find so hard to swallow, were in the first place the accepted language of war. *Dulce et decorum est pro patria mori*, The Old Lie, as Wilfred Owen put it in one of his best-known poems. This had to be overcome before the factual mode of writing became the norm” (BOAK, 2012, p. 220).
- ⁴ Como, a esse respeito, salienta Paul Fussell, “the problem of the writer trying to describe

- elements of the Great War was its utterly incredibility, and thus its incommunicability in its own terms. As Bernard Bergonzi has said, “The literary records of the Great War can be seen as a series of attempts to evolve a response that would have some degree of adequacy to the unparalleled situation in which the writers were involved”. Unprecedented meaning thus had to find precedent motifs and images” (2000, p. 139).
- ⁵ A propósito de *Epopéia Maldita*, de António de Cértima, observa justamente Ernesto Castro Leal: “O título escolhido para classificar o drama da guerra em África é já de si esclarecedor. Epopeia, logo narração heróica de uma gesta, mas, neste caso, a sua exemplaridade é maldita. Encontra-se já aqui uma primeira ideia-base: a *dessacralização dos heróis*. Estes são heróis actuais, em que o individual se plasma na sociedade do tempo, no entanto – e para isso apelará Cértima – possuem capacidade para forjar uma resposta à situação agónica de vivência” (1992, p. 515).
 - ⁶ Como lembram Arthur Nestrovski e Márcio Seligmann-Silva, “o *locus classicus* do estudo moderno do trauma é o capítulo 18 das *Conferências introdutórias* de Freud. Ao estudar o caso de soldados austríacos retornando da Primeira Guerra atormentados por suas lembranças, mas incapazes de dizer uma palavra sobre o que viram, Freud define o trauma como ‘uma experiência que traz à mente, num período curto de tempo, um aumento de estímulo grande demais para ser absorvido’. [...] A característica essencial do trauma é o adiamento, ou incompletude do que se sabe”. (2000, p. 8-9)
 - ⁷ Inicialmente proposta por Hal Foster, a categoria do “realismo traumático” foi recuperada por Michael Rothberg a propósito da representação do Holocausto, que nela destaca a coexistência de “the minor and the catastrophic. This is indeed one place that traumatic realism draws on and deviates from the traditionally understood realist project”. (2000, p. 135)
 - ⁸ Salientando a natureza genologicamente fluida e o modesto escopo narrativo dos escritos de guerra produzidos em Portugal, concluía João Paulo Freire, em 1919, que “A guerra não deu em Portugal obra de fôlego. As crónicas de Adelino Mendes, Augusto de Castro, Hermano Neves, Forjaz de Sampaio, Almada Negreiros, Paulo Osório, André Brun, Xavier de Carvalho, José Pontes e Mário de Almeida, para não incluir as minhas, são tôdas meros episódios, pontos de vista jornalísticos, apreciações sobre o joelho, mais ou menos bem lançadas com maior ou menor chama de sentimentalidade” (1919, p. 99-100).
 - ⁹ Como oportunamente lembra Daniel Madelénat, “L’action épique – théodicée, ethnodicée ou anthropodicée – est une synthèse, et une herméneutique de l’histoire par le récit” (2009, p. 383).
 - ¹⁰ Essa mesma homologia com a empresa expansionista, em conjunção com uma teoria do heroísmo de recorte carlyliano, rastreia-se também na obra de António de Cértima: “O recurso a essa espécie de ‘idade de ouro’ (epopeia dos Descobrimentos) conserva no presente um forte valor explicativo para Cértima. Aí se encontrava a tipificação do heroísmo de que a sociedade portuguesa necessitava”. (LEAL, 1992, p. 516)
 - ¹¹ Omer Bartov acentua, nos seguintes termos, o declínio do paradigma de heroísmo bélico-cavaleiresco precipitado pela Grande Guerra: “[...] the Great War, with its lethal combination of the machine gun and barbed wire, backed by heavy artillery capable of firing millions of shells [...] completely shattered the European image of war as an exercise in chivalry. [This] might have been expected to erase forever all romantic notions of battle, since that vast factory of death seemed to have destroyed the very elements of human individuality: courage, hope, enterprise, and a sense of the heroic possibilities in moral and physical conflict” (apud PRIOR, 2005, p. 44).
 - ¹² Como explica João Medina, “O Zé Povinho e o Camões mítico [...] surgem-nos assim como dois aspectos da nossa capacidade inovadora e geradora de mitos da geração setentista: trata-se de propor aos portugueses uma espécie de espelho nacional dos defeitos (Zé Povinho, o Labrego) e virtudes (Camões, o Bardo) dos próprios portugueses, da sua idiossincrasia, da sua ‘alma’, do seu *dasein* colectivo, da sua peculiar e irredutível maneira-de-ser, polos extremados do seu Imaginário: como Negativo, figura de caricatura realista [...] expressão do português *tal qual*, e, como Positivo, figura transfiguradora, idealizadora e capaz de suscitar, como paradigma de valores excelsos e inultrapassáveis (o Génio, a Literatura, a Epopeia nacional, a Pátria em Palavras, Portugal feito Verbo, etc.), o melhor que apresentavam um povo, uma colectividade e uma História,

cujo passado se pretendia destarte recuperar, reassimilar e, retomando-o, nele configurar o presente de esqualidez e o futuro de Esperança. O Zé e sobretudo Camões-1880 são, pois, mitos, no sentido do poder de simbolização colectiva, de representação de estruturas imaginárias dum povo [...]”. (1986, p. 11-12)

¹³ “Nem ‘serrano’, nem ‘lanzado’, nem ‘gambúzio’, nem ‘folgadinho’. Baptizá-lo-ei, muito simplesmente com o nome de João Ninguém, incarnando assim, nesta modesta alcunha, aquele português que nas horas difíceis tudo faz para maior glória da Pátria e a quem muitos esqueceram, chegada a hora dos benefícios e compensações” (FERREIRA, 2014, p. 64).

¹⁴ Como observa Paul Fussell, “if ‘real life’ is ‘real’, then military life must be pretense. The wearing of ‘costumes’ not chosen by their wearers augments the sense of the theatrical. So does the availability of a number of generically rigid stage character-types, almost like those of Comedy of Humors: the helpless Private, the vainglorious Corporal, the sadistic Sergeant, the adolescent, snobbish Lieutenant, the fire-eating Major, the dotty Colonel” (2000, p. 191).

¹⁵ Samuel Hynes argumenta, por exemplo, que “irony is the inescapable tone of modern war”. (apud GRIET, 2009, p. 169). Dessa vocação expressamente humorística se reclamam, por exemplo, as obras intituladas *O bom humor no C.E.P. França 1917-1981*, do Major Mário Affonso de Carvalho, ou *João Ninguém, Soldado da Grande Guerra*, do capitão Menezes Ferreira.

¹⁶ “The whole thing is too grossly farcical, perverse, cruel, and absurd to be credited as a form of ‘real life’. Seeing warfare as theater provides a psychic escape for the participant: with a sufficient sense of theater, he can perform his duties without implicating his ‘real’ self and without impairing his innermost conviction that the world is still a rational place” (FUSSELL, 2000, p. 192).

¹⁷ A distinção proposta por Northrope Frye entre os modos que designa por “high mimetic”, “low mimetic” e “ironic” é transposta por Paul Fussell para o memorialismo da Grande Guerra nos seguintes termos: “As he continues to set forth his ‘Theory of Modes’, Frye indicates that the modes in which the hero’s power of action is greater than ours are myth, romance, and the ‘high mimetic’ of epic and tragedy; the mode in which the hero’s power of action is like ours is the ‘low mimetic’, say, of the eighteenth- and

nineteenth-century novel; and the mode in which the hero’s power of action is less than ours is the ‘ironic’, where ‘we have the sense of looking down on a scene of bondage, frustration, or absurdity...’. [...] The passage of these literary characters from prewar freedom to wartime bondage, frustration, and absurdity signals [...] the passage of modern writing from one mode to another, from the low mimetic of the plausible and the social to the ironic of the outrageous, the ridiculous, and the murderous. It is their residence on the knife-edge between these two modes that gives the memoirs of the Great War their special quality [...]. These memoirs are especially worthy of the closest examination because, for all the blunt violence they depict, they seem so delicately transitional, pointing at once in two opposite directions – back to the low mimetic, forward to the ironic and – most interestingly – to that richest kind of irony proposing, or at least recognizing, a renewed body of rituals and myths” (2000, p. 311-12).

¹⁸ Como nota Ernesto Castro Leal, “sendo uma constante nas narrativas guerristas a evocação do heroísmo dos soldados, tal não obsteu a que se produzisse uma leitura antropológica dos seus hábitos profundos [...]” (2000, p. 448).

¹⁹ Como refere o major Mário Afonso de Carvalho, “sobre o bom humor na vida diaria da campanha, muito ha que contar e ele revelou-se tambem d’uma forma notavel, quer nas proprias linhas de combate, quer no convivio com os habitantes em que devido ao desconhecimento da lingua franceza por parte da quasi totalidade dos combatentes portuguezes teve aspectos d’um cómico irresistível”. (1944, p. 46)

²⁰ “A má apresentação visual do militar português criava uma imagem negativa. A inadaptação ao clima da Flandres e às características da guerra de trincheiras do vestuário e do calçado utilizados pelo militar português, obrigando-o a recorrer a peças não convencionadas e em desacordo com o uniforme de campanha, e o comprimento do seu cabelo impressionavam negativamente dado o consequente ‘*aspetto ascuroso*’, motivador da atribuição britânica do epíteto ‘*porchises*’ aos militares portugueses, altamente depreciativo. [...] Ironia, também, presente na atribuição inglesa de mais uma alcunha ao militar português devido à estranheza dos gostos gastronómicos portugueses: a preferência portuguesa pelo feijão com carne de porco ao insípido *corned beef*, chá e frutas cristalizadas da ração britânica originou a alcunha

'pork and beans', imediatamente considerada ofensiva e motivo de zaragata" (MARQUES, 2008, p. 340-341).

²¹ "Para o Joaquim fugir é cavar; as trincheiras são as *trinchas*; a metralhadora é uma *costureira*; os oficiais que não estão com êle nas trinchas são *cachapins*. *Cachapins ligeiros* os do batalhão, *médios* os da brigada, *pesados* os da divisão. Um oficial de sapadores é um dos *trabalhos encravados*; 'corn beef' é o fiel amigo; o 'jambom' é o *365 de campanha*; um oficial provisor é o *vintém de trigo*" (SAMPAIO, 1918, p. 196).

²² "O amor é belo!... É um fraco dos portugueses o seu feito conquistador. Foram sempre femieiros, muito atiradiços mesmo e este defeito já vem do tempo de D. Afonso Henriques. Não admira pois, que ao pisarem terras de França, se metessem logo á conquista dos corações das gentis e elegantes francezinhas, que perante suas arremetidas diziam graciosamente: 'Oh! les portugais sont très chauds!...' " (SAMPAIO, 1918, p. 88-89).

Referências

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: _____. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 85-90.

BOAK, Denis. The Mimetic Imperative: War, Fiction, Realism». *Romance Studies*, Swansea, v. 30, n. 3-4, p. 217-228, jul. 2012.

BRUN, André. *A malta das trincheiras. Migalhas da Grande Guerra: 1917-1918*. Lisboa: Guerra e Paz Editores, 2014.

CARVALHO, Major Mario Affonso de. *O bom humor no C.E.P. (França 1917-1918)*. Lisboa: Serviços Gráficos do Exército, 1944.

CASIMIRO, Capitão Augusto. *Nas Trincheiras da Flandres*. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1917.

CORTESÃO, Jaime. *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália Editora, 1969.

FERREIRA, Capitão Menezes. *João Nin-guém. Soldado da Grande Guerra*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

FREIRE, João Paulo. *Albino Forjaz de Sampaio (escôrço bio-bibliográfico)*. Porto: Editores Santos & Vieira, 1919.

FUSSELL, Paul. *The Great War and Modern Memory*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LEAL, Ernesto Castro. Heroísmo em António de Cértima: psicologia e sociedade. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo (Org.). *Estudos de Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: INIC, 1992, p. 505-523.

_____. Narrativas e imaginários da 1ª Grande Guerra. O 'Soldado-Saudade' português nos 'nevoeiros da morte'. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 21, p. 441-460, 2000.

MADELÉNAT, Daniel. Présence paradoxale de l'épopée: hors d'âge et sur le retour. In: NEIVA, Saulo (Org.). *Désirs et débris d'épopée au XXe siècle*. Bern: Peter Lang, 2009, p. 379-391.

MARQUES, Isabel Pestana. *Das trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

MEDINA, João. Zé Povinho e Camões: dois polos da prototopia nacional. *Colóquio/Le-tras*, Lisboa, n. 92, p. 11-21, jul. 1986.

MORAIS, Tenente Pina de. *Ao Parapeito*. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1919.

NEGREIROS, José de Almada. Ultimatum futurista às gerações portuguesas do Século XX. In: *Portugal Futurista*. Edição fac-similada. Lisboa: Contexto, 1984, p. 36-38.

NEIVA, Saulo. Présentation. In: _____. (Org.). *Désirs et débris d'épopée au XXe siècle*. Bern: Peter Lang, 2009, p. ix-xii.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação. In: _____. (Orgs.). *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 7-12.

PRIOR, Robin. The Heroic Image of the Warrior in the First World War. *War & Society*, The University of New South Wales, v. 23, p. 43-51, set. 2005.

RICŒUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

ROTHBERG, Michael. *Traumatic Realism. The Demands of Holocaust Representation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

SAMPAIO, Albino Forjaz de. *A Avalanche (À Margem da Grande Guerra)*. Lisboa: Editores Santos & Vieira-Empresa Literária Fluminense, 1918.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O Local do Testemunho. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.

THEETEN, Griet. *La Grande Guerre en fiction. La représentation de la Première Guerre mondiale dans la littérature française de l'extrême contemporain*. Gent: Universiteit Gent. 2009.

VIEIRA, Luiz Gustavo Leitão. O anonimato do herói: Aquiles e o Soldado Desconhecido na narrativa de guerra. In: CORNELSEN, Elcio; BURNS, Tom (Org.). *Literatura e Guerra*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 305-330.

WINTER, Jay. *Sites of Memory, Sites of Mourning. The Great War in European Cultural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

A semântica argumentativa como base para análise de redações de vestibular

*Cristiane Dall' Cortivo-Lebler**

*Cristiano Sandim Paschoal***

Resumo

Este artigo visa a analisar a abordagem e o desenvolvimento do tema, especialmente a construção de encadeamentos argumentativos e o uso de conectores, em redações produzidas por vestibulandos de uma universidade do Rio Grande do Sul. Fundamentou-se, para a devida análise, na Teoria da Argumentação na Língua em sua fase atual, a Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida pelo semanticista Oswald Ducrot e por Marion Carel, cujo pensamento principal que a norteia é de que a linguagem é essencialmente argumentativa. Concluiu-se, a partir da análise de um corpus de 40 redações, que o uso de conectores linguísticos é primordial para uma boa qualidade textual e que é premente a necessidade de uma melhor aproximação entre teoria linguística e ensino para que se possibilite a alunos e a futuros vestibulandos construir sentido no texto a partir do linguístico, bem como maior entendimento de todos os aspectos que circundam o universo textual.

Palavras-chave: Argumentação. Redação. Blocos semânticos.

Introdução

A aplicação de textos dissertativo-argumentativos como forma de avaliar a capacidade de expressão escrita tornou-se bastante utilizada no Brasil. Além do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), grande parte dos vestibulares e alguns concursos públicos incluem, em seus exames, propostas de textos dissertativos que serão submetidos à avaliação, como forma de classificação de seus candidatos.

Com o intuito de analisar como foram construídas as argumentações nas redações de vestibulandos, compilaram-se oitenta redações, elaboradas no vestibular de verão de uma universidade do

* Doutora em Letras pela PUCRS. Professora do Programa de Pós-graduação em Letras e do Departamento de Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: cristianede@unisc.br

** Acadêmico do curso de Letras Espanhol da Universidade de Santa Cruz do Sul. Bolsista CNPq. E-mail: cristianopaschoal@mx2.unisc.br

Data de submissão: fev. 2018 – Data de aceite: jun. 2018

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v14i2.7959>

interior do Rio Grande do Sul, do ano de 2016. Dessas redações, estabeleceu-se um *corpus* de quarenta redações, com notas entre 2,0 e 10,0 pontos, que foram analisadas com base na Semântica Argumentativa, desenvolvida por Oswald Ducrot e Marion Carel.

É de conhecimento comum as dificuldades que os estudantes brasileiros apresentam em relação à produção textual, tanto no que se refere às construções linguísticas quanto ao conteúdo. No *corpus* analisado, por exemplo, apenas 10% das redações atingiram nota 10; 45% ficaram entre as médias 5,0 a 9,0; e 45% receberam notas entre 2,0 a 4,0.

Nesse sentido, há, no Brasil, inúmeras pesquisas que investigam e discorrem sobre os diferentes aspectos linguísticos que circundam a produção textual e o fracasso dessa. Vale destacar o que afirma Rocco sobre sua pesquisa feita em produção textual de candidatos ao ensino superior, já em 1981:

A linguagem dos vestibulandos nestas redações produz apenas o discurso insípido e banal e, por que não dizer, o discurso desnecessário. Tê-lo escrito, como não o haver feito é a mesma coisa. Melhor seria que as folhas continuassem em branco (ROCCO, 1981, p.253 apud GRAEFF, 2006, p. 189).

Em vista disso, o objetivo desta pesquisa não será apenas o de analisar redações de vestibulandos, a fim de identificar as possibilidades de desenvolvimento de argumentações, mas, também, o de propiciar, mesmo que timidamente, um material teórico principalmente para professores de língua portuguesa cujo

modelo geral de ensino, frequentemente, é pautado na gramática normativa – modelo que, pelos resultados que se observam em textos de vestibulandos, não está tendo resultados eficazes. Logo, tentar-se-á levar uma teoria linguística para o ensino, bem como para o fazer/construir boas argumentações em textos de vestibulares.

Para tanto, o presente artigo se organizará da seguinte forma: em um primeiro momento, serão apresentadas as teorias linguísticas que embasam a pesquisa; em seguida, será feita a análise da proposta de redação do vestibular de verão/2016, da universidade em questão e, também, dos textos escritos pelos vestibulandos, ambas feitas a partir do recorte teórico da fase mais atual da Teoria da Argumentação na Língua, a Teoria dos Blocos Semânticos, proposta por Oswald Ducrot e por Marion Carel; por fim, as considerações finais acerca do que foi analisado e discutido.

Revisitando Saussure

Para entendermos a Teoria da Argumentação na Língua, proposta por Oswald Ducrot e colaboradores, faz-se necessário revisitarmos a linguística de Ferdinand de Saussure.

Segundo o professor genebrino (2002), para que possamos apreender a realidade, é preciso nomeá-la. Essa nomeação se dá por meio dos signos linguísticos, pois são eles que nos permitem falar de coisas presentes ou ausentes no ato

da comunicação. Porém, de acordo com Saussure (2002), isso não significa ver a língua como sendo um sistema de representações que se sobrepõe à realidade, ou seja, a língua não equivale a nomenclaturas que sejam sobrepostas às coisas. Para que essas postulações fiquem mais claras, comecemos com uma das principais conceituações do estudioso em relação à língua: o signo linguístico.

Signo linguístico, segundo o teórico, é a união inseparável de um conceito (significado) e de uma imagem acústica (significante). Logo, poder-se-ia confundir signo com palavra. Entretanto, quando Saussure (2002) afirma que signo resulta da união conceito/imagem acústica, pressupõe que tudo aquilo que produzimos com sentido se caracterizará como sendo signo. Segundo José Luiz Fiorin, “[...] as frases são signos, os textos são signos, qualquer produção humana dotada de sentido é um signo” (FIORIN, 2015, p. 60).

Partindo-se desse princípio, uma palavra como beber, por exemplo, é um signo, pois é formada pela imagem acústica /beber/ ligada, inseparavelmente, ao conceito de “ingerir líquido”. Porém, esse signo é formado por outros signos: o radical /beb-/; o morfema **-e**, que indica que o verbo está na segunda conjugação; e o morfema **-r**, significando infinitivo. Isso nos leva a perceber que até os morfemas da língua podem ser signos, desde que tenham significante e significado. Mas o morfema **r** de beber seria o mesmo caso do **r**, por exemplo, do signo “rua”? A

resposta, segundo Saussure (2002), seria não, pois o /r/ de rua funciona apenas como fonema nessa palavra, não tendo significação isolado, ou seja, não se caracteriza como signo linguístico. Já o **r** de beber se caracteriza como tal porque carrega consigo uma conceituação, que é dada a partir da oposição **-ndo** de **be-bendo**, que representa o gerúndio.

Atrelado a esse sistema de signos e oposições, encontra-se um conceito saussuriano que será determinante para a pesquisa de Ducrot (2006): o valor. Para Saussure (2002), valor seria o jogo de diferenças, oposições e negatividade que ocorrem no sistema da língua, ou seja, um signo só é o que é em relação àquilo que o outro não é. Por esse prisma, o linguista afirma:

[...] de um lado o conceito nos aparece como a contraparte da imagem auditiva no interior do signo, e, de outro, este mesmo signo, isto é, a relação que une seus dois elementos, é também, e de igual modo, a contraparte dos outros signos da língua. (...) A língua é um sistema em que os termos são solidários e o valor de um resulta tão somente da presença simultânea de outros (SAUSSURE, 2002, p. 133).

Isso nos leva a afirmar que o chamado valor linguístico do qual Saussure (2002) fala é o resultado da existência de outros signos e de suas relações que, por sua vez, ocorrerão em dois eixos: o associativo e o sintagmático.

Além da importância dessas dicotomias, segundo Saussure (2002), o signo linguístico apresenta uma característica que está intimamente ligada às noções de valor e de relação. Quando o linguista

argumenta que o signo é arbitrário, significa que não há nada em seu significante que lembre o seu significado. Tomemos como exemplo a palavra “artigo”: não há nada em seu significante que nos motive a pensar que o artigo significa *trabalho acadêmico que apresenta resultados sucintos de uma pesquisa realizada de acordo com o método científico aceito por uma comunidade de pesquisadores*. Entretanto, a partir do momento em que uma comunidade linguística universitária convencionou o conceito de artigo, seu significado se instaura socialmente. Vale aqui lembrar que, também, graças à relação sintagmática, consegue-se especificar o tipo de artigo a que se refere pois, a partir do eixo associativo, poder-se-ia substituir científico por opinião, jornalístico etc.

Além dos conceitos de signo, de valor e de relações sintagmáticas e associativas, o corte metodológico entre língua e fala, ainda que com algumas modificações, foi fundamental para que a Teoria da Argumentação na Língua definisse seus dados observáveis e seu construto teórico. Para Saussure (2002), a língua é definida como de natureza social e compartilhada, enquanto a fala é conceituada como individual e momentânea, sujeita às variações que lhes são constitutivas quando do uso da língua pelos sujeitos falantes. Assim, a fala e a língua ganham contornos de objeto real e de objeto do conhecimento, fundamentais para a delimitação dos dados e de como teoricamente esses dados podem ser explicados.

Admitimos que a teoria saussuriana sobre a linguagem é deveras mais ampla que o esboço aqui proposto. Entretanto, como nosso objetivo é apenas delimitar os conceitos que serviram como base epistemológica para a Teoria da Argumentação na Língua, consideramos suficiente a apresentação que realizamos até aqui. A seguir, elencamos alguns conceitos da Teoria da Argumentação na Língua (ANL) que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

A Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot

A ANL é chamada por estudiosos da área como, por exemplo, Leci Barbisan (2007), de Semântica Argumentativa. Criada na França, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris por Oswald Ducrot e, inicialmente, Jean-Claude Anscombre, a ANL passou por diversas fases e mudanças, porém, todas as reformulações se mantiveram norteadas pelo principal pensamento de Ducrot, de que “[...] a linguagem é essencialmente argumentativa, visto não descrever diretamente a realidade, mas indiretamente, por meio dos aspectos subjetivos e intersubjetivos” (GRAEFF, 2006, p. 190).

Em outras palavras, o que o teórico quer dizer é que a argumentação está na língua, ou seja, o sentido está circunscrito ao linguístico, pois, para que seja explicado, não há a necessidade de recor-

rer a elementos externos. Norteando-se, então, por esse pensamento, a ANL, em suas diferentes fases – Forma Standard (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983), Teoria dos Topoi e Teoria Polifônica da Enunciação (DUCROT, 1987; DUCROT, 1990; DUCROT, 1999), Teoria dos Blocos Semânticos (CAREL, DUCROT, 2005; CAREL, DUCROT, 2008), e Teoria da Argumentação Polifônica (CAREL, 2011) -, buscou um alinhamento com o princípio saussuriano segundo o qual o significado de uma expressão está baseado nas relações que essa expressão mantém com outras de mesma natureza.

Na presente pesquisa, toma-se como base uma das fases mais atuais da Semântica Argumentativa – a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) -, sobre a qual versará a próxima seção.

Teoria dos Blocos Semânticos

Uma das versões mais atuais da Teoria da Argumentação na Língua, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), tem como principal fundamento a concepção argumentativa da língua, cuja construção de sentido se dá por meio de encadeamentos argumentativos. Segundo a estudiosa Telisa Graeff, em seu artigo intitulado *Teoria da Argumentação na Língua e Compreensão de Tema de Redação*, “[...] o sentido de uma unidade linguística não é construído pelas coisas ou fatos que ela denota, nem pelos pensamentos ou crenças que exprime, mas pelos encadeamentos discursivos que evoca, a saber as argumentações” (GRAEFF, 2005, p. 115).

Marion Carel e Oswald Ducrot, no texto intitulado *La semántica argumentativa. Una introducción a la teoría de los Bloques Semánticos* (2005), propõem a existência de dois tipos de encadeamentos argumentativos que serão constituídos por um discurso do tipo X CON Y, no qual CON será um conector. Esse conector, por sua vez, poderá ser de dois tipos:

A. Conector normativo: Trata-se de um conector em *donc* (DC), que, traduzido do francês para o português, significa *portanto*. Pode-se perceber que esse tipo de conector dá para a argumentação no discurso um sentido conclusivo/consecutivo.

B. Conector transgressivo: Trata-se de um conector em *pourtant* (PT), que, traduzido do francês para o português, significa *mesmo assim* ou *no entanto*. Logo, percebe-se, no encadeamento transgressivo, uma argumentação no discurso com sentido concessivo/opositivo.

Partindo, então, desse princípio, Carel e Ducrot (2005) afirmam que os enunciados projetados no discurso têm um sentido de “orientar para”. Em outras palavras, o que a TBS atenta é para as palavras conectoras, que, vistas pela gramática normativa como sendo desprovidas de sentido, na verdade apresentam valor argumentativo. Conectores

sintáticos, como *portanto*, *entretanto*, *logo*, *mas*, etc., condicionam linguística e semanticamente uma sequência dentro do discurso.

A título de ilustração, observem-se enunciados como *João usou chapéu na festa, portanto ficou elegante* e *João usou chapéu na festa, no entanto ficou elegante*, os quais apresentam sentidos opostos, fruto da substituição de *portanto* por *no entanto*: no primeiro, a elegância é decorrente do uso do adereço; já no segundo, a elegância é algo contrário a esse uso. A escolha, no eixo associativo, por um ou por outro conector é crucial para a construção da argumentação. Assim, para esta pesquisa, será considerada primordial a existência de conectores nas redações analisadas, já que eles são os responsáveis pelo estabelecimento do sentido nos discursos.

Saussure e Ducrot: aproximações

Dizer que um linguista se inspirou em Saussure para criar uma teoria linguística é, de certa forma, uma redundância, uma vez que a linguística moderna nasce a partir dos estudos do professor genebrino.

Partindo das fundamentações de língua, fala, signo, valor e estrutura, diversos campos da linguística surgiram para reafirmá-los ou, até mesmo, para negá-los. Entre as muitas linguísticas que se ligam e/ou se opõem à vertente estruturalista, tem-se a Linguística

da Enunciação, que tem como alguns de seus representantes Charles Bally, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Mikhail Bakhtin, Oswald Ducrot e Jacqueline Authier-Revuz, como nos apresentam Flores e Teixeira (2013).

Com o intuito de observar os efeitos de sentido produzidos por escolhas linguísticas de escritores em textos argumentativos, nosso estudo contemplará, principalmente, a teoria de Ducrot e, consequentemente, a de Saussure. Por quê? Vejamos o que diz o próprio Ducrot ao se perguntar sobre sua suposta fidelidade à Saussure:

Eu sou fiel à Saussure? Sob diversos ângulos, a resposta seria negativa, mas não no que se refere à noção de valor, que eu sempre quis colocar como sendo a norteadora do meu trabalho em semântica: cada vez que eu falava de uma entidade, sempre tentava caracterizá-la pelo valor que permitia declarar essa entidade [...] (DUCROT, 2006, p.153) (tradução nossa).¹

Como se pode ver, no texto intitulado *La Sémantique Argumentative peut-elle se réclamer de Saussure?*, de Oswald Ducrot, o autor declara que a postulação de Saussure que mais o norteia é o conceito de valor linguístico. Ducrot (2006), ao fazer essa afirmação, economizou boa parte das explicações que se fariam necessárias, uma vez que, associada à noção de valor, está a noção de língua, que, por sua vez, se atrela à noção de sistema, o qual está ligado à noção de estrutura, que se vincula às relações.

Primeiramente, quando Saussure (2002) define que um signo linguístico é aquilo que outro não é, significa, para o linguista, que não há a necessidade de

observar um elemento extralinguístico para deduzirmos seu sentido, uma vez que esse será determinado pela/na língua por oposição. Logo, quando Ducrot (2009) afirma que a língua é argumentativa e que se configura por meio de frases em encadeamentos argumentativos, significa que tais frases só existem a partir da existência de outras, pois “uma entidade linguística [...] não poderá definir-se independentemente de seu emprego em um diálogo. [...] O enunciado se definirá então pelas possibilidades de resposta que abre e por aquelas que fecha. [...] sua realidade não se localiza nele, mas fora dele – nos outros enunciados” (DUCROT, 2009b, p. 11-12).

Além dessa aproximação, é importante que atentemos para o fato de Ducrot (2009a) visualizar o discurso como sendo dotado de sentido, pois as escolhas linguísticas do locutor, segundo ele, argumentam. Porém, nos perguntemos: tais escolhas estarão onde? A resposta para essa pergunta será o eixo associativo, proposto por Saussure (2002), pois esse eixo estará presente no sistema da língua e seu uso e apropriação será de caráter individual. É o eixo associativo que definirá a natureza do encadeamento argumentativo, conforme os segmentos que se relacionam e o conector (CON) escolhido.

Além dessas escolhas linguísticas no discurso, Ducrot (1990, 2009b) afirma, no escopo da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), que a língua é intersubjetiva e, por isso, o locutor leva o seu alocutário a dar-lhe uma resposta. Essa resposta, a qual o locutor espera, fica à mercê daquilo que foi dito/escrito ante-

riormente. Essa relação configurar-se-á no eixo sintagmático, porém será dada a partir da enunciação, pois é por meio de um ato enunciativo que o sujeito constrói sentidos. Como? Argumentando e, segundo Ducrot (2009a), argumentando por intermédio de enunciados do tipo X CON Y. Abaixo, apresenta-se uma figura que ilustra as relações entre Saussure e Ducrot, mediadas pela enunciação:

Figura 1 – Relações teóricas entre Saussure e Ducrot



Fonte: os autores.

A partir da Figura 1, podemos concluir que:

1. Refere-se ao sistema língua que, segundo Saussure (2002), é composta por signos que se relacionam, em associações e sintagmas, atribuindo-lhes valor;
2. Refere-se ao uso da língua;
3. Instância de mediação entre a língua e a fala, resultando, assim, na transformação da língua em discurso. Esse emprego da língua, segundo Ducrot, ocorrerá pela argumentação, num enunciado do tipo X CON Y.

Metodologia

A presente pesquisa, conforme afirmado na introdução, apresenta como objetivo a análise do desenvolvimento do tema, especialmente a construção de encadeamentos argumentativos e o uso de conectores, em redações de vestibular de uma universidade do interior do Rio Grande do Sul. Para isso, foram selecionadas, de um universo de oitenta textos que compõem o corpus da pesquisa, quarenta redações com notas entre 2,0 e 10 pontos, atribuídas pela banca examinadora do vestibular, sem especificação do curso de graduação escolhido pelo candidato.

Os procedimentos de análise incluíram: a) a análise da proposta de redação, com o objetivo de identificar as possibilidades de encadeamento argumentativo passíveis de serem desenvolvidos pelos vestibulandos; b) estratificação das redações de acordo com a nota atribuída pela banca; c) identificação do encadeamento argumentativo desenvolvido na redação e sua correspondência ou não com as possibilidades elencadas a partir da análise da proposta; d) identificação da quantidade e da variedade de conectores presentes nos textos analisados.

Análise dos dados

A seguir, apresenta-se a análise da proposta de redação do vestibular com base em Dall' Cortivo-Lebler e Gomes (2017) e, após, desenvolve-se a análise

do corpus da pesquisa. Neste artigo, assume-se, metodologicamente, que os encadeamentos argumentativos são paráfrases dos enunciados, enquanto os aspectos argumentativos são representações abstratas desses encadeamentos. Assim, entende-se que as redações, bem como o tema da proposta, materializam – ou apresentam possibilidades de materialização de – determinados sentidos cuja estrutura se assenta sobre os aspectos argumentativos. Cada redação, portanto, poderá desenvolver um aspecto daqueles possibilitados pelos textos motivadores da proposta ou, em caso de não o fazer, será enquadrada na rubrica “fuga ao tema”.

Análise da proposta de redação

As propostas de redação do vestibular da universidade em questão foram três, apresentadas na seguinte ordem: o TEMA 1 propõe ao aluno o enfoque da relação entre política e politicalha; o TEMA 2 propõe a abordagem das estratégias de alienação da sociedade contemporânea; TEMA 3 propõe a argumentação sobre a solidariedade enquanto bem social. Optou-se, para a análise da proposta de redação, o tema de número 3, pelo volume de redações produzidas pelos vestibulandos, o que possibilitou a constituição do corpus com notas dentro do espectro estipulado – 2,0 a 10,0 pontos. Na Figura 2, apresenta-se a reprodução da proposta de redação:

Figura 2 – Proposta de redação.

TEMA 3

Na França pai ganha 350 dias de férias para cuidar de filha com câncer.
“Usei todos os meus dias de férias em exames médicos e sessões quimioterápicas”,
contou ele ao jornal local *Le Réveil de Neufchâtel*.

Mas a solidariedade de seus colegas de trabalho fez com que a situação de Dupré mudasse radicalmente. Eles decidiram doar suas férias para que Dupré pudesse cuidar de sua filha.

Com isso, ele passou a ter direito a nada menos do que 350 dias de férias. (BBC Brasil outubro 2015)

 Quando a ganância parece tomar conta das pessoas, exemplos de solidariedade dão um novo sopro de esperança. Aborde, num texto argumentativo, a solidariedade enquanto um bem social e como essa característica pode representar a dimensão humanitária necessária para a construção de um mundo melhor.

Fonte: Prova de redação aplicada pela instituição.

Pode-se observar que a proposta de tema 3 apresenta aos candidatos, primeiramente, uma notícia que foi divulgada pela BBC Brasil. Após isso, a proposta apresenta uma estrutura linguística iniciada pelo operador argumentativo MAS. Nesse sentido, lembremos o que afirma Telisa Graeff em seu artigo: “conforme Ducrot e Anscombre, uma estrutura como A MAS B apresenta A e B como opostos, sendo que o locutor de A MAS B prefere B em detrimento de A” (2005, p.118).

Observa-se que, na proposta de redação, o conector MAS não está opondo ideias contrárias, porém, o simples fato

de esse articulador dar a ideia de NO ENTANTO, espera-se que o candidato levante possibilidades acerca dessa oposição. Nesse caso, poder-se-ia chegar às seguintes questões: caso Dupré não recebesse 350 dias de férias, o que aconteceria? Qual foi o impacto da atitude de seus colegas em sua vida?

Além disso, pode-se dizer que os dois primeiros textos motivadores da proposta contemplam, segundo a TBS, quatro possibilidades de continuação, ou de aspectos normativos (X DC Y), em que DC será *portanto* ou outras expressões normativas. São eles:

Aspecto argumentativo A: SOLIDARIEDADE DC BEM SOCIAL

Aspecto argumentativo B: SER SOLIDÁRIO DC CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR

Aspecto argumentativo C: SOLIDARIEDADE ENQUANTO BEM SOCIAL DC SER SOLIDÁRIO

Aspecto argumentativo D: NÃO SER SOLIDÁRIO DC NÃO CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR

Faz-se necessário observar que a proposta de redação apresenta mais possibilidades de aspectos normativos, entretanto não se espera um posicionamento contrário à proposta. Por isso, aspectos do tipo SOLIDARIEDADE DC NÃO BEM SOCIAL, SER SOLIDÁRIO

DC NÃO CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR OU NÃO SER SOLIDÁRIO DC CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR, iriam de encontro àquilo que prega a própria proposta, configurando-se, dessa forma, como fuga ao tema.

Assim, se a língua é intersubjetiva e o locutor, ao se enunciar, obriga seu interlocutor a dar-lhe uma resposta – que é uma continuação do seu discurso, então, podemos entender que as redações são continuidades do discurso contido no enunciado da proposta, tendo como objetivo, portanto, preencher uma lacuna desse discurso. A obediência à orientação semântica da proposta é que configura o esperado, sendo o contrário – a desobediência – considerado uma inadequação quanto ao desenvolvimento do tema.

Quanto à possibilidade de aspecto transgressivo, quando o enunciado da proposta afirma que se vive em tempos em que a ganância tomou conta das pessoas, tendo-se, com exemplos de atitudes solidárias, um sopro de esperança, poder-se-á ter a possibilidade de aspecto transgressivo X PT Y. Logo:

Aspecto argumentativo E: GANÂNCIA
PT EXEMPLO DE SOLIDARIEDADE
DÁ SOPRO DE ESPERANÇA

Após a identificação dos aspectos argumentativos passíveis de ser desenvolvidos a respeito do tema da redação, selecionou-se e numerou-se um corpus de quarenta, das oitenta redações produzidas. Analisaram-se textos com notas entre 2.0 e 10.0 pontos – de 4 a 5 redações para cada faixa de pontuação – a fim de descrever as diferentes argumentações construídas acerca do tema proposto, identificando quais delas colaboraram para um bom desempenho na prova de redação.

Análise das redações

É necessário salientarmos que qualidades como legibilidade do texto, respeito à tipologia textual, mecanismos linguísticos (coesão e coerência), domínio da variedade padrão e defesa do ponto de vista com autoria foram consideráveis para a obtenção da nota na redação. Entretanto, na presente pesquisa, observou-se apenas a qualidade argumentativa e abordagem temática pelo desenvolvimento (ou não) de aspectos normativos e transgressivos e, mais ainda, como esse desenvolvimento contribuiu para a construção de sentido.

A seguir, encontra-se a Tabela 1, composta por quatro colunas, que sintetiza parte da análise: na primeira coluna, encontra-se a identificação da redação analisada; na segunda, descreve-se o aspecto argumentativo desenvolvido pelo candidato de acordo com as possibilidades elencadas na análise da proposta de redação (vide seção 6.1), ou, caso o candidato tenha desenvolvido um aspecto não previsto pela proposta, faz-se o registro como “fuga ao tema”; na terceira coluna, apresenta-se o número de conectores utilizados pelo candidato em seu texto; e, na quinta coluna, apresenta-se a nota atribuída à redação pela banca examinadora do vestibular. Faz-se importante esclarecer que, na tabela, enumeraram-se e distribuíram-se as redações conforme as médias obtidas, em ordem crescente. O fato de as médias serem mais significativas conforme o maior número de conectores é um fator relevante, já que a boa utilização de conectores traz ao texto mais argumentatividade e, em consequência, explicita as relações de sentido.

Tabela 1 – Síntese da análise do *corpus*

Nº da redação	Aspecto Argumentativo de acordo com a seção 6.1	Número de conectores apresentados	Média Final
1	Aspecto A	sem conectores	2,5
2	Fuga ao tema	sem conectores	2,5
3	Fuga ao tema	sem conectores	2,5
4	Aspecto D	sem conectores	2,5
5	Aspecto A	sem conectores	2,0
6	Aspecto B	sem conectores	2,0
7	Aspecto B	sem conectores	2,0
8	Aspecto B	1 conector	3,0
9	Aspecto A	sem conectores	3,0
10	Aspecto D	sem conectores	3,0
11	Aspecto D	sem conectores	3,5
12	Aspecto A	sem conectores	3,5
13	Aspecto D	1 conector	4,0
14	Aspecto B	3 conectores	4,0
15	Aspecto B	3 conectores	4,5
16	Aspecto E	2 conectores	4,5
17	Aspecto A	1 conector	4,5
18	Aspecto D	sem conectores	5,0
19	Aspecto E	2 conectores	5,75
20	Aspecto A	4 conectores	5,25
21	Aspecto D	1 conector	5,5
22	Aspecto A	1 conector	5,0
23	Aspecto A	1 conector	6,0
24	Aspecto B	3 conectores	6,0
25	Aspecto C	3 conectores	6,5
26	Aspecto A	2 conectores	6,5
27	Aspecto C	1 conector	7,0
28	Aspecto D	3 conectores	8,5
29	Aspecto A	4 conectores	8,5
30	Aspecto A	3 conectores	8,5
31	Aspecto D	4 conectores	9,0
32	Aspecto A	4 conectores	9,0
33	Aspecto B	4 conectores	9,0
34	Aspecto E	2 conectores	9,0
35	Aspecto A	7 conectores	9,0
36	Aspecto A	3 conectores	9,0
37	Aspecto A	4 conectores	10
38	Aspecto B	5 conectores	10
39	Aspecto A	3 conectores	10
40	Aspecto C	5 conectores	10

Fonte: autores.

Nota-se, na tabela apresentada, que 15 redações optaram pelo aspecto argumentativo SOLIDARIEDADE DC BEM SOCIAL. Esse número de redações corresponde a 37,5% do corpus total (40 redações). Nas redações que desenvolveram esse aspecto, constatou-se que:

As redações de números 1, 5, 9 e 12 obtiveram, respectivamente, as notas 2,5; 2,0; 3,0 e 3,5, que são médias consideradas muito baixas. Provavelmente, um dos motivos de maior relevância para isso é o fato de essas redações, apesar de desenvolverem a ideia do aspecto normativo A, não apresentaram explicitamente, em seu desenvolvimento, nenhum conector; ou seja, nesses textos, as relações normativas de sentido explicitadas pelos conectores configuraram-se inexistentes.

As redações de números 17, 20, 22, 23 e 26 obtiveram, respectivamente, as notas 4,5; 5,25; 5,0; 6,0 e 6,5. Pode-se dizer que, apesar de essas médias não serem tão baixas, não se pode considerá-las boas, tendo em vista o ponto de corte de alguns dos cursos oferecidos pela universidade. A redação de número 17, apesar de optar por um encadeamento normativo, não o representou linguisticamente. Entretanto, em uma de suas orações, utilizou a conjunção *mas* para a oposição de ideias,

configurando, assim, um aspecto transgressivo:

(linha 02 a linha 05)

“Sonhamos todos os dias com um mundo bom, sem guerra, sem crimes, sem mortes, um mundo em que a aparência não esteja acima do caráter, esse é o lugar onde todos querem viver, MAS poucos ajudam a construir.”

- As redações de números 20 e 22 utilizaram, cada uma, um conector normativo. A primeira utilizou o *pois*, e a segunda utilizou o *então*. Nas redações representadas pelo número 23 e 26, identificou-se a utilização de *portanto*. Porém, na redação de número 26, observou-se, na conclusão do texto, que o candidato(a) optou por iniciar o parágrafo com a expressão *conclui-se que*, a fim de dar a ideia consecutiva a tudo que havia sido discutido anteriormente no texto:

(linha 20 à linha 25)

“CONCLUI-SE que está mais do que na hora de as pessoas perceberem que todos caminham juntos e que ser solidário ajuda essa caminhada a ser MELHOR. Talvez a chave para a criação de uma sociedade MELHOR seja, como diz um autor “fazer bem sem olhar a quem”.

- As redações de números 29 e 30 obtiveram a média 8,5, apresentando 3 conectores de natureza normativa: *assim*, *por isso* e *portanto*. As redações de números 32, 35 e 36 apresentaram média 9,0 – considerada muito boa – e cada uma delas utilizou 4 conectores normativos, variando entre *assim*, *por isso*, *portanto*, *consoante a isso* e *logo*, explicitando, de modo muito claro, as relações semânticas no texto. Já as redações de números 37 e 39, além de apresentarem tais características, continham enunciados transgressivos, representados, em ambos, pelo conector *entretanto*. Para fins de exemplificação, segue a introdução da redação 37, cujo aspecto argumentativo desenvolvido é SOLIDARIEDADE DC BEM SOCIAL, o qual aparece no último enunciado do excerto: (linha 01 à linha 06)
 “O imediatismo e o ápice tecnológico vivenciados nos últimos anos têm esfriado e anestesiado nossos relacionamentos interpessoais. No intuito de otimizar o uso do tempo, mergulhamos no mundo virtual que muito nos auxilia. ENTRETANTO, nos tornamos gradativamente egoístas. NESSE SENTIDO, a solidariedade é um bem social que deve ser recuperado...”

A estratégia argumentativa utilizada pelo candidato exemplifica o que afirma Ducrot (2009a, p. 24), para quem a concessão é uma importante ferramenta argumentativa, já que “constitui [...] uma imagem favorável, a de um homem que aceita a discussão, que não procura impor-se brutalmente” e, assim, melhora o seu *ethos*. A estratégia concessiva apresenta já argumento e contra-argumento, levando em consideração, de certa forma, outros pontos de vista a respeito dos quais o locutor opta por posicionar-se de modo opositivo.

Em relação à possibilidade do aspecto normativo B, que corresponde a SER SOLIDÁRIO DC CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR, encontramos um número de redações correspondente a 17,5% (7 redações) do corpus total. Nesses textos, observou-se que:

Nas redações de números 6 e 7, que obtiveram a média 2,0, houve a tentativa de desenvolver o encadeamento normativo supra citado, porém sem a utilização de conectores conclusivos/consecutivos, prejudicando, assim, a explicitação do sentido. A redação de número 8, que também obteve uma média baixa – 3,0 pontos –, utilizou apenas 1 conector normativo (*portanto*), porém, ao fazê-lo, acabou contrastando o conceito de egoísmo, abordado no 3º parágrafo, com o conceito de ganância, abordado no 4º parágrafo. Essa confusão de conceitos atrelada ao uso indevido

do conector prejudicou a argumentação. Além disso, ocorreu um erro ortográfico no conector. Todavia, tal erro (a troca da letra t pelo d), acabou resultando num vocábulo existente na língua (*portando*, do verbo portar) que, apesar de estranho, pois ninguém porta a ganância, poderia estar no lugar com sentido de praticar, uma vez que não foi separado por vírgula, como, em geral, são os conectores. Esse exemplo ilustra que a mudança de significante, no eixo associativo, resulta numa mudança de significado:

(linha 14 à linha 21)

“Se você não quer mais esta roupa dê para quem precisa, ela vai ficar bem feliz. Quando estiver caminhando na rua e vir um mendigo, não dê gargalhadas, vai lá e alcance um pão a ele. Tudo que fizermos de bom às pessoas, não vai nos fazer falta.

PORTANDO (*sic*) a ganância não nos leva a lugar nenhum, ao contrário, vai fazer com que as pessoas fiquem com raiva de nós...”

- As redações de números 14, 15 e 24, que obtiveram, respectivamente, as notas 4,0, 4,5 e 6,0, apesar de desenvolverem o aspecto normativo SER SOLIDÁRIO DC CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR por meio de um bom posicionamento, pouco fizeram

uso de conectores – verificou-se a utilização de apenas 1 em cada um dos textos. Nesse sentido, pode-se dizer que a ausência de nexos normativos em posições textuais nas quais deveriam estar presentes dá ao texto a ideia de algo inacabado, ou melhor, sente-se que as ideias defendidas no texto parecem estar inacabadas.

- Em relação às redações de números 33 e 38, que obtiveram, respectivamente, as médias 9,0 e 10, observou-se o bom desenvolvimento desse encadeamento por meio da utilização de 4 conectores normativos: *portanto*, *assim* – 2 vezes – e *logo*.

As redações que optaram pelo aspecto argumentativo C correspondem a 7,5% (3 redações) do corpus total. Trata-se de um aspecto normativo, SOLIDARIEDADE ENQUANTO BEM SOCIAL DC SER SOLIDÁRIO, cujo próprio bloco semântico anula a possibilidade de inexistência de conectores, pois ele é uma combinação dos aspectos A e B. Dito isso, constatou-se que:

- Na observação da redação de número 25, pôde-se detectar uma tentativa de encadeamento transgressivo na introdução. Porém, tal tentativa foi mal sucedida e, em decorrência disso, desencaideou-se um aspecto argumentati-

vo não autorizado pela proposta:
NEG SER SOLIDÁRIO PT NEG
AJUDAR O PRÓXIMO.

(linha 01 à linha 04)

“Atualmente, em meio ao constante desejo de possuir mais bens materiais, as pessoas tornaram-se cada vez mais egoístas. No entanto, há ainda estudos realizados em diversos países que o desejo de ajudar o próximo morreu.”.

- A redação de número 27, cuja média foi 7,0, apresentou legibilidade, domínio da norma padrão e respeito à tipologia textual. Porém, a inexistência de entrelaçamento linguístico entre os parágrafos, que se dá geralmente pelo uso de conectores normativos e/ou transgressivos, impossibilitou ao texto a ideia de progressão argumentativa, uma vez que os parágrafos poderiam ter sido lidos isoladamente ou em qualquer ordem. Já a redação de número 40, que obteve a média 10, apresentou um bom entrelaçamento linguístico e o uso de cinco conectores, sendo três normativos, configurados em *portanto*, *por isso*, *assim* e *logo*, e um transgressivo, configurado em *entretanto*.

Quanto ao último aspecto normativo possível NÃO SER SOLIDÁRIO DC NÃO CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR, houve oito

redações que optaram por esse, equivalendo a 20% do corpus total. Trata-se de um aspecto cujo bloco semântico se configura por meio da negação de ambos os segmentos do aspecto B, sendo-lhe, portanto, recíproco. Observou-se que:

- Nas redações de números 04, 10, 11, 13 e 18, que obtiveram, respectivamente, as médias 2,5; 3,0; 3,5; 4,0 e 5,0, constatou-se a inexistência de conectores normativos. Já a redação de número 21 apresentou apenas 1 conector entre enunciados, porém entre parágrafos não houve ocorrência.
- As redações de números 28 e 31, que obtiveram, respectivamente, as médias 8,5 e 9,0, desenvolveram muito bem o aspecto normativo D. A redação de número 28 apresentou 3 conectores normativos, configurados em *portanto*, *dessa forma* e *nesse sentido*, bem como iniciou o terceiro parágrafo com a locução conectiva *além disso* a fim de intensificar a afirmativa anteriormente feita, de que sem sermos solidários nunca construiríamos um mundo melhor. Já a redação de número 31 apresentou 6 conectores normativos (*portanto*, *desse modo*, *assim*, *devido a isso*, *logo* e *bem como*), além de usar construções sintáticas transgressivas com os conectores *entretanto* e *porém*.

A exemplo, o último parágrafo do texto 28 mostra um bom entrelaçamento entre enunciados, através do uso de conectores normativos:

“PORTANTO, na sociedade contemporânea, a solidariedade é o bem necessário para a construção de um mundo mais pacífico, justo e digno de se viver. DESSA FORMA, os conflitos existentes entre as diferentes culturas serão amenizados, de maneira a proporcionar um futuro melhor às próximas gerações. POR FIM, estando de braços abertos, como o Cristo Redentor, será possível garantir uma vida repleta de amor, paz e esperança a todas as populações.”

Em relação ao único encadeamento transgressivo permitido pela proposta, GANÂNCIA PT EXEMPLO DE SOLIDARIEDADE DÃO SOPRO DE ESPERANÇA, encontraram-se quatro redações que o desenvolveram, representando 10% do corpus total. Dentre essas redações, duas, de número 16 e 19, obtiveram, respectivamente, as médias 4,5 e 5,75, apresentando, cada uma, duas vezes o conector transgressivo *entretanto*. As redações de números 34 e 38 obtiveram, respectivamente, as médias 9,0 e 10. A primeira apresentou dois conectores, sendo um normativo (assim) e um transgressivo (porém) ligando parágrafos. A última, por sua vez, apresentou 5 conectores, três deles

ligando enunciados, representados por *nesse sentido*, *entretanto* e *além disso*; e dois deles fazendo o encadeamento entre parágrafos, representados por *portanto* e, outra vez, *além disso*.

Ainda, na seção de análise de redações, faz-se pertinente trazer alguns apontamentos do corpus total (40 redações) analisado:

- As redações de números 2 e 3, cujas notas foram 2,5, não apresentaram nenhum aspecto normativo possível e, consequentemente, fugiram ao tema. A redação de número 2 abordou a temática do câncer, apresentada na proposta de redação, porém o/a candidata(o) não atentou para o fato de que a proposta cita o câncer, mas centraliza a atenção para a solidariedade dos colegas de trabalho de Dupré, que doaram suas próprias férias para o pai poder cuidar de sua filha com câncer. Já a redação de número 3 abordou o conceito de ganância, também citado na proposta, porém não a contrastou com exemplos de solidariedade (temática central).

Doze redações, representando 30% do total do corpus, não obtiveram nenhuma ocorrência de conectores linguísticos, apesar de desenvolverem as ideias de algum aspecto argumentativo.

- Sete redações, representando 17,5% do total do corpus, apresentaram apenas um conector linguístico, número este considerado baixo em se tratando de texto argumentativo que, por sua natureza, exige elementos coesivos dessa natureza.
- Atrelado à baixa incidência de nexos semânticos, percebeu-se certa limitação na escolha lexical dos textos escritos. Observou-se, nos textos que apresentaram mais de um conector, certa dificuldade de substituição de nexos linguísticos que tivessem um valor semântico semelhante. Abaixo, será explicitado esse fato, utilizando quatro enunciados, retirados do texto de número 20:

Linha 7: “Ser solidário é um dos atos mais dignos do ser humano, POIS demonstra seu lado racional e emocional em conjunto, ajudando o próximo como a si mesmo”

Linha 10: “Com pequenos atos diários, podemos transformar o mundo em um local agradável e bom desse viver, POIS assim, todos teremos as mesmas oportunidades, POIS nos sentiremos igual a todas as pessoas”

Linha 16: “Ser solidário depende somente da própria pessoa, POIS ninguém pode obrigar alguém a ser solidário no lugar da pessoa”

Linha 20: “Tornar o mundo um lugar mais humano, é um dever e direito de todos que nele habitam, POIS fará tanto um bem pessoal, como conjunto, onde todos se sentirão melhor.”

A partir dos quatro enunciados retirados do texto de número 20, pôde-se notar (não somente nesse texto, mas também em outros) certa dificuldade de substituição no eixo paradigmático, citada anteriormente. Vejamos como se configurariam esses enunciados caso a substituição fosse feita, lembrando que uma delas pode se manter com o conector pois:

Linha 7: “Ser solidário é um dos atos mais dignos do ser humano, **uma vez que** demonstra seu lado racional...”

Linha 10: “...podemos transformar o mundo em um local agradável e bom de se viver, **sendo assim...**”

Linha 16: “Ser solidário depende somente da própria pessoa, **portanto** ninguém pode...”

Linha 20: “...é um dever e um direito de todos que nele habitam, **pois** fará tanto...”

- Verificou-se, também, na análise da maioria dos textos, certa circularidade textual, ou seja, vários enunciados repetindo a mesma ideia por meio de paráfrases. Acompanhem, abaixo,

um exemplo disso, retirado da redação de número 21:

Linha 20: “... o ser humano realmente racional...”

Linha 22: “...pela lógica o ser humano é realmente racional...”

- Ainda, pôde-se notar, na tabela acima apresentada, a preferência por aspectos normativos, especialmente pelo aspecto A, que estava explícito na proposta e foi escolhido por 37,5% dos candidatos. Entendemos que isso se deve ao fato de a proposta de redação não permitir o desenvolvimento de muitos aspectos transgressivos (havia somente uma possibilidade). Nesse sentido, porém, vale observar que, mesmo que um texto tenha em seu desenvolvimento principal um aspecto normativo, não significa que em seu dissertar não possa haver construções de caráter transgressivo com seus respectivos conectores. Talvez, o fato de o pensamento normativo estar muito próximo do senso comum possa, de alguma forma, inibir a transgressão de ideias.

Considerações finais

Optou-se, neste artigo, chamar o último item de considerações finais e não de conclusão, principalmente pelo fato de, na análise das redações, levantarem-se

muitos questionamentos a respeito do universo textual. O primeiro deles nos remete às palavras de Ducrot (2009), para quem todo discurso é argumentativo, já que a argumentação está inscrita na língua, sendo-lhe, portanto, constitutiva. Porém, constatou-se, na observação dos dados quantitativos, que a baixa qualidade textual de vestibulandos está intimamente ligada à dificuldade lexical para a seleção adequada de conectores normativos e/ou transgressivos, bem como a relação semântica que esses termos estabelecem em enunciados do tipo X CON Y.

Relacionado a isso, vale lembrar as palavras de Rocco (1981), citadas, inicialmente, neste estudo, as quais afirmam que teria sido melhor que as redações por ele analisadas não tivessem sido escritas. Entretanto, neste estudo, transferindo a inspiração teórica de Saussure no que diz respeito ao valor linguístico, cujo constructo teórico está baseado na Teoria da Alteridade, de Platão, colocou-se no lugar do outro, ou seja, dos candidatos escritores e, por fim, chegou-se à seguinte conclusão: dizer, em tempos de ameaças à escrita, que o que foi escrito seria melhor não ter sido feito é uma censura à expressão individual.

Assumindo, então, esse posicionamento, o presente artigo verificou que a maioria dos textos contemplados tentaram “dar seu recado”, porém não o fizeram plenamente. Ora, se alguém disser ou escrever, por exemplo, a seguinte afirmação: *Cassandra é boa professora*,

não se pode inferir, ao certo, o que esse alguém pretende ao dizer/escrever isso até o momento em que esse alguém construa, de fato, um encadeamento que dê sentido unitário a esta construção: *Passei de ano PORTANTO Cassandra é boa professora/ Neste semestre entendi toda matéria PORTANTO Cassandra é boa professora/ Cassandra é boa professora MESMO ASSIM fui mal na prova*, e assim por diante.

Argumentar é, pois, dar sentido ao que está sendo dito/escrito, anterior e posteriormente, em que segmentos A e B são relacionados semanticamente. Logo, surge nossa primeira urgência em relação à escrita textual: faz-se necessária uma aproximação entre teorias linguísticas e ensino de língua portuguesa. Ao invés de centralizar o ensino de língua na categorização, seria interessante aproximá-lo das teorias linguísticas, dando ao aluno a capacidade de se comunicar, e bem, pelo meio linguístico. Atenta-se aqui para o fato de que não se está querendo dizer que o aluno não sabe se comunicar. Entretanto, na argumentação linguística, configurada, principalmente, na escrita, há uma relação entre locutor e texto; o outro, o tu, o leitor não está presente. Então como é possível fazer-se entender por meio escrito? A resposta pode ser dada, possivelmente, por meio dessa aproximação, cuja ideia o presente artigo tanto preconiza. E, certamente, uma das teorias que aqui se clama para o ensino de produção escrita é a Semântica Argumentativa.

La Semántica Argumentativa como base para el análisis de redacciones de vestibular

Resumen

Este artículo visa analizar el abordaje y el desarrollo del tema en redacciones de inscriptos en el proceso selectivo de una universidad del Rio Grande do Sul. Se fundamentó, para el debido análisis, en la Teoría de la Argumentación en la Lengua, desarrollada por el semantista Oswald Ducrot y sus colaboradores, cuyo pensamiento principal la nortea es de que el lenguaje es esencialmente argumentativo. Se concluyó, a partir que del análisis de un corpus de 40 redacciones, la necesidad de una mejor aproximación entre teoría lingüística y enseñanza para que se posibilite a alumnos y futuros universitarios construir sentido en el texto a partir del lingüístico, bien como mayor entendimiento de todos los aspectos que circundan el universo textual.

Palabras-clave: Argumentación. Redacción. Bloques semánticos.

Nota

- ¹ Depuis, à toutes les étapes de mon travail, je me suis posé la question – Suis-je fidèle à Sausure?. A bien des égards la réponse était certes négative, mais pas en ce qui concerne la notion de valeur, que j'ai toujours voulu mettre au centre de mon travail en sémantique: chaque fois que je parlais d'une entité, j'ai toujours tenté de la caractériser par la valeur permettant de la déclarer [...] (DUCROT, 2006, p.153).

Referências

- ANSCOMBRE, J.C. ; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles : Pierre Mardaga Éditeur, 1983 .
- BARBISAN, Leci. Uma proposta para o ensino da argumentação. In: *Letras de Hoje*, v.42, n. 2, p. 111-138. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- CAREL, Marion. *L'entrelacement argumentatif*. Lexique, discours et blocs sémantiques. Paris:Honoré Champion, 2011.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semântica argumentativa: una introducción a la teoría de los Bloques Semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CAREL, M.; DUCROT, O. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.
- DALL' CORTIVO-LEBLER, Cristiane; GOMES, Lauro. Argumentação e polifonia: ferramentas para o resgate dos sentidos da proposta de redação do Enem. *Nonada: Letras em Revista*. Porto Alegre, n. 28, v. 1, mai. 2017, pp. 262-280.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. *Polifonia y argumentacion*. Universidad del Valle, Calli, 1990.
- _____. Os topoi na Teoria da Argumentação na Língua. *Revista Brasileira de Letras*. São Carlos. v. 1, n. 1, inverno, 1999.
- DUCROT, Oswald. La Sémantique Argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In: SAUSSURE, Louis de (Org.). *Nouveaux regards sur Saussure*. Genebra: Librairie Droz, 2006.
- DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009a.
- DUCROT, Oswald. Prefácio. In: VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. Campinas: Ateliê Editorial, 2009b.
- FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Linguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2013.
- GRAEFF, Telisa Furlanetto. *Teoria da argumentação na língua e compreensão de tema de redação*. Revistado Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 1, n. 2, p. 114-126, jul./dez.2005.
- GRAEFF, Telisa Furlanetto. *A argumentação normativa e transgressiva em redações e seus Meios de expressão*. Desenredo, Passo Fundo, v.2, n.2, p.188-202, jul./dez.2006.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2002.

Escrita acadêmica: a resenha como produto de retextualização

Anne Carrolline Dias Rocha Prado*

Márcia Helena de Melo Pereira**

Resumo

Neste artigo, aborda-se a resenha acadêmica como um produto de retextualização. A ancoragem em Marcuschi (2010) e Matencio (2002), compreende-se a retextualização como um processo de transformação de um texto em outro, que envolve aspectos linguísticos, textuais, discursivos e cognitivos. Dessa forma, objetiva-se descrever as operações textuais e discursivas envolvidas no processo de retextualização de um curta-metragem para a escrita de uma resenha acadêmica. Para isso, será utilizada uma resenha acadêmica escrita por uma dupla de estudantes universitários, e seus dados processuais, a partir do curta metragem *Vida Maria*. As análises mostraram que, na resenha analisada, os sujeitos estabeleceram uma relação com o curta metragem, ao mesmo tempo em que se posicionaram como avaliadores da obra, mantendo, para isso, um vínculo com a estrutura retórica do gênero e com o texto-base.

Palavras-chave: Escrita acadêmica. Resenha. Retextualização.

Introdução

O objetivo deste artigo é descrever as operações textuais e discursivas envolvidas no processo de retextualização de um curta-metragem para a escrita de uma resenha acadêmica.

Entendemos a retextualização a partir de Matencio (2002) e Marcuschi (2010), que definem o processo como sendo a reformulação de um texto, na qual ocorrem variações de gêneros textuais, objetivos, estilos e níveis linguísticos. Em outras palavras, a retextualização é a produção de um novo texto a partir de um ou mais textos-base; é dizer de outra maneira, em outro gênero e/ou em outra modalidade o que já foi dito ou escrito por alguém. Dessa maneira, uma vez que

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: annerochaprado@gmail.com

** Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora adjunta do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (Dell), e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), ambos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), campus de Vitória da Conquista. E-mail: marciahele-nad@yahoo.com.br

a resenha acadêmica é uma produção linguística, textual e discursiva que modifica um texto, encaramos este gênero como um produto de retextualização.

Para isso, utilizaremos uma resenha acadêmica escrita por duas estudantes universitárias, do curso de Ciência da Computação, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, bem como trechos da conversa mantida pela dupla enquanto produzia o texto. A resenha foi elaborada a partir do curta metragem *Vida Maria*, dirigido por Márcio Ramos, em 2006.

Via de regra, as análises textuais empreendidas por pesquisas linguísticas têm considerado o produto final escrito, o texto. O grande diferencial do nosso trabalho é o fato de utilizarmos dados processuais – o diálogo da dupla ao produzir o texto, que nos mostra as várias operações distintas e sucessivas realizadas pelos sujeitos durante a produção, tais como: escolhas vocabulares em detrimento de outras, acréscimos de palavras, apagamentos, inversões da ordem de enunciados etc.; uma entrevista feita com as estudantes questionando-as a respeito das operações que realizaram, na qual elas próprios puderam explicar por que apagaram, por que substituíram e assim por diante; o rascunho e o texto pronto. Esses dados nos permitem compreender a relação que as escreventes mantêm com o texto, com o gênero e com o discurso que o envolve e, portanto, compreender melhor a relação do sujeito com a linguagem.

Uma vez que sempre enunciamos tomando por base um gênero do discurso, seu conceito é fundamental para se discutir qualquer questão relacionada a textos. A definição que adotaremos é a postulada por Bakhtin (2011).

A noção de gênero, segundo o filósofo russo, reporta ao funcionamento da língua em práticas comunicativas, reais e concretas, construídas por sujeitos que interagem nas esferas das relações humanas e da comunicação. Essa interação social produz enunciados concretos e únicos, de acordo com as condições específicas e as finalidades de cada esfera da atividade humana. Cada enunciado se liga a outros pela identidade da esfera de comunicação discursiva da qual faz parte, e cada esfera “elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 262, grifo do autor), chamados *gêneros do discurso*. Uma dessas esferas é a acadêmica. Ela constitui uma instância discursiva autônoma, que é capaz de produzir suas próprias exigências e de influenciar outras instâncias que a cercam e elaborar diferentes gêneros discursivos, como a resenha, por exemplo.

Vale acrescentar que, conforme os postulados bakhtinianos, os gêneros do discurso podem ser classificados como primários ou secundários. Os primários são aqueles considerados mais simples, como os gêneros orais; os secundários, por sua vez, são aqueles de elaboração mais complexa, por possuírem um caráter mais padronizado no meio cultural, envolvendo a maioria dos gêneros escri-

tos. Dessa forma, podemos considerar que a resenha é um gênero secundário, diante da maior complexidade e padronização em sua elaboração.

Neste artigo, conceituamos e caracterizamos o gênero dentro do qual nossas escreventes trabalham a partir de Motta-Roth e Hendgens (2010) e Motta-Roth (1995 apud MOTTA-ROTH, 2002), para quem a resenha é um gênero utilizado na universidade para avaliar uma produção intelectual de determinada área do conhecimento. Além disso, nos reportamos às concepções de Araújo (2002), Machado (2005) e Silva e Matencio (2003) para refletirmos a respeito desse gênero.

Ainda, para corroborar a ideia de que a resenha acadêmica é um produto de retextualização, visto que se trata de uma produção linguística, textual e discursiva que modifica um texto devidamente compreendido, adotamos o posicionamento de Souza e Silva (2017) a esse respeito.

A partir dessas considerações, buscamos verificar de que maneira uma dupla de estudantes universitários estabelece uma relação com o curta metragem, a partir de estratégias linguísticas, textuais e discursivas com as quais ela constrói a macroestrutura de sua resenha acadêmica.

(Re)textualização: uma prática de escrita

Uma vez que, neste artigo, o gênero que investigaremos, a resenha acadêmica, é tomado como produto de retextuali-

zação, precisamos entender o que é essa prática e como ela funciona. Portanto, a noção de retextualização será a principal norteadora de toda nossa discussão.

A atividade de retextualização é uma das práticas de escrita mais desenvolvidas no âmbito acadêmico, visto que os gêneros dessa esfera ou possuem um caráter científico, pautado no já dito, no discurso do outro, ou são resultados de textos previamente produzidos. Dessa forma, a escrita acadêmica se configura como um terreno fértil para investigações acerca desse tipo de produção escrita, embora não sejam muitos os trabalhos desenvolvidos sobre o assunto. É por essa razão que nos interessamos pela investigação de retextualização em práticas acadêmicas.

Ancorados em Matencio (2002) e Marcuschi (2010), entendemos a retextualização como a reformulação de um texto, na qual ocorrem variações de gêneros textuais, objetivos, estilos e níveis linguísticos. Trata-se da produção de um novo texto a partir de um ou mais textos-base, ou seja, dizer de outra maneira, em outro gênero e/ou em outra modalidade o que já foi dito ou escrito por alguém.

Segundo Matencio (2002), retextualizar envolve tanto relações entre gêneros e textos (intertextualidade) quanto relação entre discursos (interdiscursividade), o que significa que são observadas, na materialidade textual, as manifestações de operações propriamente linguísticas, textuais e discursivas. Para a autora, a

retextualização exige conhecimento sobre diferentes aspectos estruturais e linguísticos do texto-base e dos mecanismos enunciativos de gerenciamento de vozes, necessários à produção do novo texto, o que significa não apenas expor as ideias de outros autores, mas estabelecer uma relação de concordância ou discordância entre discursos e textos. Nas palavras da linguista:

[...] na retextualização, [...] opera-se, fundamentalmente, com novos parâmetros de ação da linguagem, porque se produz novo texto: trata-se, além de redimensionar as projeções de imagem dos interlocutores, de seus papéis sociais e comunicativos, dos conhecimentos partilhados, assim como de motivações e intenções, de espaço e tempo de produção/recepção, de atribuir novo propósito à produção linguageira (MATENCIO, 2002, p. 113).

Como podemos observar, para Matencio (2002), as condições de produção e os propósitos comunicativos constituem variáveis determinantes para a produção do novo texto, para o resultado final da retextualização.

Ainda, de acordo com Marcuschi (2010), as atividades de retextualização são altamente automatizadas, e lidamos com elas o tempo todo, já que fazemos sucessivas reformulações dos mesmos textos a todo momento. Todavia, isso não quer dizer que retextualizar seja um processo mecânico; ao contrário, é um “processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido” (MARCUSCHI, 2010, p. 46) e requer inevitavelmente a compreensão do texto-base.

Vale salientar que, segundo Matencio (2002) e Marcuschi (2010), retextualizar não se confunde com reescrever, embora ambas envolvam operações linguísticas similares, como, por exemplo, adição, supressão, substituição e reordenação tópica. Todavia, no que se refere às operações textuais e discursivas, as diferenças são maiores, e as variáveis que interferem em cada um se comportam de maneira diferente.

Marcuschi (2010, p. 54) aponta quatro variáveis que interferem na retextualização: 1) o *propósito* ou objetivo da retextualização; 2) a *relação entre o produtor do texto original e o transformador*; 3) a *relação tipológica* entre o gênero textual original e o gênero da retextualização; 4) os *processos de formulação* típicos de cada modalidade da língua.

A primeira variável está relacionada às escolhas relativas ao conteúdo temático do texto-base e o que se pretende preservar. A depender da finalidade da reformulação, é possível que haja uma grande diferença no *nível de linguagem* do texto.

Para explicar a segunda variável, o autor afirma que, caso o retextualizador seja também o autor do texto-base, provavelmente, as mudanças serão mais drásticas, tanto na forma quanto no conteúdo do texto; do contrário, quando alguém, que não o autor, retextualiza o texto, o número de mudanças no conteúdo será menor, embora as mudanças na forma possam ser acentuadas.

A variável seguinte está relacionada à mudança de gênero. É possível dizer que, quando há mudança do gênero do texto-base para outro gênero na retextualização, as modificações são mais radicais do que quando o gênero do texto original é mantido.

Por fim, a última variável diz respeito às estratégias de produção textual ligadas à cada modalidade da língua (modalidade oral, modalidade escrita). Nessa perspectiva, Matencio (2002) reforça:

Ora, se retextualizar é produzir um novo texto, então se pode dizer que toda e qualquer atividade propriamente de retextualização irá implicar, necessariamente, mudança de propósito, porque não se trata mais de operar sobre o mesmo texto, para transformá-lo – o que seria o caso na reescrita –, mas de produzir novo texto (MATENCIO, 2002, p. 112-113).

Do ponto de vista de Matencio (2002), as atividades de retextualização englobam tanto a apropriação de conceitos e procedimentos acadêmico-científicos (*saber fazer*), quanto de modos de referência e de textualização dos saberes (*saber dizer*). Dessa forma, analisar a retextualização de textos acadêmico-científicos compreende reflexão sobre questões relativas à construção do próprio objeto de estudo, bem como ao funcionamento dos gêneros discursivos e às práticas discursivas nas quais eles circulam.

A resenha: um gênero da esfera acadêmica que é retextualizado

Para tratar da produção do gênero que interessa a este trabalho, a resenha, é preciso adotarmos um conceito de gênero e caracterizar o gênero que será trabalhado.

O conceito de gênero com o qual trabalharemos é o postulado pelo teórico russo Mikhail Bakhtin, em seu ensaio “Os gêneros do discurso”.

Para Bakhtin (2011), a linguagem tem como objetivo a comunicação entre o *eu* e o *outro*, entre o *falante* e o *ouvinte*. Segundo o autor, a *real unidade da comunicação discursiva* é o enunciado, construído a partir de atitudes responsivas do falante e do ouvinte. Assim, o enunciado é delimitado pela *alternância dos sujeitos do discurso*. De acordo com Bakhtin, seja uma réplica do diálogo cotidiano, seja um grande romance ou tratado científico, todo e qualquer enunciado possui um início absoluto e um fim absoluto:

[...] antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão). O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva (BAKHTIN, 2011, p. 275).

Portanto, o enunciado deve ser visto como um elo da cadeia comunicativa e da relação com outros enunciados veiculados a ele. Esses enunciados conhecem uns aos outros e se refletem uns nos outros, e cada um possui em seu todo ecos e ressonâncias de outros enunciados. Cabe ainda dizer que um enunciado se liga a outros pela identidade da esfera de comunicação discursiva da qual faz parte.

Relacionados aos enunciados estão os gêneros do discurso. Conforme Bakhtin (2011), a linguagem atravessa todas as esferas da atividade humana, produzindo enunciados concretos e únicos, de acordo com as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas – os gêneros do discurso.

Considerando a diversidade dos campos da atividade comunicativa, o filósofo define *gêneros do discurso* como *tipos relativamente estáveis* de enunciados, que possuem, em seu todo, três elementos indissolivelmente ligados: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. Nas palavras de Bakhtin:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. [...] O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, [...] mas, acima de tudo, por sua construção composicional. [...] cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso* (Bakhtin, 2011, p. 261-262).

De acordo com o teórico, toda e qualquer atividade comunicacional só é possível por meio de gêneros discursivos. A *intenção discursiva* do discurso ou a *vontade discursiva* do falante se realizam, antes de tudo, a partir da *escolha de determinado gênero do discurso*¹ e, uma vez que a atividade humana é inesgotável, a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas e utilizamos um vasto repertório com segurança e habilidade, muitas vezes até de maneira inconsciente, pois os gêneros chegam à nossa experiência e à nossa consciência quase da mesma forma que a língua materna: por meio da comunicação discursiva viva.

Cabe destacar, também, a classificação em gêneros primários e secundários apresentada por Bakhtin (2011), considerando a “extrema heterogeneidade dos gêneros discursivos e a dificuldade daí advinda de definir a natureza geral do enunciado” (BAKHTIN, 2011, p. 263). Segundo o autor, os gêneros secundários apresentam uma estrutura mais desenvolvida e organizada, em geral são escritos e surgem nas condições mais complexas da comunicação discursiva. Já os gêneros primários se desenvolvem nas situações mais imediatas da comunicação e estão mais próximos da oralidade. Bakhtin chama a atenção para o fato de a alternância dos sujeitos no discurso ser mais simples e evidente nos gêneros secundários, e parecer não existir nos gêneros secundários. Para ele, isso acontece porque, com frequência, “o fa-

lante (ou quem escreve) coloca questões no âmbito do seu enunciado, responde a elas mesmas, faz objeções a si mesmo e refuta suas próprias objeções, etc.” (BAKHTIN, 2011, p. 276). Todavia, para o filósofo russo, os gêneros secundários sempre se valem dos discursos primários e as relações entre eles. Portanto, “esses fenômenos [que acontecem nos gêneros secundários] não passam de representação convencional da comunicação discursiva nos gêneros primários do discurso” (BAKHTIN, 2011, p. 276).

Nesse sentido, é válido destacarmos um aspecto: os gêneros do discurso refletem as condições específicas e as finalidades de cada esfera de utilização da língua. No caso dos gêneros produzidos na esfera acadêmica, em sua maioria secundários, como a resenha, podemos reconhecê-los pela maneira particular com que são constituídos, principalmente no que diz respeito ao tema e ao objetivo, ao público alvo e à natureza e à organização das informações incluídas (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010). Em outras palavras, os gêneros acadêmicos costumam apresentar uma configuração típica e são identificados com facilidade por seus aspectos discursivos e estrutura retórica.

A resenha é um gênero bastante solicitado no âmbito acadêmico e é definido por Motta-Roth e Hendges (2010) como um gênero discursivo utilizado para dar uma opinião crítica sobre determinada produção. Segundo as pesquisadoras, uma resenha atinge por volta de 1500 palavras e, normalmente, é desenvolvida em quatro partes: 1) apresentação; 2) descrição; 3) avaliação; 4) (não) recomendação. Essas partes, geralmente, aparecem nessa ordem e podem variar em tamanho e frequência e, ainda, várias estratégias retóricas podem ser empregadas na produção de cada uma. As autoras afirmam, também, que uma resenha é, ao mesmo tempo, avaliativa e informativa, já que, apesar de a avaliação ser a função que define o gênero, é possível incluir informações ilustrativas para criticar ou elogiar o que está sendo resenhado.

Motta-Roth (1995² apud MOTTA-ROTH, 2002) apresenta uma descrição esquemática do gênero resenha que envolve quatro movimentos retóricos realizados por dez estratégias retóricas. Vejamos esse esquema:

Figura 1 – Descrição esquemática da organização em resenhas acadêmicas

Movimento 1		APRESENTANDO O LIVRO
Passo 1	Definindo o tópico geral do livro.....	e/ou
Passo 2	Informando sobre a virtual audiência.....	e/ou
Passo 3	Informando sobre o/a autor/a.....	e/ou
Passo 4	Fazendo generalizações.....	e/ou
Passo 5	Inserindo o livro na área	
Movimento 2		ESQUEMATIZANDO O LIVRO
Passo 6	Delineando a organização geral do livro.....	e/ou
Passo 7	Definindo o tópico de cada capítulo.....	e/ou
Passo 8	Citando material extratexto	
Movimento 3		RESSALTANDO PARTES DO LIVRO
Passo 9	Avaliando partes específicas	
Movimento 4		FORNECENDO AVALIAÇÃO FINAL DO LIVRO
Passo 10A	Recomendando/desqualificando o livro.....	ou
Passo 10B	Recomendando o livro apesar das falhas	

Fonte: Motta-Roth, 1995 apud Motta-Roth, 2002, p. 93.

De acordo com a autora, essa descrição revela que o escritor de uma resenha avalia novas produções contextualizando a obra, descrevendo e avaliando pontos específicos e recomendando ou não o material, e cada movimento realizado é, normalmente, delimitado por parágrafos.

Para Machado (2005), uma resenha acadêmica é produzida a partir de uma atividade de leitura que implica interpretação e sumarização dos conteúdos, o que significa dizer que resumir com eficácia é essencial para resenhar. Com isso, o escritor da resenha mobiliza outras obras que lhe permitirão comparar e avaliar o que está sendo resenhado. De acordo com a autora, é preciso considerar que existe a possibilidade de o leitor ter uma opinião contrária ao do resenhista

e, por isso, é preciso apresentar argumentos que validem seu posicionamento. Nesse sentido, Araújo (2002) afirma que, por seu caráter argumentativo, a resenha é perpassada por várias vozes, por diversas estratégias linguísticas utilizadas para dar credibilidade e autoridade à voz do enunciador, ou seja, na resenha, o enunciador incorpora à sua enunciação pontos de vista de diversos enunciadores.

Segundo Lima-Silva (2011), na resenha acadêmica, o escritor se refere ao autor da obra resenhada ou à própria obra. Para isso, utiliza mecanismos de textualização, como a repetição do nome completo do autor, de uma parte, pelo apagamento ou pela substituição por *o autor*, *o pesquisador*, *o estudioso*, a indicação do título do livro no início e a

retomada por meio de expressões como *a obra, o estudo, o trabalho*. Além disso, o autor da resenha faz uso de verbos que atribuem ações ao produtor da obra ou à obra como, por exemplo, *examina, classifica, comenta, propõe*, e, ainda emprega expressões que orientam o leitor quanto à organização da produção, como *inicialmente, a seguir, ainda, por fim*. E, ainda, a resenha é constituída por ideias do resenhista e do produtor da obra, que são diferenciadas pelo uso de termos como *segundo x, x diz que, x sustenta que*, seguido de paráfrase ou citação.

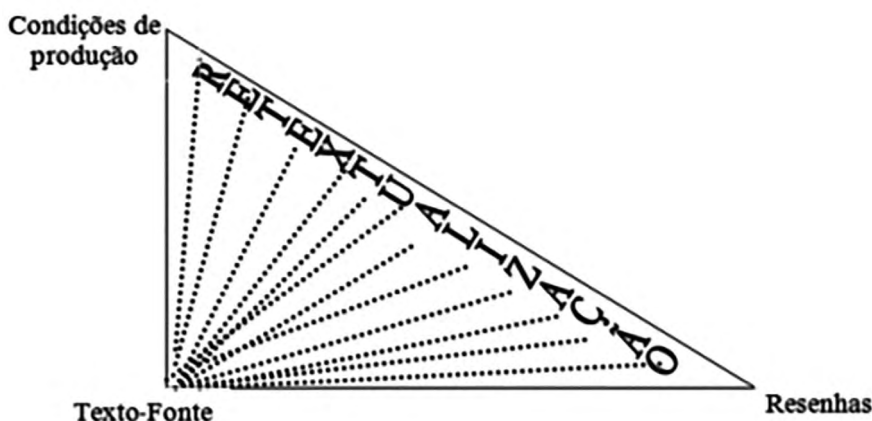
Ainda, Silva e Matencio (2003) afirmam que, na configuração textual da resenha, há modos de dizer que refletem os movimentos que o autor mobiliza para promover o chamado gerenciamento de vozes. Isso porque a resenha é um gênero que pressupõe diálogo com a obra resenhada e/ou com diferentes obras, ou seja, “na tessitura do texto, pode instaurar-se uma conjunção de vozes (locutores/

enunciadores) que deixam revelar os pontos de vista, a formação discursiva, as crenças que reportam a modos de ver e recortar o mundo” (SILVA; MATENCIO, 2003, p. 3-4).

Nessa perspectiva, encaramos a resenha acadêmica como um produto de retextualização, visto que se trata de uma produção linguística, textual e discursiva que modifica um texto devidamente compreendido, a partir de posicionamentos avaliativos de um enunciador que precisa se posicionar como crítico de uma obra.

Souza e Silva (2017) corroboram o que estamos dizendo. Para as autoras, resenhas acadêmicas são retextualizações, porque são escritas a partir de um texto base e transportam e veiculam seu conteúdo temático, sendo influenciadas pelo contexto de produção. Esse processo é ilustrado pelas autoras da seguinte maneira:

Figura 2: O gênero retextualizado resenha



Fonte: Souza; Silva (2017, p. 69).

De acordo com as pesquisadoras, a produção de resenhas envolve um contínuo de compreensão, descrição e apreciação de uma obra, e a retextualização se concretiza com a terceira etapa, a apreciação. A compreensão do texto-base é um nível mais abstrato do processo de retextualizar e é recuperado no texto por meio de pistas linguísticas; a descrição e a apreciação do texto base são níveis que perpassam todo o processo e revelam o posicionamento crítico sobre o texto-base.

Procedimentos metodológicos

Conforme mencionamos na nota 1, ao final do texto, os dados que utilizaremos fazem parte de um corpus pertencente ao projeto de pesquisa “A relação entre estilo e gênero visto sob a perspectiva processual: desvendando os segredos da criação” – área de Linguística de Texto – coordenado pela Profa. Dra. Márcia Helena de Melo Pereira (Uesb/PPGLin).

Analisaremos uma resenha produzida por uma dupla de estudantes universitárias, do curso de Ciências da Computação, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, bem como trechos da transcrição da gravação em áudio da conversa mantida por essa dupla no momento da produção da resenha. A resenha foi escrita a partir do curta metragem *Vida Maria*, dirigido por Márcio Ramos, em 2006. Com duração de nove minutos, o curta conta a história de

Maria José, uma menina que, aos cinco anos de idade, é levada a largar os estudos para trabalhar e ajudar nos afazeres domésticos e, assim, ela cresce, casa, tem filhos e envelhece, repetindo essa história familiar ininterruptamente.

Como dissemos anteriormente, o grande diferencial do nosso trabalho é o fato de utilizarmos dados processuais, mas registrá-los não é tarefa fácil. Para isso, adotamos alguns procedimentos metodológicos.

Inicialmente, fizemos a opção pela escrita conjunta, para que pudéssemos gravar a conversa que a dupla manteria entre si durante a elaboração dos textos. Com esta gravação, teríamos acesso às dúvidas que tiveram, às escolhas linguísticas que empreenderam, as reformulações orais que não chegaram a ser textualizadas etc.

A dupla deveria assistir ao curta metragem e, em seguida, escrever sua resenha. Solicitamos às escreventes que não apagassem as modificações que fizessem na primeira versão do texto. Por último, as estudantes deveriam “passar o texto a limpo”. Vale destacar que todo o momento da produção textual foi registrado em áudio.

Na etapa seguinte, ouvimos a gravação em áudio e pontuamos todos os episódios de reescrita encontrados, com base nas duas versões do texto, e, assim, anotados todas as situações que nos chamaram a atenção durante a conversa que a dupla manteve entre si, mas que não chegaram a ser escritas. Em seguida,

elaboramos perguntas para fazermos à dupla.

Uma semana após a elaboração da resenha, fizemos a entrevista com as duas estudantes, questionando-as a respeito das operações que realizaram. Dessa forma, as próprias escreventes nos disseram por que apagaram, por que substituíram, e assim por diante. Essa entrevista também foi registrada em áudio.

Por último, transcrevemos todas as duas gravações, para facilitar o trabalho de análise dos dados.

As operações de retextualização na resenha acadêmica em investigação

Passemos, então, a observar de que maneira a dupla estabelece uma relação com o curta metragem, a partir das estratégias linguísticas, textuais e discursivas com as quais ela constrói a macroestrutura textual de sua resenha. Primeiramente, vejamos, no Exemplo 1, a resenha que as escreventes produziram:

Exemplo 1: Resenha produzida pela dupla de Ciência da Computação

O curta metragem *Vida Maria*, ganhador do 3º Prêmio Ceará de Cinema e Vídeo, trata-se de uma animação, produzida por VIACG, em que, com tons quentes e marcantes, retrata a triste realidade das Marias do sertão brasileiro.

Esta animação, que com seus aproximados 9 minutos, descreve a vida de Maria José, protagonista da história, que ainda quando criança, demonstra interesse pelos estudos e, devido a falta de esclarecimento da mãe, é obrigada a se submeter aos duros trabalhos rurais e domésticos para assim, garantir a sua, e a sobrevivência de sua família.

Maria é o símbolo de uma sociedade oprimida pelo Estado, que, devido ao seu desprovido grau econômico, crítico e cultural, tem por consequência, uma frustração e uma acomodação incapaz de dar novos rumos à história social.

Com brilhante clareza de expressão, Márcio Ramos, roteirista do curta, proporciona ao espectador, uma profunda e analítica reflexão, através do interminável ciclo das Maria.

No Exemplo 1, a dupla inicia a resenha apresentando e caracterizando a obra – *O curta metragem Vida Maria, ganhador do 3º prêmio Ceará de Cinema e Vídeo, trata-se de uma animação, produzida por VIACG, em que, com tons quentes e marcantes* – e descrevendo o que seria, ao seu ver, a proposta do texto-base – *retrata a triste realidade das Marias do sertão brasileiro*. No parágrafo seguinte, as escreventes apresentam mais uma

informação a respeito do vídeo – *Esta animação, que com seus aproximados 9 minutos* – e mais uma proposição – *descreve a vida de Maria José, protagonista da história* –, e, então, narram, quase fielmente, a história retratada no curta metragem – *ainda quando criança, demonstra interesse pelos estudos e, devido a falta de esclarecimento da mãe, é obrigada a se submeter aos duros trabalhos rurais e domésticos para assim, garantir*

a sua, e a sobrevivência de sua família. Adiante, a dupla acresce um parágrafo reflexivo, que revela uma relação menos explícita com o texto-base – *Maria é o símbolo de uma sociedade oprimida pelo Estado, que, devido ao seu desprovido grau econômico, crítico e cultural, tem por consequência, uma frustração e uma acomodação incapaz de dar novos rumos à história social*. As estudantes, então, finalizam avaliando a obra – *Com brilhante clareza de expressão* –, revelando mais informações – *Márcio Ramos, roteirista do curta* – apresentando mais uma proposição – *proporciona ao espectador uma profunda e analítica reflexão, através do interminável ciclo das Marias*.

Considerando os níveis de retextualização de uma resenha apontados por Souza e Silva (2017), podemos dizer que, nesta resenha, sobressai a *descrição do conteúdo* do texto-base, embora, em diversos momentos essa descrição se inter-relacione com a *apreciação* da dupla resenhista sobre ele, tendo, inclusive, um parágrafo apenas de *apreciação*, o terceiro parágrafo. Ao dizer, por exemplo “*com tons quentes e marcantes, retrata a triste realidade das Marias do sertão brasileiro*” e “*Com brilhante clareza de expressão, Márcio Ramos, roteirista do curta, proporciona ao espectador, uma profunda e analítica reflexão*”, a dupla imbrica os dois níveis ao descrever e avaliar a obra ao mesmo tempo.

Vejamos, agora, trechos da conversa mantida pela dupla, em que as escreventes comentam a respeito do que devem colocar em cada parte do texto.

Se levarmos em consideração os postulados bakhtinianos, o que veremos nos dados apresentados a seguir é o processo de comunicação discursiva que ocorre entre dois sujeitos socialmente organizados, que realizam um diálogo contínuo entre si e com outros discursos. Como poderemos observar, as escolhas feitas pelas estudantes, em cada parágrafo, em primeiro lugar, demonstram que elas se preocupam com onde, como e quando deveriam colocar elementos linguísticos típicos da resenha acadêmica, respeitando a estrutura retórica do gênero; em segundo lugar, essas escolhas estabelecem um vínculo efetivo com o texto-base: mesmo sem conhecer o vídeo, o leitor já consegue identificá-lo:

M: Na introdução. O que se faz na introdução de resenha?

ML: Fala sobre a obra.

M: Sobre os autores da obra... Identifica a obra...

M: a pessoa tem que dar informações sobre a obra.

M: Primeiro a gente vai continuar falando o que? Escrevendo o resumo, e descrevendo a obra... descrevendo...

ML: Mas tem que contar a história toda.

ML: Mas a gente tem que contar a história, tá ligada?

ML: É mesmo, num pode contar o final não. Tem que deixar o leitor com vontade de ver.

ML: A introdução tá, tá chamando atenção, aí o povo vai querer assistir o vídeo.

M: Mas não precisa contar mais história, precisa opinar agora.

ML: Tenta concluir aí agora.

M: Concluir com opinião.

M: Aí agora vem nossa opinião.

M: A gente tem que indicar a obra.

M: Mas indica é no final.

M: Esse negócio de reflexão, a gente devia ter deixado pro último parágrafo, pra fazer a pessoa assistir o filme.

As falas supracitadas são de momentos em que a dupla planeja o que colocar no texto. Nos trechos selecionados, é possível identificar cinco aspectos que as estudantes julgam serem característicos do gênero resenha: (1) deve conter informações sobre a obra resenhada; (2) deve ter um resumo da obra; (3) deve conter a opinião do resenhador a respeito da obra; (4) deve-se indicar (ou não) a obra; (5) deve despertar o desejo do leitor pela obra resenhada. Os quatro primeiros aspectos apontados por elas nada mais são que os movimentos retóricos apontados por Motta-Roth e Hendges (2010). O quinto aspecto também está em conformidade com o que dizem essas autoras, que afirmam que o escrevente de uma resenha descreve e avalia uma obra buscando atender o leitor. Além disso, vemos que as escreventes apresentam alguns

aspectos que, segundo elas, devem aparecer em uma resenha. Esses aspectos apontados por elas também estão em conformidade com a descrição esquemática das estratégias retóricas usadas no gênero resenha, proposta por Motta-Roth (1995 apud MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010). Ao dizerem que, na introdução, é preciso falar sobre a obra e sobre os seus autores, as estudantes mencionam dois passos que a autora menciona como sendo partes do movimento de *apresentar a obra: informar o tópico geral e/ou dar referências sobre o autor*. Adiante, a dupla afirma a necessidade de escrever um resumo da obra, de descrevê-la, o que, para Motta-Roth, seria o passo *dar uma visão geral da organização da obra*, parte do movimento de *descrever a obra*. Por último, as universitárias comentam que, no final, deve-se opinar sobre a obra e indicá-la, aspectos que fazem parte dos movimentos de *avaliar e (não) recomendar a obra resenhada*.

Como vemos, as escolhas linguísticas, textuais e discursivas da dupla são determinadas, sobretudo, pelo conhecimento que ela detém a respeito dos aspectos característicos da resenha acadêmica. Esse conhecimento vai além da simples organização da forma canônica do texto; como podemos perceber, na produção da resenha, a dupla faz uma leitura crítica e construtiva do texto-base, sempre dialogando com o autor da obra. Conforme salienta Bakhtin, “Quanto mais dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, [...] realizamos de modo

mais acabado o nosso livre projeto de discurso” (BAKHTIN, 2011, p. 285).

Nos exemplos apresentados, observamos que as estudantes demonstram ter entendimento do contexto de produção e recepção do texto, das características do discurso argumentativo e dos mecanismos linguísticos que materializam o gênero no qual estavam enunciando (MACHADO; LOUSADA; ABREU-TARDELLI, 2004). Em outras palavras, uma vez que já estão inseridos na prática acadêmica, essas estudantes universitárias se preocupam em utilizar maneiras de referenciar e textualizar seus saberes, de acordo com as situações e objetivos pleiteados por essa esfera.

Vejamos momentos da conversa que a dupla mantém entre si durante a elaboração textual que ilustram o que estamos dizendo:

ML: Então... O que que a gente vai fazer?

M: Bom, primeiro a gente tem que... Como a gente é de computação, primeiro a gente tem que analisar a arte gráfica, (risos).

ML: É... Também a gente pode falar dessa parte.

M: É. Porque é uma animação, né?

ML: A gente fala da qualidade e tal.

ML: Mas perceba que, no final do vídeo, ela também está de preto. Ai depois você entende que ela tá botando a menina pra ir pra sala, bem assim, no início: “Você não vê que não é hora de tá fazendo isso?”

M: É verdade. (Pausa) É verdade.

ML: Entendeu? (Pausa) Ou seja, enquanto tá todo mundo lá velando o corpo de alguém, sei lá, que é da vó dela, ela tem que ajudar nos serviços domésticos.

M: É, porque a cena é reproduzida igualzinha no final.

ML: Hunrum.

(Pausa)

M: É verdade.

ML: Entendeu o que eu falei?

M: Hunrum. Entendi.

E ela se acomodou com a vida que levava...

ML: Hunrum.

M: Porque, por mais que a mãe dela pudesse ter obrigado ela a fazer isso, ela poderia ter feito diferente...

ML: Poderia ter feito outra coisa.

M: Mas se acomodou. Casou com o...

ML: Antoim (Risos)

M: Antoim (Risos)

ML: Então, vamo lá. Como é que a gente começa?

Nesses excertos, vemos que, diante da pergunta de ML sobre como iriam proceder para começar o texto, diante das exigências do gênero, M decide que, como elas são da área de Ciências da Computação, deveriam analisar questões relativas à arte gráfica. No texto pronto, a ideia apreendida nessa discussão aparece em “*com tons quentes e marcantes*”. Em seguida, é possível perceber que ainda discutindo sobre como deveriam iniciar o texto, procuram compreender o conteúdo global do filme. Vale lembrar que, segundo Marcuschi

(2010), retextualizar implica inevitavelmente compreender o texto-base, ou seja, compreender também é requisito imprescindível para a produção de uma resenha. Podemos dizer que as escreventes, enquanto alunas universitárias do curso de Ciência da Computação, produzindo uma resenha acadêmica, buscam, primeiramente, compreender o texto-base, e daí, a partir do conhecimento que detém acerca do gênero, utilizam maneiras de referenciar e textualizar seus saberes para materializar o texto que escrevem. É possível afirmar, portanto, que, enquanto retextualizam o curta metragem, as estudantes demonstram um *saber fazer* e um *saber dizer*, conforme postulou Matencio (2002), visto que se apropriam de conceitos e procedimentos acadêmicos científicos e dos modos de referência e de textualização dos saberes típicos dessa esfera de produção.

Como dissemos anteriormente, segundo Bakhtin (2011), todas as esferas da atividade humana produzem enunciados concretos e únicos, de acordo com as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas. Sendo assim, todos os aspectos constituintes dos gêneros estão relacionados às esferas das quais cada um faz parte. Uma vez que a esfera acadêmica se constitui como um campo mais complexo e organizado da comunicação discursiva, podemos dizer que esta tende a elaborar gêneros discursivos secundários (complexos), que parecem não ter um vínculo imediato com a realidade concreta e com os enunciados

reais alheios. Todavia, isso não significa que, nos gêneros da esfera acadêmica, não há uma comunicação discursiva viva, pois, como destaca Bakhtin, “Em cada enunciado [...] abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* do discurso ou a *vontade discursiva* do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e suas fronteiras” (BAKHTIN, 2011, p. 281).

Nos excertos supracitados, vimos que as estudantes, além de estabelecerem um diálogo contínuo entre si e com outros discursos (sobretudo com o texto-fonte), produzem a resenha acadêmica esperando uma compreensão ativamente responsiva (embora não imediata) por parte dos seus interlocutores. Além disso, no texto final da resenha, é possível perceber, interpretar e sentir a *intenção discursiva* do discurso e a *vontade discursiva* das escreventes.

Uma vez que consideramos a resenha acadêmica como um produto de retextualização, precisamos destacar, ainda, os mecanismos enunciativos por meio dos quais a dupla atribui ao texto-base a co-participação em sua retextualização, a saber: “O curta metragem Vida Maria [...] retrata a triste realidade das Marias”, “Esta animação [...] descreve a vida de Maria José” e “Márcio Ramos, roteirista do curta, proporciona ao espectador”. Esses mecanismos enunciativos utilizados pelas alunas estão em conformidade com o que diz Lima-Silva (2011) e mostram que, além de registrarem a leitura ou referirem-se a aspectos do

texto-base, elas realizam uma série de operações textuais e discursivas. Segundo Matencio (2002), a função dessas operações é: 1) articular os parágrafos e períodos do texto; 2) iniciar segmentos em que são apresentadas as proposições do texto-base; 3) mostrar a posição do autor do texto-base; 4) mostrar a posição do (s) autor (es) da resenha em relação ao que é dito pelo autor do texto base e 5) estabelecer interlocução com o leitor da resenha. Como vemos, as estudantes utilizam esses mecanismos sempre no início de cada parágrafo, e, por meio de elementos como “o curta-metragem Vida Maria”, “esta animação”, “Márcio Ramos, roteirista do curta”, e de verbos como “retrata”, “descreve” e “proporciona”, elas indicam o título da obra e a retomam, e atribuem ações ao produtor da obra e à própria obra, e, dessa maneira, apresentam as proposições do texto-base e mostram a posição do seu autor, estabelecendo, assim, uma interlocução com o leitor do texto que produzem.

Podemos observar que, na resenha acadêmica em questão, as escreventes estabelecem uma relação com o curta metragem, ao mesmo tempo em que se posicionam como avaliadoras da obra, o que nos permite dizer que elas têm conhecimento acerca do gênero e de suas funções nas práticas discursivas, ou seja, a dupla simultaneamente aponta a perspectiva dos produtores do curta metragem e da sua própria perspectiva. Além disso, fornece informações sobre o texto-base que julgam importantes,

seguindo rigorosamente a estrutura retórica da resenha acadêmica.

Como é possível perceber, os dados processuais nos revelam detalhes da produção da resenha aos quais não teríamos acesso olhando apenas para o texto pronto, visto que, por meio deles, temos acesso a reflexões a respeito do texto-base e do gênero resenha que não aparecem efetivamente na versão final do texto. Dessa forma, podemos dizer que os dados processuais, juntamente com o texto pronto, são uma importante fonte de informação para se averiguar as operações que ocorrem no processo de retextualização.

Conclusão

Neste artigo, ancorados na abordagem de Matencio (2002) e Marcuschi (2010) a respeito da atividade retextualização, nos propusemos a descrever as operações textuais e discursivas no processo de retextualização de um curta-metragem para uma resenha acadêmica, buscando verificar de que maneira uma dupla de estudantes universitários estabelece uma relação com o curta metragem, a partir de estratégias linguísticas, textuais e discursivas com as quais ela constrói a macroestrutura de sua resenha acadêmica.

Primeiramente, ao observamos as escolhas feitas pelas estudantes em cada parágrafo da resenha que escreveram, pudemos verificar que elas conseguiram estabelecer um vínculo efetivo com

o texto-base, embora, no 3º parágrafo este vínculo não se mostre com muita clareza, visto que este é um parágrafo mais reflexivo, com opiniões pessoais das alunas a respeito da sociedade, e não especificamente sobre do curta metragem. Todavia, no 1º, 2º e 4º parágrafos, a dupla apresenta e caracteriza o vídeo, narra a história da obra e descreve o que seriam, ao seu ver, proposições do texto-base.

Em seguida, levando em consideração os níveis de retextualização de uma resenha propostos por Souza e Silva (2017), observamos que, na resenha que analisamos, a *descrição do conteúdo* do texto-base se sobressai, visto que, em geral, a dupla de alunas caracteriza a obra, apresenta suas proposições e conta sua história. Entretanto, essa descrição se inter-relaciona com a *apreciação* da dupla resenhista sobre o texto-base em repetidas vezes, como em momentos em que as escreventes descrevem e avaliam a obra ao mesmo tempo.

Ainda, a partir de trechos da conversa mantida entre a dupla enquanto produzia a resenha, notamos que, na retextualização da resenha, as estudantes mantêm-se ligadas, necessariamente, a dois elementos: a estrutura retórica do gênero, e ao texto-base. É o que vemos nos trechos da conversa mantida pelas universitárias, em que elas comentam a respeito do que devem ou não colocar em cada parte do texto. Dessa forma, podemos afirmar que a dupla, enquanto retextualiza, demonstra um *saber fazer* e um *saber dizer*, conforme postulou Matencio (2002).

Seguindo os pressupostos de Bakhtin (2011), verificamos que, inseridas no campo acadêmico, as estudantes utilizam maneiras de referenciar e textualizar seus saberes, considerando as características e objetivos específicos dessa esfera, além de se preocuparem em utilizar adequadamente os elementos linguísticos e estruturais típicos da resenha acadêmica.

Podemos dizer, ainda que, na posição de sujeitos socialmente organizados, as estudantes realizam um diálogo contínuo entre si e com outros discursos, e elaboram a resenha acadêmica aguardando uma compreensão ativamente responsiva por parte dos seus interlocutores, o que faz com que esses percebam, interpretem e sintam a *intenção discursiva* do discurso e a *vontade discursiva* das escreventes. Sendo assim, é possível afirmar que, na resenha acadêmica, existe uma comunicação discursiva viva.

Vimos, também, que a dupla de estudantes se valeu de alguns mecanismos enunciativos para atribuir ao texto-base a coparticipação em sua retextualização. É o que observamos, por exemplo, nos trechos “O curta metragem Vida Maria [...] retrata a triste realidade das Marias”, “Esta animação [...] descreve a vida de Maria José” e “Márcio Ramos, roteirista do curta, proporciona ao espectador”, em que utilizam elementos de indicação e retomada à obra e ao seu produtor, e verbos que atribuem ações ao produtor do vídeo e ao próprio vídeo. Esses mecanismos mostraram que, além

de registrarem a leitura ou referirem-se a aspectos do texto-base, as escreventes realizam uma série de operações textuais e discursivas.

Sendo assim, chegamos à conclusão de que a dupla conseguiu, em sua resenha, estabelecer uma relação com o curta metragem, ao mesmo tempo em que se posicionaram como avaliadores da obra, permitindo-nos afirmar que as estudantes têm conhecimento acerca do gênero e de suas funções nas práticas discursivas, o que é algo muito importante para o processo de retextualização, visto que, esse processo envolve relações entre gêneros, textos e discursos. Além disso, para retextualizar, é preciso se apropriar dos modos de referência e textualização dos saberes e dos procedimentos acadêmico-científicos.

Vale salientar, que grande parte das operações de retextualização que descrevemos só foram identificadas a partir dos dados processuais, que nos deram acesso a detalhes da produção da resenha aos quais não teríamos acesso apenas com o texto pronto. Portanto, os dados do processo de construção da resenha, juntamente com o texto final, foram de fundamental importância para o desenvolvimento desta análise.

Academic writing: the review as product of retextualization

Abstract

In this research paper, the academic review is considered as a product of *retextualization*. Anchored in Marcuschi (2010) and Matencio (2002), the *retextualization* is understood as a process of transformation of one text into another, involving linguistic, textual, discursive and cognitive aspects. Thereby, we intend to describe the textual and discursive operations involved in the process of *retextualization* of a short film for the writing of an academic review. For this, we will use an academic review written by two university students, and their procedural data, from the short film *Vida Maria*. The analysis pointed out that, in the review which was analyzed, our subjects had established a relation with the short film, at the same time that they positioned themselves as reviewers of the composition, maintaining, therefore, a link between the rhetorical structure of the genre and with the text-base.

Keywords: academic writing. Review. retextualization.

Notas

- ¹ Os dados processuais utilizados nesta investigação fazem parte de um projeto de pesquisa intitulado “A relação entre estilo e gênero vista sob a perspectiva processual: desvendando segredos da criação”, coordenado pela Profa. Dra. Márcia Helena de Melo Pereira (UESB/PPGLin), que investiga o texto em seu *status nascendi*. Como nasce um texto? Essa é uma das questões que interessam ao projeto. Como sempre enunciamos tomando por base um gênero do discurso, seu conceito é fundamental

para se discutir qualquer questão relacionada a textos. Sendo assim, procura-se investigar, também, questões estilísticas, tanto individuais quanto dos gêneros. Pergunta-se: é possível depreender um estilo de escrita próprio do escrevente, ou o estilo dos gêneros (no sentido bakhtiniano) prevalece sobre seu estilo? Portanto, a dupla em questão não escolheu o gênero com o qual deveria enunciar, nesse caso em específico. No entanto, Marcuschi lembra que “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *gênero*” (MARCUSCHI, 2010, p. 22).

- ² MOTTA-ROTH, D. Rhetorical features and disciplinary cultures: A genre-based study of academy book reviews in linguistics, chemistry, and economics. 1995. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Referências

ARAÚJO, Antônia Dilamar. Uma análise da polifonia discursiva em resenhas críticas acadêmicas. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desirée (Org.). *Gêneros textuais e práticas discursivas*: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru- SP: EDUSC, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LIMA-SILVA, Ana Virgínia. A produção de resenha acadêmica no ensino superior. *Revele*, n. 02, jan. 2011.

MACHADO, Anna Rachel. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, José Luís; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). *Gêneros*: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 237-259.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. *Resenha*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização. 10 eds. São Paulo: Cortez, 2010.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Atividades de retextualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. *Scripta*, v. 6, n. 11. Belo Horizonte: PUC Minas, p. 109-122, 2002.

MOTTA-ROTH, Desirée. A construção social do gênero resenha acadêmica. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desirée (Org.). *Gêneros textuais e práticas discursivas*: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru-SP: Edusc, 2002. p. 77-108.

MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graziela Rabuske. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SOUZA, Clara Regina Rodrigues de; SILVA, Williany Miranda da. A resenha como produto de retextualização em (re)escrita acadêmica. *Resvista Trama*, v. 13, n. 28. Marrechal Cândido Rondon/ Cascavel: Unioeste, p. 54-85, 2017.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães da; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Retextualização: movimentos de aprendizagem. In: II Encontro Internacional Linguagem, Cultura e Cognição, Belo Horizonte/Campinas, 2003. *Anais*. Belo Horizonte/ Campinas: Faculdade de Educação da UFMG/ Faculdade de Educação da Unicamp, 2003.

Histórias (in)visíveis: o medo pelo outro como um ato responsável

Ana Beatriz Ferreira Dias*

Valdemir Miotello**

Resumo

Ao problematizar relações sociais prejudicadas por danos ligados à prática de ato infracional, analisamos enunciados que circularam em uma prática de justiça restaurativa denominada “Círculo Restaurativo”, uma prática bastante recente no contexto brasileiro. Com foco em enunciados proferidos pela mãe do jovem em conflito com a lei, exploramos a relação que ela estabeleceu com seu filho enquanto uma alteridade que lhe constitui e altera. Para tanto, analisamos a gravação em áudio e vídeo de um círculo restaurativo presente no acervo do projeto gaúcho *Justiça para o Século 21*. A metodologia de análise fundamenta-se em orientações teórico-metodológicas formulados pelo Círculo de Bakhtin, desenvolvidas de acordo com o paradigma indiciário de leitura e cotejamento de textos. Observamos que os enunciados da mãe do jovem infrator sugerem um forte medo pelo filho, de tal forma que sua percepção dos fatos a aprisiona em uma responsabilidade ilimitada por ele.

Palavras-chave: Ato responsável. Bakhtin. Justiça restaurativa.

Introdução

Ao questionarmos a noção saussuriana de língua como um todo por si, constituída por um conjunto de convenções arbitrárias de que se vale a massa de falantes para exercitar a linguagem, pode causar grande estranhamento essa autonomia da língua, como se ela pairasse sobre os falantes, que, passivamente, se apropriariam desse “tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes a mesma comunidade”, como propõe Saussure (2006, p. 21) em sua tarefa de delimitação de um possível objeto de estudo para a Linguística. Esse simples estranhamento

* Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Adjunta de Língua Portuguesa e Linguística no Curso de Graduação em Letras: Português e Espanhol – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo (RS). E-mail: ana.bdias@hotmail.com

** Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. É professor associado IV (aposentado) da Universidade Federal de São Carlos. Tem experiências na área de Linguística, com ênfase em Estudos Bakhtinianos. É líder do Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GeGe/UFSCar.

da perspectiva estruturalista já aponta para uma certa radicalização em relação aos princípios fundantes da Linguística, ainda que reconheçamos as importantes contribuições do estruturalismo para o estabelecimento dessa área como uma ciência.

Na visão de Geraldi, a pesquisa em linguagem vem passando por um “rearranjo profundo em andamento que cruza, de alto a baixo, os programas de pesquisa e os modos de definir seus objetos, suas metodologias e seus parentescos disciplinares” (2010, p. 51). Nesse contexto, entendemos que integra tal reconfiguração de nosso campo de estudos a compreensão de que todo encontro de palavras não é unicamente um encontro entre os signos linguísticos que compõem um sistema, mas é, antes de tudo, um encontro entre sujeitos que têm, na língua, seu território comum, como apontam Bakhtin/Volochínov, em sua conhecida passagem que aborda a palavra como elo entre sujeitos: “a palavra é um espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor” (2009, p. 117).

Partindo dos estudos bakhtinianos, Mello reitera que todo e qualquer encontro entre sujeitos é mediado pela linguagem, tanto que “não encontramos o outro diretamente, como a chuva encontra a terra” (2017, p. 25), como pode parecer aos nossos olhos. Mas, em um encontro entre eu e outro, existem pontes – existem os signos, esclarece a pesquisadora.

Um encontro de palavras é um encontro com o outro. Encontro com o diferente ou com o semelhante a mim, mas, também, encontro com o desconhecido e com aquele de meu cotidiano que, por alguma razão, tornou-se invisível. Em seu livro *Procurando uma palavra outra*, Ponzio (2010a) inclui nesse encontro, além da interação com outra pessoa, a relação do eu consigo mesmo.

Neste trabalho, abordamos um encontro de palavras no qual os sujeitos compartilham uma mesma realidade: estão envolvidos direta e/ou indiretamente em uma situação de conflito em que houve prática de ato infracional e buscam, por meio de um encontro face a face, encontrar alternativas para lidar com os danos que ocorreram às pessoas e às suas mais diversas relações¹. Os danos produzidos por situações de violência podem ser altamente devastadores e traumáticos não só para os membros de uma sociedade, mas principalmente para vítimas e ofensores, bem como para seus familiares e amigos que vivenciam rompimento de vínculos, os quais podem ser acompanhados por uma série de sentimentos, como de medo, insegurança, vingança e vulnerabilidade. Como observa o professor e pesquisador em abordagens de justiça Howard Zehr, as situações de violência provocam “uma violação do ser, uma dessacralização daquilo que somos, daquilo em que acreditamos, de nosso espaço privado”, abalando pressupostos essenciais para completude, mesmo que provisória da vida, como a “crença de que

o mundo é um lugar ordenado e dotado de significado, e a crença na autonomia pessoal” (2008, p. 24).

O foco deste trabalho, recai, portanto, na problematização de um encontro entre sujeitos em que houve danos, neste caso, decorrentes do que o sistema oficial de justiça denomina de ato infracional. Para compreender aspectos da interação verbal que aconteceu entre os sujeitos como caminho para compreender relações sociais abordadas em sua singularidade, apresentamos aqui um estudo de caso voltado à análise de um círculo restaurativo, o qual é parte de um procedimento de justiça que se baseia em pressupostos teóricos e metodológicos da justiça restaurativa, uma abordagem bastante recente no contexto brasileiro que vem sendo utilizada para prevenir e resolver situações de violência em várias instâncias.

Fundamentado em valores de uma nova abordagem de justiça chamada de “justiça restaurativa” por estudiosos de áreas como Direito, Sociologia, Serviço Social e outras afins, o Círculo Restaurativo é entendido como parte de um procedimento restaurativo que conta com a participação de vítimas, ofensores, bem como de seus respectivos familiares, amigos e outras tantas pessoas consideradas como “comunidade de apoio”, cuja participação seja aceita por aqueles mais diretamente envolvidos no dano. Conduzido por um coordenador e, algumas vezes, por um segundo coordenador, o encontro entre esses sujeitos são

propostos com as finalidades de: criar um espaço de diálogo; buscar a compreensão dos acontecimentos passados e suas consequências na vida de cada um dos participantes; construir, em comum acordo (que pode ou não substituir a sentença do juiz), um plano de ações que contribua na redução dos impactos resultantes do dano; humanizar os sujeitos e suas relações.

Interessados no uso da linguagem em prática de justiça restaurativa, apresentamos aqui a leitura que realizamos, então, de um círculo restaurativo gravado em áudio e vídeo presente no acervo do projeto *Justiça para o Século 21* (J21). Como discutiremos no próximo item, o J21 é uma iniciativa dedicada a divulgação e implementação de práticas restaurativas no Rio Grande do Sul (RS). Por meio da aprovação da proposta de pesquisa pelo J21 e na condição de parceiros individuais, foi possível o acesso à parte desse acervo, do qual selecionamos aleatoriamente um caso disponível para desenvolvimento deste trabalho, que é de natureza qualitativa².

Diante da multiplicidade de sentidos que compõem esse círculo restaurativo, observamos a insistente recorrência de uma tensão que permeou esse encontro de justiça, e que foi adotado, neste trabalho, como objeto de análise: notamos que o discurso de uma mãe apresentou-se como inquieto, tenso e intranquilo devido ao encontro que ela estabeleceu com a alteridade, que, neste caso, é o seu filho em situação de conflito com a lei. Tendo

essa interação verbal como o posto de observação para compreender o encontro de palavras, tomamos como fundamentação teórica central os estudos do Círculo de Bakhtin e de estudiosos que desenvolvem essa corrente de pensamento, como Geraldi, Petrilli e Ponzio.

Para buscar organizar nossas compreensões, apresentamos, a seguir, a materialidade de análise, quando também a contextualizamos como parte de um movimento internacional de justiça restaurativa. Em seguida, apresentamos a metodologia de análise que adotamos para compreender os enunciados do caso de justiça. A partir disso, partimos para a análise propriamente das materialidades, que está dividida em três partes: observamos primeiramente características da interação da mãe do infrator com seu filho, que é construída discursivamente, conforme nossa leitura, como uma diferença que não é indiferente; em seguida, identificamos e discutimos o discurso de obsessão pelo outro, do ponto de vista do conceito bakhtiniano de “ato responsável” e, por fim, relacionamos essa responsabilidade da mãe com a relação que Ponzio (2012) entende como “medo pelo outro”, relacionando-a com a noção de “refém”, proposta por Lévinas.

Breve contextualização

Como mencionamos anteriormente, a materialidade discursiva central para desenvolver este trabalho é a gravação em áudio e vídeo de um círculo restau-

rativo que compõe parte do acervo do projeto J21. Articulado pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris) e contando com parceiros individuais e institucionais, o J21 é uma iniciativa considerada pioneira não apenas no Estado do Rio Grande do Sul, como também no Brasil por divulgar e implantar práticas de justiça restaurativa em várias instâncias, como em escolas, organizações governamentais e não governamentais, comunidades e no Sistema de Justiça da Infância e Juventude em Porto Alegre. Esse projeto, que já realizava ações em justiça restaurativa de maneira assistemática desde 2002, passou a se consolidar a partir de 2005, quando uma série de fatores contribuíram para sua implantação. Dentre eles, destaca-se a criação de um projeto-piloto de abrangência nacional intitulado *Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro*, que teve como objetivo inserir, avaliar e adequar as práticas de justiça restaurativa no contexto social e jurídico brasileiro, pois o J21 foi selecionado para integrá-lo como uma das experiências pioneiras com a implantação da justiça restaurativa no sistema oficial de justiça³.

Com sua criação oficializada, o J21 passa a existir e, então, “é concebido executado no seio do poder judiciário gaúcho” (BRANCHER, 2008, p. 11), mais precisamente, na 3ª Vara do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre (3ª VJRIJ), onde ficou sediado nos primeiros anos de suas

atividades. Devido às experiências acumuladas, sobretudo daquelas ligadas à descentralização das atividades antes reservadas apenas ao projeto J21 e, como consequência, ao empoderamento dos parceiros, o J21 e a 3ª Vara adquiriram significativa autonomia. Como uma das consequências disso, o projeto deixou de ser sediado no espaço da 3ª VJRIJ do Poder Judiciário de Porto Alegre e passou a exercer suas atividades em um lugar destinado unicamente a ele. Essas e outras mudanças contribuíram para que a 3ª Vara passasse a ser uma espécie de franquia do projeto J21, conforme afirmam Brancher & Aginsky (2007), adquirindo significativa autonomia e funcionando como se fosse uma “matriz” do projeto *Justiça para o Século 21*. Com isso, foi criada a Central de Práticas Restaurativas do Juizado da Infância e da Juventude (CPR/JIJ), que, inserida na 3ª Vara, passa a representar um ideal de exercício da justiça restaurativa em instância do poder judiciário. Desse modo, a CPR representa um ponto de encontro entre o J21 e a 3ª Vara.

Ainda que tenha se dissociado da 3ª Vara, o projeto J21 mantém o foco de sua atuação no sistema de justiça, tanto que afirma:

As iniciativas do Projeto têm sua inserção principal na rede de atendimento ao adolescente em conflito com a lei a partir do Sistema de Justiça, mas estabelece parcerias de forma que amplia sua abrangência, produzindo repercussões no âmbito de outras políticas como as de Segurança, Assistência, Educação e Saúde (JUSTIÇA PARA O SÉCULO 21, 2011)

Com forte atuação na divulgação da justiça restaurativa e na formação de agentes sociais para atuarem como coordenadores de práticas de justiça restaurativa, o J21 mantém-se, portanto, como importante e imprescindível parceiro da 3ª Vara, contribuindo desde a realização das práticas restaurativas até a avaliação e efetividade das práticas restaurativas. Cabe ainda destacar que, desde sua criação, o J21 incluiu em ações a elaboração, a organização e a sistematização de um acervo, que, além de construir as memórias da iniciativa, contribui para o desenvolvimento e a avaliação de suas práticas. Várias produções compõem o seu vasto acervo: desde materiais de divulgação (como folheters e manuais), passando pela criação e manutenção do seu site institucional (que conta não apenas com informações sobre o movimento restaurativo e as atividades propostas pelo programa, mas também com uma biblioteca on-line), até gravações em áudio e vídeo dos casos de justiça restaurativa (que servem, sobretudo, para a avaliação das práticas restaurativas realizadas).

Analisamos, assim, um caso de justiça restaurativa inserido no sistema oficial de justiça. Caso Osório, como aqui intitulamos esse caso de justiça restaurativa, aconteceu como parte do processo judicial realizado pela 3ª VJRIJ. O ato infracional praticado por Osório foi enquadrado, pela justiça tradicional (retributiva) como roubo, de modo que, para dar prosseguimento ao processo, o

juiz responsável optou por encaminhar o caso, após audiência, para realização do procedimento restaurativo. O processo foi direcionado à Central de Práticas Restaurativas do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre (CPR/JIJ), a qual oferece, desde 2005, táticas alternativas para resolução de conflitos no âmbito do sistema oficial de justiça.

As ações desenvolvidas pela CPR, assim como todas as experiências com justiça restaurativa que são pensadas, discutidas e propostas nas mais variadas instituições públicas e privadas são, de alguma maneira, expressões únicas e singulares de um amplo movimento de justiça restaurativa que surge, como observa Neto (2004, p. 36), internacionalmente enquanto uma “rede informal e descentralizada” voltada à divulgação e à implementação de valores e procedimentos da justiça restaurativa. Bastante atuante nos anos 1980, o movimento de justiça restaurativa só foi sendo realmente difundido a partir da década de 1990, quando passou por uma fase de grande expansão em várias partes do mundo. Nesse período, até mesmo a expressão justiça restaurativa começou a ter maior visibilidade. Cabe observar, porém, que terminologia “justiça restaurativa” parece ter surgido bem antes de tudo isso. De acordo com Jaccoud (2005), foi o psicólogo americano Albert Eglash quem cunhou, pela primeira vez, a expressão “justiça restaurativa”, a qual foi empregada em um artigo publicado em

1877 para referir a uma das três respostas ao crime: a retributiva, a distributiva e a restaurativa. Diante disso, podemos afirmar que a abordagem restaurativa de resolução de conflito permaneceu bastante silenciada até a década de 90.

Ao propor o caminho da justiça restaurativa como um terreno para que os sujeitos lidem com os conflitos e seus possíveis danos, as iniciativas em justiça restaurativa, ainda que bastante heterogêneas entre si, normalmente convergem em relação ao entendimento que fazem da justiça retributiva (abordagem tradicional que conhecemos), pois questionam fortemente suas práticas, rechaçando-as normalmente. Como assinalam McCold & Wachtel, a justiça retributiva responde às situações de conflito e violência com um alto controle sobre os sujeitos e com baixo apoio a eles, de tal modo que, ao conduzir todo o processo, “tende a estigmatizar as pessoas rotulando-as indelevelmente de forma negativa” (2003, p. 2).

Enquanto abordagem de justiça dominante em nossa sociedade, essa perspectiva de justiça tem sua mais alta expressão no sistema oficial de justiça, que fortemente se sustenta em pilares do Direito Penal. Nesse, os sujeitos diretamente envolvidos com atos infracionais são definidos e concebidos de acordo com uma, e apenas uma, dessas duas identidades: ou como vítimas ou como ofensores/infratores. Ancorados em códigos e normas jurídicas, operadores do direito categorizam sujeitos de acordo com uma dessas duas identidades, por meio de um processo de investigação. Nessa relação,

as identidades estigmatizam, em geral, os sujeitos e exclui vários, principalmente quando se trata de práticas de justiça envolvendo vítimas e ofensores, ou seja, no sistema estatal de justiça.

Como observam os promotores de justiça Carvalho & Lobato (2008), é notório e já conhecido o fato de o sistema penal atual despersonalizar os conflitos, pois concebe os sujeitos como representantes de papéis sociais no cenário jurídico. A pertença dos sujeitos a certas identidades fixa-os em determinadas posições, necessárias para a organização e o andamento das atividades do modelo de justiça tradicional. É preciso que o sujeito ocupe certa posição social, à qual se atribui um valor axiológico, para que exista a relação do tipo perde-ganha (para que um sujeito ganhe, o outro precisa perder), característica do sistema judiciário. Ainda nessa mesma direção, Sales (2007) afirma que o modelo tradicional de resolução de conflitos existente no Poder Judiciário possui inúmeras estratégias para que se instaure um contexto de disputa em que um sujeito ganha e o outro perde. Por isso, no sistema de justiça existem lados opostos, disputas, petição inicial, contestação, etc.

Mesmo que surja como uma alternativa ao modelo retributivo, experiências com justiça restaurativa reconhecem limitações em suas práticas. Ainda que pareça conceber as relações sociais sob um viés mais humano com sua outra abordagem de resolução de conflitos, “a justiça restaurativa não é um remédio para todos os males do modelo

retributivo”, sugere Neto (2000, p. 102). Ela surge no cerne de nosso paradigma atual, banhado no modelo retributivo, e nele se constitui, ainda que o questione e sua busca seja por superá-lo. Por si só, isso, porém, não determina a anulação de seus esforços no sentido de instaurar uma outra palavra, outra abordagem, no sistema oficial de justiça para responder às situações de crime e ao ato infracional.

Atuar no interior do sistema que questiona pode ser uma tática para implantar uma nova abordagem. Segundo Certeau (2011), a tática consiste na ação calculada e exercida por um sujeito destituído de poder em um lugar que não lhe é próprio. A tática se realiza em terreno alheio, por isso, ela deve jogar no lugar que lhe é “imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”. Usando as palavras de Bullow, Certeau afirma que a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” que se realiza no espaço por ele controlado. É no âmbito desse espaço hegemônico, mantido pelas estratégias de poder dos fortes, que a tática se exercita enquanto contrapalavra, operando da seguinte forma:

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas [...]. Este não lugar lhe permite mobilidade, mas nunca docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 2011, p. 94-95).

Aproveitando determinadas frestas, aberturas, falhas no poder hegemônico, a tática acabando sendo movimento de surpresa e desvio à ordem do discurso. É estranhamento dentro do espaço de poder da ideologia que, no jogo social, foi a vencedora e se estabeleceu como dominante.

Metodologia para compreensão da materialidade discursiva

Para compreender aspectos da interação verbal presente em um círculo restaurativo, tomamos a palavra como unidade de análise, centrando as compreensões nos recursos expressivos mobilizados nos enunciados. Tendo isso em vista, focamos a análise na observação da seleção lexical, da sintaxe e de elementos prosódicos. A partir dos estudos bakhtinianos, abordamos esses elementos da língua em sua relação estreita e necessária com o contexto social mais amplo e imediato, do qual são inseparáveis. Desse seu vínculo com as realidades, a palavra não é um signo “neutro”, destituído de visões de mundo, mas, sim, carregada de valorações e pontos de vista que denotam algo das relações sociais, apontando inclusive para transformações incipientes e quase que imperceptíveis, afinal

[...] [a palavra] constitui o meio social no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 42).

A maneira como buscamos compreender as palavras foi construída a partir de uma atitude diante dos enunciados que envolveu o cotejamento entre textos (GERALDI, 2012) a ser realizado com base no paradigma indiciário de leitura (GINZBURG, 1989). O cotejamento, em síntese, consiste em colocar diferentes textos em relação uns com os outros. A compreensão dos enunciados será maior, mais profunda, na medida em que o pesquisador conseguir “ampliar os contextos”, ou seja, fazer emergir “mais vozes do que aquelas que são evidentes na superfície discursiva” não para encontrar a “fonte do dizer”, mas para fazer dialogarem textos, diferentes vozes”. Dar contextos a um texto é, segundo pensador, “cotejá-lo com outros textos” (GERALDI, 2012, p. 29-33).

Com isso, o pesquisador retoma alguns nós interpretativos que compõem a cadeia infinita da comunicação entre enunciados, encontrando “enunciados a que o texto responde, a que se contrapõe, com quem concorda, com quem polemiza, que vozes estão aí sem que se explicitem porque houve esquecimento da origem” (GERALDI, 2012, p. 33). Neste trabalho, correlacionamos, então, diferentes textos

que foram enunciados no círculo restaurativo, bem como cotejamos conceitos teóricos com as interações travadas nesse encontro de justiça restaurativo como caminho para aprofundar a leitura.

Exercitamos o cotejamento no terreno do paradigma indiciário de pesquisa proposto por Ginzburg (1989). Conforme essa orientação metodológica, o pesquisador, como um “detetive” que busca pistas para compreender os eventos, constrói sentidos e encontra possíveis respostas às suas questões, em um percurso interpretativo fundamentado em argumentos que justifiquem as leituras feitas. Em um amplo horizonte de possibilidades, os sentidos traçados em um trabalho registram uma opção possível dentre várias. Como Geraldini (2012), também consideramos que os sentidos construídos, ao longo de uma investigação, foram aqueles possíveis de serem traçados, com os dados disponíveis naquele momento da pesquisa.

Destacamos que nossas compreensões de textos revelam um esforço acadêmico para construir uma verdade possível, uma leitura fundamentada teórica e metodologicamente, e não uma verdade única sobre o tema. Como afirma Bakhtin, é um “triste equívoco, herança do racionalismo”, supor que a “verdade só pode ser a verdade universal [*istina*] feita de momentos gerais, e que, por consequência, a verdade [*pravda*] de uma situação consiste exatamente no que esta tem de reproduzível e constante” (2010, p. 92-95). Para o pensador russo,

a verdade- *pravda* pode ser compreendida como a verdade daquele viver-agir único e singular, sendo que “a inclusão responsável na singularidade única reconhecido do ser-evento é o que constitui a verdade-*pravda* da situação”. É por esse viés de verdade que construímos o fazer científico. Iniciemos a compreensão dos enunciados referentes à relação entre mãe e filho por meio da observação de características que, naquele contexto, remete a uma verdade-*pravda* que deixa marcas na língua.

De uma atenção amorosamente interessada

Em nosso exercício de escuta das palavras que circulam neste círculo restaurativo, encontramos em Irene uma capacidade de se envolver ativa e responsavelmente com Osório, seu filho que praticou um ato infracional. Tendo em vista os estudos elaborados pelo Círculo de Bakhtin, consideramos que o envolvimento dessa mãe com o filho carrega um amor eticamente produtivo.

Para Bakhtin (2010), apenas uma relação desinteressada – daquelas cujo envolvimento não se pauta no que o outro pode me oferecer por suas qualidades e virtudes, mas, sim, da relação de único para único – é capaz de afirmar e consolidar a diversidade e a diferença, sem esquematizar ou enquadrar o sujeito em categorias abstratas. Nas palavras do pensador:

Somente uma atenção amorosamente interessada pode desenvolver uma força muito intensa para abraçar e manter a diversidade concreta do existir, sem empobrecê-lo e sem esquematizá-lo. Uma reação indiferente e hostil é sempre uma reação que empobrece e desintegra o objeto: passa longe do objeto em toda a sua diversidade, o ignora e o supera (BAKHTIN, 2010, p. 128)

Trata-se de uma vivência capaz de colocar, no horizonte das possibilidades, uma relação com um outro diferente de mim que se apresenta com seu mundo socialmente valorado que posso ou não concordar, polemizar e discordar. Notamos que o discurso da mãe apresenta-se como inquieto, tenso e intranquilo devido ao encontro que ela estabelece com a alteridade, com o outro fora dos lugares tradicionais de infrator, de filho, de menor em conflito com a lei, de adolescente ou quaisquer outras tentativas de encerrar o outro, Osório, em identidades. A força centrífuga da alteridade desconcerta a constituição do eu – é isso que o discurso de Irene nos mostra em relação a Osório, um outro sujeito que é a concreta materialização, do ponto de vista de Irene, da alteridade.

O fato de o comportamento do filho lhe alterar pode ser percebido nas próprias enunciações desta mãe. Ainda que o conflito seja (re)vivido de diferentes maneiras por ela ao longo do procedimento restaurativo, Irene assume negativamente uma posição de não-indiferença que deixa marcas em seu discurso. A seguir, destacamos construções linguísticas empregadas na prática restaurativa para, então, começarmos a apontar para

o uso concreto da língua, inseparável do meio social e da valoração atribuída a esse contexto pelo enunciador:

(1)

Coordenador – E eu queria pedir pra Irene falar um pouquinho, assim, dessas consequências da situação... pra ti, assim.

Irene - Pra mim, mudou totalmente a minha vida, né [...] Então, no dia em que eu soube que aconteceu isso aí, eu enlouqueci dentro de casa. Eu não conseguia falar com ninguém [...] E acabou comigo na hora né.

Coordenador – Hoje, como é que tu te sente em relação a isso. O que mudou hoje pra ti?

Irene – Mudou tudo [...]

Nesse encontro de palavras, podemos observar que Osório é, do ponto de vista de Irene, uma alteridade que a invade, desconcerta-a, desacomodando seu lugar na relação que mantinha com ele e com a própria vida. Considerando o valor semântico dos adjuntos adverbiais que acompanham o verbo mudar, podemos afirmar que a prática do ato infracional foi, para a mãe, uma grave experiência que transformou significativamente seu viver-agir: “mudou totalmente” e “mudou tudo”. Além desses itens lexicais em destaque, cabe assinalar outras duas estratégias discursivas que apontam para a valoração negativa do fato na vida da enunciativa, segundo a perspectiva construída em seu discurso.

Uma dessas estratégias é o emprego dos seguintes verbos que atribuem destruição e assolamento a sua vida por saber que o filho praticou um ato de violência: “eu enlouqueci” e “acabou comigo”. A hipérbole, nessas duas construções linguísticas, oferece ao enunciado um modo de dizer que causa mais intensidade ao sofrimento. A outra estratégia refere-se a prosódia de Irene. Por mesclar-se ao choro, a voz trêmula, que vagarosa e pausadamente enuncia, remete a uma alta carga emocional ligada à tristeza e ao sofrimento.

Antes ainda de desdobrarmos a análise à compreensão de outros elementos, cabe uma última observação a respeito desse trecho (1). É importante levarmos em conta que, mesmo sendo um trecho relativamente curto, esse encontro de palavras serve já para apontar o tipo de relação que sujeitos da comunidade de apoio estabelecem com Osório, pois toda e qualquer palavra, quando enunciada, é uma pista da posição que o sujeito assume diante do conteúdo em questão. Enunciar é já se posicionar. De acordo com Bakhtin, a palavra viva, plena, quando diz respeito à experiência vivida em sua eventicidade irrepetível, dá existência ao objeto, ao sujeito e destina a ele uma atenção não indiferente.

Conforme a perspectiva bakhtiniana, pronunciar uma palavra significa estabelecer uma relação interessada e afetiva com o outro, mesmo que criemos estratégias de neutralidade para não nos desnudarmos:

Pelo simples fato de que eu comecei a falar dele, já entrei em uma relação que não é indiferente, mas interessado-afetiva e por isso a palavra não somente denota um objeto como de algum modo presente, mas expressa também com a sua entonação (uma palavra realmente pronunciada não pode evitar de ser entoada, a entonação é inerente ao fato mesmo de ser pronunciada) a minha atitude avaliativa em relação ao objeto – o que nele é desejável e não desejável – e, desse modo, movimenta-o em direção do que ainda está por ser determinado nele, torna-se momento de um evento vivo (BAKHTIN, 2010, p. 86-87).

Desse modo, a palavra é uma resposta, valorativa e não indiferente ao outro, à sua singularidade única e insubstituível. No que diz respeito ao caso de justiça restaurativa que aqui compreendemos, a resposta de Irene constrói a ideia de que o comportamento do filho não apenas lhe desagradou, como foi prejudicial e devastador para sua vida. E não apenas isso. Essa resposta da mãe ao filho revestiu-se, ainda, de uma responsabilidade ilimitada como insuportável obsessão pelo outro. É sobre essa responsabilidade, como um não-álibi frente ao acontecimento, que discorreremos no próximo item.

Responsabilidade ilimitada como insuportável obsessão pelo outro

Osório envolveu-se em uma situação de violência: durante uma situação de roubo, agrediu fisicamente a vítima. A justiça retributiva respondeu a isso, atri-

buindo a Osório uma medida socioeducativa, a qual é aplicada a sujeitos menores de 18 anos, considerados penalmente inimputáveis. Nesse contexto, notamos que sua mãe assume um lugar, no diálogo, que é de inteira responsabilidade por ele, contudo, é uma responsabilidade que excede a meros cumprimentos de papéis sociais considerados desejáveis e aponta, ao invés, para uma resposta única e singular frente a esse outro que a sociedade, de maneira geral, identifica-o apenas como ofensor/agressor.

Neste círculo restaurativo, não encontramos como predominante uma responsabilidade abstrata, referente ao papel ou à função tradicionalmente atribuída a uma Mãe, cuja identidade a obrigaria a responder de uma e não de outra maneira diante do conflito em que seu filho esteve envolvido. Com base nos estudos bakhtinianos, especialmente aqueles desenvolvidos por Augusto Ponzio, entendemos que esse tipo de responsabilidade relativa a identidades, que é resultante da pertença do sujeito a grupos (de mães, de filhos, de infratores, etc.), tende a anular a singularidade do sujeito e barrar a enunciação de suas outras palavras, mais livres das amarras e cerceamentos sociais.

No caso dessas responsabilidades que são necessariamente atreladas a identidades, as enunciações são aquelas esperadas pela pertença do sujeito a um dado grupo social. Comporta-se de uma maneira, em detrimento de outra, porque integra dado grupo social. Bakhtin

atribui essa responsabilidade típica de identidades (chamada por ele de “responsabilidade especial”), quando restrita a ela própria, ao mundo abstrato, teórico. A questão é que nesse mundo delimitado não é possível um ato responsável, único e singular do eu, afinal

[...] nele não é possível viver, agir responsavelmente, nele não sou necessário, nele, por princípio, não tenho lugar. O mundo teórico se obtém por uma abstração que não leva em conta o fato da minha existência singular e do sentido moral deste fato, que se comporta “como se eu não existisse” [...]; e tal conceito de ser, que é indiferente ao fato, para mim central, da minha encarnação concreta e singular no existir (aí estou também eu), não pode, por, princípio, acrescentar nada a ele, nem tirar nada dele, já que este mundo teórico permanece igual e idêntico a si mesmo no próprio sentido e significa, exista eu ou não (BAKHTIN, 2010, p. 52).

Já o lugar onde exerço meu viver-agir, se assentado do meu lugar único e insubstituível, desloca-se para o campo da responsabilidade moral, na visão desse pensador russo. Nesse campo, tem lugar aquela responsabilidade especial, delimitada, mas ela é apenas um momento do meu viver agir. Estamos diante do mundo da vida que é interpenetrado pelo mundo da cultura. De acordo com essa perspectiva, o ato responsável do sujeito acaba sendo bidirecional porque refere-se tanto à responsabilidade especial quanto à responsabilidade moral. Desse ponto de vista, responsabilidade especial e moral estão entrelaçadas, portanto. Mesmo que, para fins de compreensão do ato responsável, Bakhtin estabeleça diferenças entre essas duas abordagens

de responsabilidade, a especial e a moral não estão separadas uma da outra: elas se encontram em um único plano – no viver-agir do sujeito. Disso que destacamos, importa-nos centrar na ideia de que a responsabilidade especial não é suficiente para nos relacionarmos com aquilo que é único no mundo. É o diálogo como impedimento de o sujeito se encerrar na sua identidade que, na verdade, “me coloca diante do outro sem limites, sem possibilidades de dizer que sou responsável daqui até ali”, indo além da responsabilidade especial, afirma Ponzio (2012, p. 50).

É dessa posição de diálogo, como puro envolvimento com o outro, que Irene se relaciona com seu filho Osório. É no diálogo, particular de certa relação social, que uma responsabilidade especial de mãe parece ser incorporada por Irene na unidade do seu ser enquanto um momento de sua atividade responsável exercida na relação com Osório. Trata-se de se apresentar e se constituir como uma determinada mãe no evento singular, irrepetível, participativo e não indiferente do viver-agir. Não podemos negar: no círculo restaurativo, Irene apresenta-se e é identificada, por ela e outros sujeitos, como a mãe de Osório. Porém, a responsabilidade determinada pelo papel de mãe não dá conta da plenitude das vivências de Irene: é apenas um momento experimentado de certa maneira no âmbito de sua responsabilidade absoluta, moral, com e pelo Osório.

Tendo em vista o círculo restaurativo como uma prática comunicativa, consideramos que sua responsabilidade comporta uma responsabilidade sem alibis, sem a desculpa de que não deve ou não pode ocupar o seu lugar no mundo, que é único e se refere ao mundo da vida. A palavra de Irene é um responder e um responsabilizar-se. Como assinala Ponzio, o diálogo no sentido bakhtiniano “é a responsabilidade e um responder do outro” (2012, p. 50). Percebemos que essa estrutura dialógica do eu, de envolvimento intenso com a alteridade, materializa-se, neste caso, em um discurso que é de obsessão pelo outro. Em Irene, encontramos uma outra palavra que evidencia uma certa responsabilização sem limites de tempo e de espaço que marca esta relação de singular com singular. Notamos que, ao longo do círculo, essa participante fala que se sente em uma relação de inevitável envolvimento com Osório que faz com que ela responda com um comportamento de obsessão por ele, marcado pelo medo que sente pelo filho.

Irene tem consciência da relação de não indiferença que instaura com Osório, e o seu discurso mostra que ela não vê saídas para aliviar o peso que a alteridade necessariamente lhe provoca. Daí, emerge sua tensão e desassossego. Observemos a inquietação de Irene materializada em seu discurso, tendo em vista a seguinte interação social mais imediata que ela estabelece como resposta à pergunta do coordenador do procedimento. O tema da conversa trata,

assim como no trecho 1, das consequências do ato na vida da mãe desse infrator:

(2)

Irene – [...] Eu não me sinto segura. Eu não deixo nem ele ir no bar sozinho... Eu tenho medo. Eu tenho medo pelas companhias. Eu tenho medo pela polícia.

Coordenador - Tem medo de repressão?

Irene – Tenho. Eu... eu... me sinto presa a ele. Eu não deixo ele sair. Ele só sai comigo ou com a vó dele ou com o pai dele. Ele não sai pra lugar nenhum, sem ser com nós. Tanto que nem na escola eu tô deixando ele ir. Não deixo mais ele nem mais estudar, até conseguir a transferência onde eu possa levar ele na escola e ir buscar.

Coordenador – Tá te sentindo insegura?

Irene – Tô.

Coordenador - Precisando de...

Irene – Falta de confiança, que eu não tenho confiança nele mais. E o que eu espero que é ele possa fazer a gente sentir confiança nele de novo. [...] Até eu pegar confiança nele, sabe, eu não sei... Eu não vou conseguir sossegar assim ou me deitar tranquila, achando que ele tá bem. Só sei que ele tá bem quando ele tá com a vó dele. - “Ai, eu vou lá pra vó, eu vou ficar lá na vó.” - “Ah, então tá, fica lá na tua vó. Eu sei que tu tá lá na tua vó.” Agora noutro lugar que ele vá, eu vou junto. Eu sempre vou ter que ir junto [...]. (Caso Osório)

Com base na interação verbal citada, podemos notar que Irene respondeu à situação de violência por meio de um ato que consistiu em limitar as saídas dele, como fica evidente no trecho acima, principalmente na asseveração: “Eu não deixo ele sair. Ele só sai comigo ou com a vó dele ou com o pai dele. Ele não sai pra lugar nenhum, sem ser com nós”.

Podemos dizer que, porque sofre pelo filho, tem medo pelo filho, a mãe assume a decisão de limitar a liberdade desse sujeito. Independente de uma possível valoração, em termos de “certo” e “errado” sobre essa opção de Irene, o importante aqui é sublinhar que ela não criou álibis: realizou um passo, tomou uma determinada atitude frente à situação do filho. Assumiu seu ato responsável, com sua verdade singular. E álibi, como esclarece Ponzio, significa “sem desculpas”, “sem escapatórias”, mas também “impossibilidade de estar em outro lugar”, em relação ao lugar único e singular que ocupo no existir, existindo, vivendo” (2010b, p. 20). De sua participação singular na vida de Osório, ela adotou, portanto, um ato como sua própria resposta à situação de violência.

O outro lhe provoca uma reação de extrema novidade, e ela reconhece a obsessão por esse sujeito. Nos enunciados abaixo, retirados do segmento 2, o advérbio “nem” funciona com um operador argumentativo que sugere o grau elevado, ou seja, o limite máximo da posição assumida por Irene em relação aos fatos, indicando a gravidade de suas ações, reconhecida como tal por ela:

(2a)

- Eu não deixo **nem** ele ir no bar sozinho
- Ele não sai pra lugar nenhum, sem ser com nós. Tanto que **nem** na escola eu tô deixando ele ir
- Não deixo mais ele **nem** mais estudar, até conseguir a transferência onde eu possa levar ele na escola e ir buscar

A construção de sentido desses três enunciados conta com a existência, pressuposta no texto, de uma espécie de hierarquia de atos dispostos em uma escala, cujos pontos mais altos são justamente esses verbalizados pela enunciadora. Tamanho é o medo pelo filho que a mãe chega a **nem** deixá-lo ir ao bar sozinho e **nem** à escola e, conseqüentemente, **nem** estudar: essas são as atitudes que representam o ponto máximo que a relação com o filho alcançou. Essas são, portanto, conseqüências do dano dotadas de significativa gravidade, do ponto de vista axiológico do eu enunciador.

Não podemos deixar de notar que a maneira como Irene responde à situação de violência, cerceando, em grande medida, a liberdade do filho, não é tranquila e serena, mas sim prenhe de uma imensa angústia e aflição porque diz respeito, podemos afirmar, a um envolvimento com a alteridade, afinal essa mãe ocupa uma posição de responsabilidade insuportável, sem limites, por esse filho, tanto que ela se sente, segundo suas próprias palavras, “presa” a ele. Essa inquietação decorrente de seu envolvimento com o outro fica evidente, ainda,

na entonação de sua voz. A participante enuncia as palavras com voz trêmula, o que sugere uma alta carga emocional, do campo da tristeza, na composição de sua entonação.

Ainda no trecho 2, cabe retomar uma outra sequência da fala de Irene que, com características prosódicas que também sugerem tristeza e angústia, é enunciada com certos paralelismos que reforçam o valor semântico do conteúdo da fala, enfatizando, portanto, desassossego da enunciadora.

(2b)

Irene – Eu tenho medo. Eu tenho medo pelas companhias. Eu tenho medo pela polícia. (Caso Osório)

Enquanto uma forma simétrica entre elementos do enunciado, o paralelismo diz respeito a repetições de estruturas. No segmento supracitado, notamos três formas de paralelismo: sintático, semântico e rítmico. Interligados entre si na composição do enunciado, esses recursos não apenas determinam o sentido da ideia, mas principalmente tornam a construção mais enfática, indicando um maior valor ideológico presente no segmento.

O paralelismo sintático pode ser observado pela construção de três orações, todas coordenadas. A semelhança sintática entre elas também pode ser observada pelos mesmos léxicos que ocupam a posição inicial das três orações: todas iniciam com a construção linguística “eu tenho medo”. É importante notarmos

que está correlacionado a esse recurso um outro paralelismo, o rítmico. As três orações apresentam duração (extensão prosódica) muito próximas, afinal são compostas pelo mesmo sintagma, “eu tenho medo”. Não há, nesse caso, significativas variações melódicas entre

as entonações das orações. Esse tipo de paralelismo referente à extensão igual ou quase igual de certos segmentos é conhecido como “isocronismo”.

Tendo em vista tudo isso, temos as seguintes construções:

- | | | |
|--|---|---------------------|
| (2c) | } | Orações coordenadas |
| A – Eu tenho medo | | |
| B – Eu tenho medo pelas companhias.
C – Eu tenho medo pela polícia. | | |

Conforme nossa leitura, toda essa reiteração no campo da língua não tem um fim em si mesmo. Entendemos que existe, nos referidos paralelismos sintático e rítmico, um paralelismo semântico na medida em que enfatizam um dado sentido, o estado de medo da enunciativa. A repetição de construções, nesse caso, está ligada ao existir-evento irrepitível e singular de Irene, pois esse modo de dizer reforça, com intensidade, o medo como a grande inquietação do seu ser. O importante são as vivências desse sujeito, que encontraram, na língua, táticas de dizer para construir, com força valorativa, a sua maneira de estar no conflito e agir diante dele. É importante ressaltar que, em outros tantos momentos da interação que não apenas essa situação de comunicação transcrita e discutida aqui, Irene mantém o estilo de construir paralelismos para intensificar o medo como a sua resposta aos conflitos. Na seguinte fala, por exemplo, está explícito outro enunciado no qual a mãe do infra-

tor significa a situação de violência por esse viés do medo: “A gente tem medo. A gente tem medo pelas companhias. A gente tem medo pelo que aconteceu [...]. A gente tem medo. A gente tem medo pelas amizades”.

Para compreendermos um pouco mais a relação com a alteridade, é fundamental ainda discutir uma dimensão da vivência de Irene que especifica o tipo de medo que ela sente. No próximo item, centramos a compreensão em torno da discussão do conceitos de “medo do outro” e “medo pelo outro”.

O medo *pelo outro* e a posição de refém

Entendemos que a característica peculiar do seu medo está subentendida em complementos nominais preposicionados, que acompanham o vocábulo medo para delimitá-lo: “eu tenho medo pelas companhias” e “eu tenho medo pela polícia”. Esses enunciados de Irene apre-

sentam, portanto, um outro paralelismo sintático e semântico (esse referente a posição sintática de complemento), que igualmente merece atenção para compreendermos elementos do encontro de palavras nesse círculo. Ambos os complementos determinam a natureza do medo.

Tendo em vista o valor semântico da preposição “por”, que está contraída com artigos “a(s)” – “pela(s)” –, consideramos que a origem do medo parece ser o tipo de relação amorosamente estabelecida com o filho. Receia a polícia e as companhias do filho porque, antes de tudo, preocupa-se ativamente com ele. Conforme essa leitura, a relação central que leva à percepção do conflito é o envolvimento, participativo e desinteressado, entre essa mãe e esse filho, entre singulares.

Diante dessa interação, podemos afirmar que Irene aproxima-se de uma lógica contra-hegemônica sobre maneiras de lidar com conflitos em nossa sociedade. Para discutirmos isso, parece-nos interessante retomar aqui a ideia de diálogo elaborada por Ponzio (2012) e Petrilli (2013), mais precisamente, a leitura que esses pensadores fazem da obra de Lévinas para tecerem suas próprias concepções de diálogo.

O medo do outro, típico de relações sociais vivenciadas há séculos em nossa sociedade, diz respeito ao receio, ao pavor, de que o outro invada o meu espaço monológico e fechado. Esse é o modo de vida hegemônico. É medo de que o outro, fora de mim, atravesse os limites e rompa, de alguma maneira, com a totalidade

do meu ser. Petrilli (2013) esclarece que o medo do outro nos faz conhecer relações sociais centradas na identidade e, como tal, esse medo é uma experiência ligada à necessidade de excluir o outro da vida do eu:

O medo do outro, o medo do qual se faz experiência o sujeito em relação ao outro, deriva da constituição da identidade que, seja essa individual ou coletiva, requer a separação do outro e a delimitação dos interesses da identidade [...]. Esses limites são estabelecidos pela identidade e constituem o fundo do qual emerge o medo no sujeito do outro. Tal situação leva ao reconhecimento do outro como necessidade imposta pelo medo que o outro possa violar o espaço da própria identidade, qualquer que essa seja, medo tão mais forte quanto mais forte é o esforço de excluir o outro (PETRILLI, 2013, p. 215).

Diferente disso é o medo pelo outro, que é responsabilidade pelo outro, diante do outro, assevera Ponzio (2012). É um medo outro que carrega vivências no âmbito do humanismo da alteridade. Tendo como foco a relação entre Irene e Osório, podemos afirmar que não predomina, em relação ao modo como a mãe se sente, um medo de Osório e nem um intenso medo da polícia ou das companhias em si – o seu “eu identitário” não foge amedrontado de nenhum deles. Nada disso predomina no seu discurso. Seu medo, ao invés, é responsabilidade, envolvimento, com o outro. A sua preocupação é com o filho, é o medo por ele, um medo pelo que ele possa sentir ou passar. Isso é posto em evidência no seu discurso. A posição de não indiferença faz com que ela sinta medo por ele. O sentimento da mãe centra-se no filho, em possíveis

situações que esse possa, talvez, passar. É a instabilidade do ser humano, do filho principalmente, que lhe assusta. Irene, em seu dever de responder a Osório, tem medo por ele, preocupa-se obsessivamente com o que possa ou não acontecer com esse filho. Necessita saber onde e com quem ele está, sofrendo por isso. Assim, em sua memória de futuro, a mãe atemoriza-se pelo futuro do filho. O seu presente, tempo da enunciação, está carregado de memórias de futuro povoadas de medo pelo filho.

A partir das interações verbais estabelecidas no círculo, notamos que, na visão de Irene, Osório não lhe responde adequadamente, não lhe dá nenhuma resposta diante de toda a problemática do conflito e perante toda a obsessão dela por ele. Isso porque, em casa, o adolescente faz a opção pelo silêncio, que, conforme interpretação da mãe, sinaliza indiferença, não responsabilidade para com ela. Tanto é assim que, em dado momento do encontro, a mãe assinala que, em casa, o filho mantém-se em silêncio e não fala com ninguém acerca dos acontecimentos. Ela acredita, então, que, durante aquele encontro de justiça restaurativa, Osório talvez queira enunciar algo e propõe que o jovem fale das motivações que o levaram a se envolver na situação de violência. Com isso, a mãe atesta a sua necessidade pela palavra do filho, palavra que seria uma resposta possível diante das vulnerabilidades que ela mesma assume com o seu desassossego pelo filho.

Partindo do ponto de vista construído discursivamente por Irene, é possível afirmar que Osório, por não responder a ela, não assume a sua responsabilidade pela inquietação da mãe. Ela se desespera, preocupa-se com ele e assina a necessidade que tem dele e de sua palavra; Osório, por sua vez, encerra-se em si próprio, negando qualquer atividade verbal enquanto responsabilidade instaurada com a mãe. Esta é a verdade [*pravda*] de Irene: ela se sente insuportavelmente responsável por Osório e este, ainda do ponto de vista da mãe, nega-se a ter qualquer responsabilidade. Não há, portanto, reciprocidade.

Diante disso e com base na compreensão de Ponzio (2012) acerca dos estudos de Lévinas, podemos considerar que Irene torna-se, sobretudo, “refém” de Osório. Ponzio esclarece que Lévinas entende por refém uma situação “assimétrica” com o outro porque não tem, necessariamente, reciprocidade: “eu sou responsável pelo outro, e isso não significa que o outro seja responsável por mim”, esclarece Ponzio (2012, p. 58). Lévinas considera essa relação de “divisão desigual”, em que apenas eu me sinto responsável pelo outro, como a verdadeira situação originária do homem, a sua condição primeira, que faz, inclusive, com que eu me sinta responsável pela responsabilidade do outro. É essa responsabilidade ilimitada e espontânea, sem a necessidade de receber algo em troca, que viabiliza o medo pelo outro. Ao correlacionarmos os estudos de Lévinas

com o pensamento bakhtiniano, podemos entender que a situação de refém pode ser entendida, portanto, como uma resposta à situação de conflito, sendo um ato responsável de dado sujeito.

Em sua concepção de diálogo social, Ponzio (2012) conta com a ideia de que a justiça, na visão de Lévinas, surge para dar um pouco de paz ao sujeito que está envolvido com o outro em uma situação de insuportável responsabilidade não recíproca. A maneira como Lévinas encara a justiça é, para Ponzio, fundamental para compreender o diálogo social. Desse ponto de vista, a justiça é uma prática que pode libertar, em alguma medida, o sujeito da (in)condição de sentir-se sufocado pela sensação de estar refém de alguém.

Segundo Lévinas, a justiça, e também o Estado e a política, nasceram para aliviar o medo pelo outro, “para dar-me, em suma, um pouco de paz, para compreender até onde e até quando sou responsável”. A justiça não é, porém, a situação originária. A responsabilidade sem limites, sem horários, que marca a alteração do eu, a sua abertura ao outro, que pode ser carregada de sofrimento pelo eu, é, ao invés, a situação primeira, original. Acontece que a justiça surge diante dessa incômoda responsabilidade pelo outro para que exista alguma reciprocidade: “por que eu devo ser responsável por ti e tu não deves ser responsável por mim?” e “por que devo ser responsável por todos?” (PONZIO, 2012, p. 59).

Tendo em vista que “é preciso pensar o homem a partir da condição – ou da incondição – de refém” (LÉVINAS, 1993, p. 106), podemos afirmar que o círculo restaurativo permite a escuta dessa situação de estar refém de alguém. Notamos uma certa (in)condição do eu singular que, na relação única com o outro, desconcentra-se tamanha a força da alteridade, que impede o fechamento do eu na sua segura identidade.

Diante desse inquieto aprisionamento, o sujeito pode tentar encontrar táticas para aliviar o forte elo que o liga necessariamente a outros sujeitos. Em relação a esse círculo restaurativo que estamos buscamos compreender, notamos que Irene tece, desde o início do procedimento e na relação com os participantes, uma alternativa para construir alguma paz e tranquilidade frente a esse conturbado encontro com o outro. Para aliviar a situação de estar refém de Osório, Irene afirma a necessidade, anteriormente assinala por nós, de ter o conhecimento e o controle acerca de onde e com quem está o filho.

Mais especificamente, ela consegue mitigar, em alguma medida, o medo pelo outro, e ter instantes de sossego, quando o filho está ou fisicamente próximo dela ou acompanhado pela avó e/ou ainda pelo pai. Podemos afirmar que o comportamento de Osório é concebido pelos familiares como estranho, outro, porque é, neste caso, imprevisível e instável para eles. Não confiam nos atos do jovem, que já se envolvera duas vezes em situações

de conflitos classificadas, pela justiça penal, como atos infracionais. Observemos o seguinte trecho, também presente na interação verbal descrita anteriormente (em 2), no qual Irene responde a questões proposta pelo coordenador. Nesse enunciado proferido por Irene, a enunciativa incorpora o discurso de outrem em sua palavra própria:

(2d)

Irene - Só sei que ele tá bem quando ele tá com a vó dele. Ai eu vou lá pra vó, eu vou ficar lá na vó. Ah, então tá, fica lá na tua avó. Eu sei que tu tá lá na tua vó. Agora, em outro lugar que ele vá, eu vou junto. Eu sempre vou junto.

Esse enunciado, proferido por Irene, carrega um diálogo a duas vozes, a sua e a de Osório. Ela simula uma conversa com o filho: este comunica àquela que vai estar na casa da avó; e a mãe, por sua vez, responde a esse enunciado com a verbalização de sua tranquilidade com o comportamento dele. Dispostos do enunciado de um sujeito, réplicas estão em harmonia porque representam uma situação de consenso entre os sujeitos “envolvidos” no diálogo. Assim, a palavra reportada, no encontro com a palavra própria, faz ressoar uma vivência ideal, do ponto de vista da enunciativa, que cria uma determinada perspectiva acerca do filho. Desse modo, o enunciado expressa um projeto de dizer concreto cuja direção ideológica parece apontar para a maneira como a enunciativa pensa o conflito e parece sugerir uma necessida-

de a ser atendida, no processo de justiça, para aliviar o peso da alteridade em sua vida. Para tanto, insere a voz de outro no seu próprio discurso, sinalizando como ela se sentiria segura e confortável.

É fundamental levar em consideração que o encontro, em um mesmo enunciado, da palavra própria com a palavra reportada está dialogicamente relacionado a outros textos. O enunciado citado, assim como qualquer outro enunciado, não existe por si, mas tem existência na relação que estabelece com outros enunciados, afinal, todo texto, seja escrito, seja oral, está sempre conectado com outros tantos textos. Em relação a essa natureza do enunciado, Ponzio ressalta que todo texto “está pensado em consideração a outros possíveis textos que este pode produzir; antecipa possíveis respostas, objeções, e se orienta em direção a textos anteriormente produzidos, os quais aludem, replicam, refutam ou buscam apoio, aos que congregam, analisam, etc.” (2008, p. 101).

Tendo em vista o contexto de enunciação deste círculo restaurativo, podemos afirmar que o enunciado a duas vozes expresso por Irene é marcado, sobretudo, pela necessidade de amenizar a instabilidade que o outro lhe causou. Com várias táticas discursivas, esse sujeito afirma, para todos os sujeitos presentes no encontro, a sua necessidade de um movimento que minimize a invasão ao seu eu provocado por outrem. O outro o destruiu, tornando-o incompleto, tanto que agora deseja construir possíveis

caminhos que sejam capazes de mitigar o sofrimento pelo medo que sente. Quer paz à inquieta e barulhenta responsabilidade pelo outro, que lhe atormenta. Quer que o filho fique mais em casa com ela e que ele exerça sua liberdade nas ruas acompanhado por determinados sujeitos – a mãe, a avó e o pai.

Com isso, Irene afirma que conseguiria ter instantes de sossego devido à (ilusória) crença de que os caminhos podem ser estáveis e conhecidos, e o que o outro sempre vai corresponder aos seus anseios para amenizar a relação com essa alteridade que altera a sua vida. No que tange a maneira como esse discurso ressoou, no momento do procedimento referente a construção do acordo entre as partes, apenas sublinhamos que podemos encontrar a combinação de certos atos centrados no comportamento de Osório que devem servir para dar sossego a sua mãe. Como ressoou o discurso de Irene no estabelecimento de acordos ao final do procedimento de justiça não é, contudo, o objetivo do presente trabalho.

Considerações finais

Ao buscarmos compreender o funcionamento da linguagem em uma prática de justiça restaurativa, da qual participaram, além dos coordenadores do procedimento, os sujeitos envolvidos no dano e suas respectivas comunidades de apoio, foi possível escutarmos vozes carregadas de vida, de histórias, de medos, mas, também, de memórias de futuro,

que buscam transformar um situação de violência. Analisamos o caso Osório, enfocando na enunciação de sua mãe, Irene, que, construiu como resposta à situação de conflito, um medo pelo filho que assumiu características de aflição e preocupação para com esse outro, tornando-se obsessão por ele.

Encontramos, portanto, no círculo restaurativo um espaço de fala que sugere certa abertura para circulação de vozes historicamente rechaçadas do sistema oficial de justiça por carregarem, em alguma medida, elementos considerados subjetivos e fora da lógica racional e sistemática do contexto. Como isso, se encaminhará no âmbito do cotidiano do sistema penal não sabemos. Seja como for, como estudiosos de linguagem, investimos nas enunciações como caminho para construir leituras de mundo. Também como Geraldi, acreditamos, então, que um caminho a ser incluído em programas de estudos na área de linguagem seja aquele que aponta para as relações com a alteridade porque elas nos permitem “escutar o estranhamento” e “mostram-nos o que não mais conseguimos enxergar” (2010, p. 89).

Um enunciado, conforme o pensamento bakhtiniano, sempre responde a outro enunciado, de tal modo que, na corrente da comunicação discursiva, um enunciado é como um elo ligado a outros tantos enunciados. Dessa corrente, centramos nossa compreensão na voz de Irene, abordando-a como um ato responsável seu. Este trabalho é, assim, uma respos-

ta que, como estudiosos de linguagem, oferecemos aos textos lidos. Outras respostas surgirão desse diálogo, mantendo viva a linguagem e os sentidos.

(In)visible stories: the fear of the other as a responsible act

Abstract

In problematizing social relations impaired by damages related to the practice of an infraction, we analyze statements that circulated in a restorative justice practice called "Restorative Circle", a very recent practice in the Brazilian context. Focusing on statements uttered by the mother of a youngster in conflict with the law, we explore the relationship she has established with her child as an alterity that constitutes and changes her. To do so, we analyzed the audio and video recording of a restorative circle present in the project of Rio Grande do Sul *Justice for the 21st Century*. The methodology of analysis is based on the theoretical-methodological orientations formulated by the Bakhtin Circle, developed according to the reading paradigm and the texts comparison. We notice that the statements of the young offender's mother suggest a strong fear for the child, such that her perception of the facts imprisons her in an unlimited responsibility for the child.

Keywords: Bakhtin. Restorative justice. Responsible act.

Notas

- ¹ O presente trabalho retoma e aprofunda pesquisa anteriormente desenvolvida, na ocasião do curso de doutorado realizado pela primeira autora, sob orientação do segundo autor deste artigo.
- ² Cabe destacar que não tivemos acesso nem aos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente no caso de justiça restaurativa analisado, nem a dados que pudessem identificá-los. Quaisquer referências a esses sujeitos que venham sugerir suas identificações, como nomes, foram criados ficticiamente e não remetem a qualquer notícia do fato e a identificação real das pessoas.
- ³ Sobre os antecedentes que levaram à criação do J21, sugerimos leitura de materiais disponíveis na biblioteca *on-line* da iniciativa, disponível no site institucional desse projeto de justiça restaurativa.

Referências

- BAKHTIN, M.M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos, Pedro & João Editores, 2010.
- BAKHTIN, M. M/VOLOCHÍNOV, V.N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira, São Paulo: Editora Hucitec, 2009.
- BRANCHER, L. Apresentação da coordenação do Projeto Justiça para o Século 21. In: BRANCHER, L. N.; SILVA, S. (Org.). *Se-meando justiça e pacificando violências: três anos de experiência da justiça restaurativa na capital gaúcha* Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 11-14.
- BRANCHER, L. N.; AGUINSKY, B. G. *Implementação de práticas de Justiça Restaurativa através do Projeto Justiça para o Século 21*. Relato de prática ganhadora de menção honrosa no Prêmio Innovare, 2007. Disponível em: <<http://justica21.web1119.ghost.net/>>

j21.php?id=101&pg=0#.WuCFlyjwbIV>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CARVALHO, S. C. L. de; LOBATO, J. H. de. C. Vitimização e processo penal. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 13, n. 1937, 20 out. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11854/vitimizacao-e-processo-penal>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GERALDI, J. W. *Ancoragens* – Estudos bakhtinianos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: GEGe. *Palavras e contrapalavras*: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. Caderno de Estudos IV Para Iniciantes. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 19-39.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JACCOUD, M. Princípios, Tendências e Procedimentos que Cercam a Justiça Restaurativa. In: SLAKMON, C; DE VITTO, R. C. P.; PINTO, R. S. G. (Org.). *Justiça Restaurativa*. Brasília, Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2005. p. 163-183. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

JUSTIÇA PARA O SÉCULO 21. **O que é a Justiça para o Século 21?** Copyright, 2011. Disponível em: <<http://justica21.web1119.kinghost.net/j21.php?id=101&pg=0#.WuCFlyjwbIV>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

LÉVINAS, E. *Humanismo do outro homem*. Tradução de Pergentino S. Pivatto (coord.). Petrópolis: Editora Vozes. 1993.

MCCOLD, P. & WACHTEL T. Em busca de um paradigma: Uma teoria de justiça restau-

rativa. In: INTERNATIONAL INSTITUTE FOR RESTORATIVE PRACTICES. XIII

CONGRESSO MUNDIAL DE CRIMINOLOGIA, 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2003, p. 01-03. Disponível em: <<https://www.iirp.edu/eforum-archive/em-busca-de-um-paradigma-uma-teoria-de-justica-restaurativa>> Acesso em: 04 abr. 2018.

MELLO, M. B. de. *O amor em tempos de escola*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

NETO, P. S. *Manual de Sociologia geral e jurídica*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2000

_____. Por uma justiça restaurativa ‘real e possível’. In: ROLIM, M et al. *Justiça Restaurativa*: um caminho para os direitos humanos? Porto Alegre: IAJ, 2004. p. 33-43

PETRILLI, S. *Em outro lugar e de outro modo*. Filosofia da linguagem, crítica literária e teoria da tradução em, em torno e a partir de Bakhtin. Tradução de Daniela M. Mondardo et al. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

PONZIO, A. *A revolução bakhtiniana*: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. Traduzido de Valdemir Miotello (Coord.). São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Procurando uma palavra outra*. Tradução de Valdemir Miotello et al. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010a.

_____. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In: BAKHTIN, M. M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos, Pedro & João Editores, 2010b. p.09-38.

_____. *Dialogando sobre diálogo na perspectiva bakhtiniana*. Tradução de Valdemir Miotello et al. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

SALES, L. M. de M. *Mediação de conflitos*: família, escola e comunidade. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 2006.

ZEHR, H. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

“O mundo não pode ser dividido em coxinhas e petralhas”: a construção de posicionamentos em torno do *impeachment*

Bruno Deusdará*

Paula Gesteira**

Resumo

O processo de *impeachment* efetuado em 2016 convoca as diversas áreas do saber à reflexão crítica e à problematização de sua emergência e consolidação. Com o intuito de fornecer uma contribuição à leitura desse processo, interrogamos a construção de posicionamentos discursivos em torno desse evento que altera significativamente os contornos da história contemporânea brasileira. Como quadro teórico, recorreremos à análise do discurso de base enunciativa, cujo foco recai sobre o modo de articulação de pistas linguístico-discursivas na reconstituição dos embates a partir dos quais os posicionamentos são construídos. Em nossas análises, investigamos dois artigos de opinião publicados em veículo de grande circulação no país, antes da votação final no Senado Federal. Como resultados, destacamos as diferentes linhas que constituem os posicionamentos em jogo, indicando que, do lado contrário, encontram-se perspectivas que promovem diálogo entre diferentes pontos de vista e, do lado favorável, concentram-se as oposições unilaterais.

Palavras-chave: *Impeachment*. Golpe. Posicionamento. Análise do discurso.

Considerações iniciais

No presente artigo, investigamos construção de posicionamentos discursivos diversos no debate em torno de um evento recente da história republicana brasileira, a saber o processo de *impeachment*, cuja duração compreendeu o período entre 2 de dezembro de 2015, com a aceitação, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, da denúncia de crime de responsabilidade, e 31 de agosto de 2016, com a decisão do Senado Federal, pela cassação do mandato da presidenta Dilma Rousseff.

* Doutor em Psicologia Social (Uerj). Professor Adjunto do Departamento de Estudos da Linguagem e dos Programas de Pós-graduação em Letras e em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os resultados desta pesquisa contaram com financiamento do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado, vinculado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e Prociência (Uerj/Faperj). E-mail: brunodeusdara@gmail.com

** Mestre em Letras, com área de concentração em Linguística (Uerj). Licenciada em Português/Inglês (Uerj). E-mail: gesteira.paula@yahoo.com.br

Data de submissão: abr. 2018 – Data de aceite: jun. 2018

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v14i2.8052>

Pela abrangência cronológica e complexidade na composição de diferentes redes discursivas que constituem o evento, optamos por recorte bastante específico do material a ser analisado, cujos critérios de seleção serão mais detidamente discutidos em seção posterior. Por ora, cabe apenas destacar que analisaremos dois artigos de opinião, publicados em jornais de grande circulação no país (Folha de São Paulo e Estado de Minas), em data anterior à aprovação do relatório na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que começava a delinear a conformação de maiorias para a instauração do processo. Desse modo, interessa-nos compreender que contornos são conferidos ao debate público veiculado pelas grandes empresas de comunicação do país, em momento decisivo para nossa história recente.

As implicações que nos vinculam a essa temática se constituem a partir de linhas diversas – linhas de força que nos atravessam e constituem a instauração, marcada historicamente, de sentidos na e pela linguagem. De um lado, estamos implicados por um interesse geral a respeito das diferentes lutas empreendidas, que remetem aos antecedentes desse processo e recaem sobre desdobramentos recentes, que ampliam a fragilização dos direitos sociais, com os contingenciamentos no financiamento de políticas públicas de saúde, educação e previdência social e intensificam margens de precarização da vida comum, restringindo o acesso

aos empregos formais, com alterações na legislação vigente, e compressão das políticas de moradia, mobilidade, entre outras. De outro, manifestamos o desejo de afirmar a condição de cientista social do profissional que pratica Análise do Discurso (AD), entendendo que tal afirmação passa necessariamente por um debate filosófico a respeito da concepção de linguagem – a consideração da linguagem como um plano de intervenção sobre o real.

Rejeitando a tese de que a linguagem apenas reapresentaria eventos que ocorreriam no seu exterior, consideramos o verbal como uma dimensão produtora de realidade. Em evidente contraposição à corrente dissociação entre “discurso” e “prática”, que encontra larga ressonância no senso comum, entendemos que a tomada da palavra sempre fornece um modo de ler o entorno no qual nos inscrevemos. A leitura que fazemos do que nos ocorre e vincula ao mundo integra nossos modos de pensar, sentir e agir sobre ele. Acrescentamos a isso uma outra questão: para falar sobre o mundo, é preciso, em alguma medida, construir um lugar a partir do qual seja possível tomar a palavra. Em outras palavras, “a enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem” (MAINGUENEAU, 1997, p. 50). Nessa direção, parece-nos bastante produtiva a hipótese de uma semântica global, segundo a qual não se

poderia localizar em um único aspecto do texto o fundamento para a produção de sentidos. De acordo com o autor, não seria possível, por exemplo, indicar o plano do conteúdo como pretensamente central na construção dos significados na interação verbal. A intertextualidade, o vocabulário, o estatuto entre os enunciadores, o modo de coesão intradiscursiva, entre outros dispositivos, interagem e constroem os posicionamentos a partir dos quais os discursos se constroem e estabelecem em relação com outros discursos, assumidos como contrários ao que sustentam. A isso, acrescenta-se um outro aspecto fundamental, a relação entre os discursos e as instituições, em torno das quais se vinculam, “a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 125).

Essa orientação discursiva tem sido articulada à tradição institucionalista francesa procurando não apenas a política como um tema ou instituição de origem dos discursos e avançando em uma “dimensão política” presente em todos os atos de linguagem. Acolhendo as diferentes pistas linguístico-discursivas que integram a textualidade, buscamos reconstruir os embates em torno dos quais os posicionamentos em jogo são construídos. A partir dessa articulação, tem sido possível explorar uma “dimensão política” dos textos, em geral, definida como “o sistema de

alianças construído entre diferentes vozes apreensíveis em um texto, sendo tal sistema responsável por conferir a essas vozes maior ou menor grau de aderência ao plano instituído” (ROCHA; DEUSDA-RÁ, 2017, p. 109).

No presente artigo, propomos um ensaio de análise dessa articulação, iniciando pela explicitação de conceitos que constituem nossa perspectiva discursiva.

“Os ânimos estão acirrados, sem dúvida”: interdiscursividade e prática discursiva na construção de embates

Neste item, apresentamos os conceitos que fundamentam as análises propostas, procurando, simultaneamente, caracterizar essa prática em AD que assume novos contornos a partir dos anos 1980, com ancoragem na perspectiva enunciativa. Já na constituição da frase que dá título a este item, um procedimento enunciativo – o da captação – ilustra, de modo curioso, o dispositivo acionado. Na frase, sintetiza-se uma ideia que parece ser, em certa medida, partilhada pelos enunciadores de ambos os textos: a tematização do esgarçamento do tecido social em torno do debate político. A título de exemplo, observaríamos que, no texto 1, a frase de abertura sugere uma interlocução com tal ponto de vista. Em “Faço uma apologia ao diálogo”, subentende-se uma certa escassez da interlocução entre

diferentes posições. Se, no plano do conteúdo, há razões para o estabelecimento desse ponto de aproximação na discussão realizada, tal aproximação não resiste às considerações a respeito dos “modos de dizer” reivindicados pelos arranjos linguístico-discursivos que ganham corpo nos diferentes textos.

A partir do exemplo tematizado, demonstramos a formulação da hipótese da teoria que organiza a proposta de uma semântica global, que “não apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus ‘planos’, mas integrando-os a todos, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (MAINGUENEAU, 2005, p. 79). Nessa direção, não seria possível considerar uma espécie de primazia dos conteúdos como pretensa expressão, na superfície linguística, de um “fundo”, exterior à linguagem. “Não pode haver fundo, ‘arquitetura’ do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões” (MAINGUENEAU, 2005, p. 80). Sem dúvida, esse projeto de crítica ao conteudismo é um gesto fundante das diferentes tendências em AD, tal como já registraram Orlandi (2005), Possenti (2003), Rocha e Deusdará (2005, 2006, 2011).

Com efeito, a perspectiva discursiva adotada centra-se no primado do interdiscurso como um princípio teórico organizador, cuja inspiração remontará aos trabalhos de M. Bakhtin, que, naquele momento, o analista do discurso conhecera por intermédio dos trabalhos de T. Todorov e J. Authier-Revuz. Para

Bakhtin (2011), a ocorrência de enunciados, em circunstâncias concretas de uso, realiza-se constantemente em remissão a outros enunciados. Na série que se configura, cada enunciado constrói sentido a partir da relação que estabelece com outros enunciados, definindo relações que podem manifestar concordância, oposição, distanciamento aparente, entre outros. Segundo o autor, um enunciado, tomado apenas em sua configuração interna, perde o estatuto de enunciado e se torna “frase” de uma língua.

Esse primado, em formulação semelhante à da heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz, será desdobrado na seguinte tríade: i) *universo discursivo*, que reúne “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35); ii) *campo discursivo*, definido como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35), e; iii) *espaço discursivo*, delimitados como “subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação” (MAINGUENEAU, 2005, p. 37).

Mesmo que não se mostre como tal, mesmo que pretenda fazer ver a “presença de um ‘eu’”, o discurso é, de acordo com essa perspectiva teórica, marcado pela presença constitutiva da alteridade. Nessa direção, Maingueneau (2007) propõe a hipótese de que o interdiscurso

precede o discurso. Qualquer enunciado se delimita a partir da relação que estabelece com outros enunciados, o que implica dizer que o investimento na interdiscursividade marca o interesse do analista.

Com efeito, tal perspectiva instaura, no campo da linguagem, uma recusa do primado da identidade de um discurso sobre a relação que manteria com a exterioridade. A identidade, desse modo, é fundada na interdiscursividade, cuja tensão permanente reelabora os discursos a partir de sua interdelimitação com sua exterioridade.

[...] o caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de interincompreensão regrada. Cada um conduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sob a forma do 'simulacro' que dele constrói (MAINGUENEAU, 2007).

Uma consequência bastante evidente desse tipo de perspectiva reside em compreender o falante não o reduzindo ao indivíduo que reconhece mecanismos linguísticos de composição de frase e itens lexicais sobre os quais esses mecanismos incidem. Produzir enunciados supõe o reconhecimento de um certo horizonte formado por sua inscrição em comunidades de produção e circulação de textos, uma “massa” a partir da qual os enunciados encontram-se em constante reelaboração.

Outro efeito importante de se assumir o interdiscurso como um primado organizador de nossa compreensão das práticas

de linguagem reside em perceber que um posicionamento nunca se deixa apreender por outro a partir de seus próprios valores e sentidos, mas por intermédio dos contornos que o outro estabelece para sua própria compreensão. Em outras palavras, a relação entre o Mesmo e o Outro se dá sob a forma de simulacro.

Essas comunidades de produção e circulação de textos se configuram, portanto, fundadas em posicionamentos diversos. Esses posicionamentos organizam, simultaneamente, as regularidades a partir das quais é possível enunciar e aquelas que “filtram” a compreensão de seu outro: “não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de ‘não compreender’ o sentido dos enunciados do Outro” (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Como se observa em tal formulação do contato regrado entre formações discursivas, o autor sustenta que uma formação discursiva elabora os modos de compreensão de seu Outro com base nas regularidades sobre as quais se constitui. A complexidade de tal reflexão produz, de imediato, a ruptura com uma dimensão de interação que se constituiria entre um “eu” e um “outro”, enquanto tais. Tem-se contato com os sentidos produzidos por outra formação discursiva com base numa espécie de “tradução” que se operaria, definida como “regras de passagem de uma interpretação a outra, sem tocar na estabilidade do significante linguístico” (MAINGUENEAU, 2005, p. 104).

O autor afirma que, no interior de uma mesma língua, existem zonas de interincompreensão, por isso falamos em “discurso” e “tradução”. Podemos entender tradução, nesse contexto, como um mecanismo de reformulação/reapropriação dos enunciados. Contudo, o enunciatador não interpreta seu discurso, ou seja, não é a partir de si mesmo que os enunciados serão compreendidos, mas por um privilégio reservado a uma instância exterior, ao Outro. Como afirma o autor, “a ‘tradução’ que nos interessa aqui é um mecanismo necessário e regular, ligado à constituição de formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidades sócio-históricas irreduzíveis” (MAINGUENEAU, 2005, p. 105).

Associada a essa ideia, encontramos, portanto, o conceito de interincompreensão. Dito desse modo, torna-se necessário salientar que a compreensão dos sentidos de uma formação por outra não se fundaria na ilusória promessa de uma interpretação consensual, mas antes numa mediação sempre tensa, fundada em uma interincompreensão.

A interincompreensão não é necessariamente um mal-entendido. E, exatamente por essa razão, não espera ser desfeita por um ato de vontade. Possenti (2009) elucida que interincompreensão “não tem nada a ver com má vontade ou incompetência dos adversários mútuos”; mas, sim, que “todos que têm acesso a um discurso ‘de fora’ compreendem-no ‘erradamente’ – porque o compreendem a partir de sua própria posição e não da

posição dos enunciatadores daquele discurso” (POSSENTI, 2009, p. 24).

Embora o referido conceito seja aqui apresentado pelos efeitos que constrói no campo dos discursos, o horizonte filosófico que se pode antever nele é igualmente produtivo. Considerando-se a importância da interincompreensão, rejeita-se a pressuposição de que os sentidos poderiam ser estabelecidos por um acordo prévio entre os falantes, algo que poderia ser pretensamente atribuído a uma espécie de difusa natureza humana pré-disposta aos pactos. Trata-se de uma pressuposição que, em alguma medida, já se encontrava no esquema emissor-mensagem-destinatário – cujo impacto ainda hoje é reconhecido em abordagens teóricas diversas:

[...] para discursos que não podem ter pretensão à consistência e à adequação empírica, é necessário haver-se com universos semânticos submetidos a uma economia completamente diferente, cujas noções são construídas sobre um intertexto flutuante e que não acedem jamais à univocidade (MAINGUENEAU, 2005, p. 106).

Sustentando a impossibilidade de os discursos confluírem para um horizonte de redução à Unidade, outro conceito é estabelecido pelo autor é o de polêmica, cujos contornos teóricos investidos dissociam-se do estabelecido pelo senso comum. Polêmica não representa aqui uma contenda hostil. Vinculada ao primado do interdiscurso, a emergência da definição de polêmica proposta se funda na seguinte articulação:

De fato, se é uma conquista importante poder pensar o caráter interdiscursivo de enunciados que não apresentam nenhuma marca visível de relação com outro enunciado, não se pode negar que a interpelação do adversário em uma troca regrada, a polêmica, representa um gesto capital, que cria situações irreversíveis, provoca múltiplos encadeamentos e enunciações novas (MAINGUENEAU, 2005, p. 112).

Maingueneau (2005) admite que a noção de polêmica pode ser simplificada se associada à ideia de “ameaças”. Segundo ele, não cabe saber quem defende ou quem ataca, a ameaça é recíproca e generalizada até que se institua um novo discurso. E mesmo que os protagonistas queiram evitar o conflito, será em vão, pois eles estão desde sempre envolvidos nele. E se a incompatibilidade for radical e global, o conflito pode *a priori* recair sobre qualquer ponto.

O autor ressalta que polêmica não se refere apenas à ameaça. “Polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de infração em relação a uma lei que se impõe como incontestável” (MAINGUENEAU, 2005, p.114). Nesse caso, trata-se de mostrar ao adversário que ele está violando as regras do jogo, mentindo, usando citações inexatas, sendo incompetente, etc.

Na polêmica, é a convergência que prevalece sobre a divergência, já que o desacordo supõe acordo sobre “um conjunto ideológico comum”. Para haver polêmica, é necessário haver “relações explícitas entre duas formações discursivas”.

A polêmica não é simplesmente uma relação de controvérsia (esta é apenas um de seus elementos): só se pode falar em polêmica quando um discurso faz menção explícita a outro; ou seja, a polêmica existe quando um discurso interpela o adversário, gerando uma cadeia de enunciações. Se não há nenhuma marca visível de relação com outro enunciado, não há polêmica (NARZETTI, 2001, p. 05).

A polêmica se fundamenta com base na convicção de que existe um código que supera os discursos antagônicos, ou seja, que para além do conflito uma instância outra seja capaz de sustentar outra posição que não seja uma posição dicotômica. Por exemplo, o juiz e o árbitro são profissões que não fogem a dicotomia do sim ou não, do certo ou errado.

É importante ressaltar que a polêmica acontece dentro de sua própria formação discursiva. Não é possível que ela se estabeleça num afrontamento de dois universos incompatíveis. Portanto, falar de convencimento não parece adequado, pois não se pode mostrar uma exterioridade entre o código de referência e as interpretações dos discursos que se fundam nele (MAINGUENEAU, 2005, p.117). O convencimento só acontece quando o discurso enunciado coincide com o que já se passava pela nossa cabeça, esse texto seria apenas uma explicação ou uma repetição.

Maingueneau (2005) afirma que a polêmica é necessária porque, sem essa relação com o Outro, a identidade do discurso correria o risco de desfazer-se. Essa razão mascara a vulnerabilidade do discurso. O discurso não tem razão

a não ser na medida em que se entende que ele pode ser ameaçado, ou seja, que é de fato o Outro que ele destrói e não seu simulacro. Faz sentido, desse modo, pensar que dentro desse confronto existe um discurso vencedor e um malsucedido, de modo que o vencedor se estabelece quando seu discurso é permeado de argumentos reais, estando melhor estruturado.

Como já citamos anteriormente, o discurso não escapa à polêmica e, por isso, não escapa à interdiscursividade para constituir-se. Não é possível que se construa um enunciado livre de textos que já circulavam no universo discursivo, que já estavam dados, e que nos atravessam integralmente, quando se pretende elaborar um.

No próximo item, nos interessará abordar as etapas metodológicas de delimitação dos textos a serem submetidos à análise, assumindo como horizonte teórico a discussão empreendida acima.

“O conteúdo dos diálogos é tão importante quanto o modo como eles foram obtidos”: a constituição do corpus de análise

Neste item, delimitaremos o corpus que submetemos à investigação, a partir das considerações teórico-metodológicas expostas anteriormente. Apenas recuperamos aqui a importância do princípio da alteridade na constituição de material

para análise. A explicitação de tal princípio possui o mérito de, além de orientar as práticas de análise que se seguirão, apresentar nossa inscrição no clássico debate a respeito de uma pretensa fragilidade da AD em relação aos roteiros metodológicos.

Se o consideramos “clássico”, isso se dá tão somente por compreendermos que, já na década de sessenta, esse debate recebeu respostas bastante consistentes de M. Pêcheux, quando observa, tal como registrou Henry (1997), que os instrumentos não são apenas utilizados pelas ciências, mas produzem efeitos de ajustamento de seu discurso: “as ciências colocam suas questões, através da interpretação de instrumentos, de tal maneira que o ajustamento de um discurso científico a si mesmo consiste, em última instância, na apropriação dos instrumentos pela teoria” (HENRY, 1997, p. 17).

Com efeito, o princípio da alteridade, a que nos referimos, pode assumir a seguinte formulação, de natureza metafórica, definindo-o como a perspectiva que afirma que “o interior de toda casa leva as marcas de seu exterior e que todo espaço íntimo se estrutura na relação com os estranhos e os importunos” (AMORIM, 2004, p. 27). Para que tal definição seja compatível com a hipótese da semântica global, será preciso considerar que o dentro e o fora da casa não corresponderiam a estados permanentes, em outras palavras, a (infra)estruturas definidas *a priori*, mas espaços em constante interdelimitação.

Sem dúvida, essa perspectiva remete às contribuições do Círculo de Bakhtin, elaboradas ainda no final da década de vinte do século passado: “Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém” (BAKHTIN, 2004, p. 113). Como se vê, o princípio do direcionamento da palavra – que estabelece evidente contraposição aos modelos que repartem emissor-ativo e receptor-passivo – se desdobra na afirmação de que esse direcionamento deixa marcas nas próprias palavras. Dito de outro modo, “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN, 2004, p. 113).

Em uma apropriação dessa discussão aos estudos do discurso, não haveria texto que não houvesse sido produzido originalmente em um caráter responsivo, estabelecendo relações mais ou menos explícitas com outros enunciados. Desse modo, perde-se uma pretensa dimensão naturalizante das práticas de “coletas de dados”, em favor da investigação que sustenta as tensões que se elaboram em um campo de forças. Nesse sentido, essa crítica pode ser sintetizada do seguinte modo:

[...] afastamo-nos do plano das evidências empíricas, segundo o qual bastaria ir ao campo para ‘coletar’ um corpus já pronto, e adentramos o da construção (sempre por meio de escolhas perspectivas, interessadas, assentadas em um quadro teórico) empreendida pelo pesquisador (RODRIGUES; ROCHA, 2010, p. 212).

A respeito da seleção dos textos submetidos à análise, é possível articular com “o dado colhido em uma pesquisa já é o efeito de uma objetivação, a extremidade de um processo, forma compacta que nos dá a sensação de matéria estável, de fato acabado” (ROCHA, 2006, p. 171). Nesse contexto, parece-nos especialmente relevante a advertência de Rodrigues e Rocha:

[...] trabalhar com grandes conjuntos remetendo a posicionamentos discursivos em franca oposição não representa qualquer garantia de sucesso; pelo contrário, as grandes oposições são também aquelas que dificilmente poderíamos operacionalizar em procedimentos de análise consistentes (2010, p. 213).

No que tange à seleção de textos, partiu-se do interesse por compreender os sentidos em disputa em torno do *impeachment*. Nessa direção, a explicitação das etapas demonstra o tipo de investimento na composição do debate que se realizou. A primeira etapa expõe a temática definida a ser explorada. Na sequência, procedeu-se a uma busca preliminar na página eletrônica Google, marcando a opção por notícias¹. No entanto, ao lado do conjunto de notícias inicialmente apresentado, duas colunas pareciam compor uma interessante arena de embates.

A curiosidade estava marcada desde a observação dos títulos: “Impeachment” (Anexo 1) e “A mentira do golpe” (Anexo 2). Se, nas manifestações de rua, as oposições pareciam se sintetizar nos itens “impeachment” x “golpe”, nos artigos que

nos chamavam a atenção esses itens já apresentavam, de saída, uma reelaboração, evidenciando as citações de posicionamentos contrários. Ao contrário do que sugeriria a menção ao “impeachment”, não se garante que o ponto de vista sustentado no texto entre em convergência com o anúncio proposto pelo título. De maneira distinta, no texto 2, o elemento “golpe” é inserido em sintagma nominal que apresentava uma avaliação que desqualifica tal perspectiva.

Outro dado importante para o tipo de análise proposto reside em observar os perfis dos autores dos dois textos. O primeiro deles é Marcelo Freixo, reeleito deputado estadual, em 2014, no Rio de Janeiro, cujo partido produziu uma linha argumentativa que sustentava críticas às opções econômicas do governo Dilma-Temer e, ao mesmo tempo, manifestava explicitamente posição contrária ao que se denominou golpe. O segundo é Aécio Neves, eleito senador em 2010, pelo estado de Minas Gerais, e adversário da chapa Dilma-Temer, nas eleições presidenciais de 2014. Sua posição a respeito do processo em curso recusava a denominação golpe e sustentava a existência de um processo pretensamente legítimo em curso. Uma descrição prévia das posições de seus autores indica uma situação bastante curiosa: a despeito do que se viu cristalizar no período de duração do processo de impeachment na cena midiática, não se observa, no arranjo de textos a ser submetido à análise, um alinhamento, dois a dois, entre

posições relativas ao governo e posições relativas ao processo de *impeachment*. Essa quebra de expectativas em relação aos alinhamentos que se cristalizaram parece destacar mais um elemento de produtividade do referido material.

“Democracia não combina com salvadores da pátria”: análise da construção dos embates

Neste item, apresentaremos as análises do material descrito anteriormente, a partir do levantamento que realizamos dos vestígios linguísticos presentes na organização interna de cada texto. Nesse levantamento, consideramos os vestígios que permitem restituir o cenário de embates constituídos entre os posicionamentos em questão. Ressaltamos, nesse sentido, que o posicionamento construído em cada texto reivindica sua legitimidade de dizer a partir de um conjunto de alianças que se deixam perceber na materialidade e também anunciam contra que elementos investem suas lutas.

Dessa maneira, o interesse dos análises do discurso recai sobre o modo como cada posicionamento delimita a arena de embates nas quais se inscreve. No caso específico do material submetido à análise, observamos que não são apenas argumentos que estão apresentados em contraposição sobre um mesmo tema. É a própria possibilidade de construir uma rede de temáticas que está em jogo,

definindo-se em inscrições históricas distintas, apresentando atores sociais envolvidos e redefinindo seus papéis.

Iniciaremos nossas considerações de análise, por ordem cronológica de publicação dos textos. Isto posto, começaremos pelo artigo intitulado “Impeachment”, de Marcelo Freixo. Já no primeiro parágrafo, duas pistas se evidenciam, demonstrando sua produtividade na construção de efeitos de sentido. São elas a variação no emprego de pessoas e o uso da negação. Em relação ao emprego das pessoas, observa-se o deslocamento entre os dois fragmentos destacados:

F1: “Faço uma apologia ao diálogo”

F2: “Não ergamos muros”

Em F1, a primeira pessoa do singular realiza uma conjugação entre dizer e mostrar-se dizendo, em enunciado que exhibe também em seu conteúdo aquilo que ele realiza. Dessa forma, essa reiteração do que se realiza como ato de enunciação e o conteúdo do enunciado, assumido no singular com “faço”, confere ao texto um tom de assertividade. Tal convocação se desdobrará em F2: “Não ergamos muros”. Se a “apologia” se realiza como uma ação afirmativa do enunciator, sua efetuação se apresenta como responsabilidade compartilhada por um “nós”.

No mesmo parágrafo, outra marca linguística saliente indica a produtividade da negação, em especial da negação polêmica (DUCROT, 1987). Para se ter ideia de sua importância no texto 1, en-

contramos 12 ocorrências, quantidade que consideramos bastante significativa. Apresentamos abaixo as duas primeiras ocorrências, localizadas no primeiro parágrafo e numeradas de acordo com sua ordem de aparição neste texto:

F3: “O mundo não pode ser dividido em coxinhas e petralhas”.

F2: “Não ergamos muros”.

Seguindo o procedimento proposto originalmente por Ducrot (1987) e em consonância com o investimento discursivo apresentado em Rodrigues (2002), Rodrigues e Sampaio (2008) e Rodrigues e Rocha (2010), considera-se que “dizer *não* significa negar o conteúdo que o ponto de vista de um outro poderia assumir, travando-se um diálogo sub-reptício” (RODRIGUES; ROCHA, 2010, p. 216). Esse diálogo se explicita pela possibilidade de recuperar, nos enunciados negativos, um ponto de vista afirmativo subjacente. De acordo com essa orientação, no trecho “A crença no salvacionismo judiciário é perigosa porque tolera arbitrariedades e reflete não apenas o completo esvaziamento da política, mas a sua total negação”, a negação é parte da estrutura “não apenas... mas também”.

Recorrendo à perspectiva enunciativa, podemos atribuir às ocorrências destacadas os pontos de vista subjacentes seguir.

Ponto de vista afirmativo em F3: O mundo pode ser dividido em coxinhas e petralhas.

Ponto de vista afirmativo em F2: **Ergamos muros / Podemos erguer muros.**

Procedemos à explicitação das afirmações subjacentes:

F4: “Não é possível que as pessoas contrárias ao impeachment ou que criticam as atitudes do juiz Sergio Moro, apesar da gravidade de todas as denúncias contra o governo, sejam simploriamente acusadas de defenderem a corrupção”.

Ponto de vista afirmativo: as pessoas contrárias ao impeachment ou que criticam as atitudes do juiz Sergio Moro [apesar da gravidade de todas as denúncias contra o governo] podem ser [simploriamente] acusadas de defenderem a corrupção

F5: “O combate à corrupção é fundamental, mas não pode ferir regras básicas do Estado democrático de Direito”.

Ponto de vista afirmativo: [O combate à corrupção] pode ferir regras básicas do Estado democrático de Direito.

F6: “As investigações não podem ser empurradas pela lógica do “custe o que custar”, violando os limites legais”.

Ponto de vista afirmativo: as investigações podem ser empurradas pela lógica do “custe o que custar”.

F7: “Por mais importantes que sejam as investigações da Lava Jato e por maior que seja o clamor popular, as instituições não podem agir sob o calor dos acontecimentos e atropelar os ritos legais em nome do combate à corrupção”

Ponto de vista afirmativo: as instituições podem agir sob o calor dos acontecimentos

F8: “Não é pelo governo, é pela democracia”.

Ponto de vista afirmativo: é pelo governo.

F9: “As ruas são o espaço da política e das nossas diferenças, mas as instituições não podem funcionar sob o ímpeto da mesma lógica”

Ponto de vista afirmativo: as instituições podem funcionar sob o ímpeto da mesma lógica [política das ruas e das nossas diferenças].

F10: “A democracia não é construída com heróis, mas com instituições fortes e equilibradas que funcionem de forma soberana e transparente e que atuem dentro dos limites das garantias constitucionais”

Ponto de vista afirmativo: A democracia não é construída com heróis.

F12: “O messianismo pode ser sedutor aos espíritos cansados, mas não nos conduzirá ao paraíso”

Ponto de vista afirmativo: O messianismo nos conduzirá ao paraíso

F13: “A resposta para a crise não é judicialização, mas a reafirmação da política enquanto espaço do diálogo, do convívio da diferença e da construção pública”.

Ponto de vista afirmativo: A resposta para a crise não é judicialização.

F14: “Democracia não combina com salvadores da pátria”.

Ponto de vista afirmativo: Democracia não combina com salvadores da pátria.

A partir da atribuição de pontos de vista subjacentes, consideramos ser possível delimitar, ao menos, três perfis de enunciadores:

Enunciador divisionista:

O mundo pode ser dividido em coxinhadas e petralhas

Ergamos muros / Podemos erguer muros

As pessoas contrárias ao impeachment ou que criticam as atitudes do juiz Sergio Moro [apesar da gravidade de todas as denúncias contra o governo] podem ser [simpliciter] acusadas de defenderem a corrupção
É pelo governo

Enunciador arrivista:

[O combate à corrupção] pode ferir regras básicas do Estado democrático de Direito

As investigações podem ser empurradas pela lógica do “custe o que custar”

As instituições podem agir sob o calor dos acontecimentos

As instituições podem funcionar sob o ímpeto da mesma lógica [política das ruas e das nossas diferenças]

A resposta para a crise é judicialização

Enunciador ingênuo:

A democracia é construída com heróis
O messianismo nos conduzirá ao paraíso

Democracia combina com salvadores da pátria

Essa explicitação da distribuição dos perfis de enunciadores convocados ao debate no referido texto fornece uma perspectiva bastante interessante não apenas da maneira que é possível qualificar as tensões em jogo, mas principalmente viabiliza uma compreensão a respeito do modo de construção da arena de debates. Essa construção se realiza pela convocação exaustiva de pontos de vista diversos do enunciador, introduzidos sem uma exploração de avaliações prévias. Opta-se por um trabalho de captação das diferentes vozes em jogo, muito mais do que o fornecimento de julgamentos de valor acerca dessa construção.

Explorando, ainda que minimamente, o trabalho de variação das referências de pessoa teríamos os quatro enunciados a seguir, nos quais o emprego da primeira pessoa do plural inclui o enunciador e o público, de um modo geral:

F15: “Nossa democracia é uma conquista recente que custou muito caro. Enfrentamos o chumbo de oito anos de Estado Novo e 21 anos de ditadura civil-militar”.

F16: “Todos somos responsáveis pela preservação do Estado democrático de Direito”.

F17: “Precisamos criar formas de baratear campanhas eleitorais, acabar com o sequestro da soberania pela oligarquia político-econômica, fortalecer a transparência e garantir a participação das pessoas nas decisões de interesse comum”.

F18: “O futuro cabe a nós mesmos”.

No texto 2, de Aécio Neves, a elaboração do ponto de vista sustentado parece recorrer a procedimentos bastante distintos do observado no texto 1. Em vez de haver a exploração de uma ou duas marcas linguísticas de maneira mais intensa, o que ganha destaque, à primeira vista, nesse texto é o emprego alternado de enunciados mais longos com outros mais curtos. Nesse sentido, os dois primeiros parágrafos demonstram tal articulação:

F1: “A presidente da República, o PT e os aliados do atual governo prestam um enorme desserviço à Nação ao comparar a luta atual contra a corrupção e a favor do impeachment com o movimento golpista que há 52 anos tomou o poder e nos impôs um longo período de trevas. Esta é uma farsa grotesca contra a qual é preciso reagir”.

F2: “Não há como comparar os idos de 1964 com o estado de normalidade democrática que vivenciamos hoje. Ao adotar a estratégia de terror para assustar a Nação e ameaçar a oposição, sustentada em uma retórica cada vez mais incendiária, a presidente atropela a história, incita a intolerância e afronta as instituições que zelam pela democracia”.

Em F1, o enunciador enumera, em sequência, os atores sociais contra os quais se insurge: “A presidente da República”, “o PT” e “os aliados do atual governo”. Apresenta ainda, em um longo trecho, a citação de um discurso atribuído a esses atores, introduzido pelo elemento “com-

parar”. O trecho mais curto apresenta explicitamente uma avaliação – “uma farsa grotesca”, encadeada ao parágrafo como denúncia – “esta é” – em relação à qual o enunciador realiza uma convocação – “é preciso reagir”.

Em F2, reitera-se o que havia sido mencionado no parágrafo anterior, construindo a tensão entre “compara” x “não há como comparar”. Nesse parágrafo, como se pode observar, a sequência de orações mais curtas é desdobrada – “a presidente atropela a história”, “[a presidente] incita a intolerância e “[a presidente] afronta as instituições [que zelam pela democracia]”

No quarto e no quinto parágrafos, os procedimentos de citação de outras vozes passam a introduzir vozes que estabelecem aliança com o ponto de vista sustentado pelo enunciador:

F3: “Os juristas Miguel Reale Jr., ex-ministro da Justiça, e Janaína Paschoal, autores do pedido de impeachment da presidente, em audiência na Câmara, semana passada, sustentaram que sobram crimes de responsabilidade capazes de justificar a interrupção do mandato presidencial. Citaram as manobras fiscais que infringiram gravemente e de forma continuada a Lei de Responsabilidade Fiscal, os ilícitos orçamentários e a omissão não explicada da chefe de Estado frente ao maior esquema de corrupção da história do país, que sangrava a nossa principal estatal”

Em F3, a citação é introduzida por “sustentaram”, seguido por uma estrutura oracional que apresentaria o conteúdo

da fala em relato. Nessa estrutura, são explicitados elementos que, possivelmente, remeteriam à fala dos “juristas”, dada a vinculação que estabelecem com certo grau de formalidade, tais como “crimes de responsabilidade” e “interrupção do mandato presidencial”. A ela mesclam-se elementos que simulam um emprego mais informal da língua, tal como “sobram”. Na sequência, um novo relato é introduzido por “citaram”, seguido de uma enumeração de elementos que igualmente incorporam contornos formais que se atualizam tanto no emprego de expressões técnicas, quanto no uso de letra maiúscula, delimitando as instituições: “Lei de Responsabilidade Fiscal” e “Estado”.

F4: “Infelizmente, os fatos corroboram a afirmação feita por Janaína de que ‘a responsabilidade fiscal não é um valor para este governo’. Um governo que abusou de artifícios fiscais à revelia dos procedimentos fixados pela Constituição e promoveu um ataque frontal aos alicerces da Lei de Responsabilidade Fiscal, este verdadeiro patrimônio institucional do país. É contra este abuso de poder que precisamos reagir. Golpe mesmo foi a fraude eleitoral protagonizada pelo governo, ao criar na população o sentimento de que existia uma segurança financeira e fiscal para cumprir todas aquelas promessas de campanha. Já era sabido pela presidente candidata que ela que não teria como cumpri-las. Mentiram sabendo que mentiam”

À semelhança do que se observou nas ocorrências anteriores, procedimentos de avaliação estão explicitamente presen-

tes, marcando, no plano do dito, a perspectiva introduzida pelo enunciador. Em F2, o enunciador avalia a aliança entre “fatos” e a “afirmação feita por Janaína” com o elemento “infelizmente”, mesmo que tal aliança corresponda ao projeto de argumentação estabelecido desde o início do texto. Na sequência, um trecho atribuído à “Janaína” é introduzido entre aspas: ‘a responsabilidade fiscal não é um valor para este governo’. Repetindo procedimento anterior, o emprego de letras maiúsculas sugere aliança entre “Lei de Responsabilidade Fiscal” e “Constituição”, como instituições consolidadas e em oposição aos atores que o enunciador apresenta como seus adversários. De igual maneira, repete-se a convocação à reação: “É contra este abuso de poder que precisamos reagir”. Como se observa, os procedimentos adotados se repetem ao longo do texto, caracterizando um enunciador que se expressa por sequências e procedimentos que se repetem e, ao mesmo tempo, atualizam sua avaliação explicitamente na superfície verbal, sugerindo uma imagem de leitor com certa predileção pelo dito/visível efetivamente realizado.

Considerações finais: “o futuro cabe a nós mesmos”

No presente texto, investigamos a formação de posicionamentos em embate acerca do processo de *impeachment*. Consideramos, para isso, a importância

que atribuímos ao investimento realizado por diversas áreas do conhecimento na compreensão desse processo histórico que ainda se reelabora, que altera substancialmente os contornos da história brasileira contemporânea.

Ao proceder nessa direção, afirmamos a condição de cientista social implicada na atividade do linguista, fornecendo conceitos e encaminhamentos que possibilitem uma leitura crítica do entorno, em especial de um evento que ainda merece muita reflexão e compreensão de sua gênese social e avaliação de seus desdobramentos ainda em curso.

A perspectiva enunciativa adotada permitiu compreender a construção das arenas de debate, a partir de procedimentos linguístico-discursivos bastante diversos. O projeto do referido levantamento de pistas mais salientes se organiza a partir da premissa de que um texto jamais se reduziria ao conteúdo manifesto, mas se constitui de acordo com uma rede de coerções que se atualizam em diferentes dispositivos.

Na análise empreendida, encontramos modos distintos de se apropriar dos diferentes dispositivos que compõem e integram os posicionamentos em embate. Entre os resultados obtidos, destaca-se uma distinção no trabalho com as vozes que habitam o debate a respeito do *impeachment*. No artigo que se encontra o posicionamento contrário ao processo de *impeachment*, o enunciador põe em jogo pontos de vista diversos, que se manifestam pelo uso recorrente da

negação polêmica. Simultaneamente, realiza-se uma aproximação em relação não apenas ao leitor, mas ao público, de um modo geral, distribuindo com todos a responsabilidade pela construção democrática, compondo um posicionamento mediador-responsável. Já no texto em que se sustenta posicionamento favorável ao *impeachment*, a organização textual parece fornecer pistas a partir de uma alternância entre estruturas frasais mais longas e estruturas mais curtas. Tais estruturas comportam uma articulação entre acusação e convocação à reação, contribuindo a construção de um posicionamento reativo-acusatório.

"The world can not be divided between coxinhas and petralhas": the construction of positioning around impeachment

Abstract

The process of impeachment carried out in 2016 convokes many areas of knowledge to a critical reflection and some problematizations of its emergence and consolidation. In order to provide a contribution to the reading of this process, we interrogate the construction of discursive positions around this event that significantly changes the contours of contemporary Brazilian history. As a theoretical framework, we appeal to the analysis of enunciative discourse, whose focus falls on the way of articulating linguistic-discursive clues in the reconstruction of the clashes from whi-

ch the positions are constructed. In our analysis, we look into two opinion piece published in a vehicle of great circulation in the country, before the final vote in the Federal Senate. As results, we highlight the different lines that constitute the positions at stake, indicating that, on the opposite side, there are perspectives that promote dialogue between different points of view and, on the favorable side, unilateral oppositions are concentrated.

Keywords: impeachment; coup d'état; positioning; discourse analysis.

Nota

- ¹ Um maior detalhamento a respeito do universo de textos levantado inicialmente encontra-se em Gesteira (2017).

Referências

- AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa, 2004.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- GESTEIRA, P. *Análise discursiva de notícias sobre a admissibilidade do processo de impeachment veiculadas nas cidades de São Paulo e Salvador*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras), Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da 'análise automática do discurso' de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; HAK, T. (Org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- _____. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. de Freda Indursky. Campinas: Ponte; Ed. da Unicamp, 1997.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.
- POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org) *Introdução à Linguística*. vol. 3. São Paulo: Cortez, 2003, p. 353-391.
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Dispositivos da Análise Institucional para a explicitação da dimensão política das práticas discursivas. *Moara*. V. 47, n. 1, 2017, p. 108-127. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/5281/4452>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: o linguístico e seu entorno. *DELTA*, v. 22, p. 29-52, 2006.
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 7, p. 305-322, 2005.
- RODRIGUES, I. C.; ROCHA, D. Implicações de uma perspectiva discursiva para a construção de uma metodologia de análise das práticas languageiras. *Gragoatá*, Niterói, n. 29, v. 2, p. 205-222, 2010. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/172/156> Acesso em: 21 fev. 2018.
- RODRIGUES, I. C. *Debates em educação bilíngue para surdos: vozes que habitam o dizer não*. Dissertação (Mestrado). 2002. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SAMPAIO, F. de A. *O que (não) é um RPG: polêmica e produção de sentidos em discursos sobre o role playing game*. Dissertação (Mestrado). 2008. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Anexo 1

Impeachment

Marcelo Freixo

Faço uma apologia ao diálogo. O mundo não pode ser dividido em coxinhas e petralhas. Não ergamos muros. Muros são surdos e podem soterrar a democracia.

Não é possível que as pessoas contrárias ao impeachment ou que criticam as atitudes do juiz Sergio Moro, apesar da gravidade de todas as denúncias contra o governo, sejam simploriamente acusadas de defenderem a corrupção.

O combate à corrupção é fundamental, mas não pode ferir regras básicas do Estado democrático de Direito. As investigações não podem ser empurradas pela lógica do “custe o que custar”, violando os limites legais.

Nossa democracia é uma conquista recente que custou muito caro. Enfrentamos o chumbo de oito anos de Estado Novo e 21 anos de ditadura civil-militar. Todos somos responsáveis pela preservação do Estado democrático de Direito.

Por mais importantes que sejam as investigações da Lava Jato e por maior que seja o clamor popular, as instituições não podem agir sob o calor dos acontecimentos e atropelar os ritos legais em nome do combate à corrupção. Não é pelo governo, é pela democracia.

Todas as manifestações são legítimas, sejam de esquerda ou direita, verdes, amarelas ou vermelhas. As ruas são o espaço da política e das nossas diferenças, mas as instituições não podem funcionar sob o ímpeto da mesma lógica.

É preocupante ver um juiz trocar a toga pela carapuça de herói nacional e extrapolar as exigências de seu cargo, publicando notas de caráter político, autorizando e divulgando escutas telefônicas juridicamente questionáveis e vazando informações de forma seletiva.

O conteúdo dos diálogos é tão importante quanto o modo como eles foram obtidos.

A democracia não é construída com heróis, mas com instituições fortes e equilibradas que funcionem de forma soberana e transparente e que atuem dentro dos limites das garantias constitucionais.

A crença no salvacionismo judiciário é perigosa porque tolera arbitrariedades e reflete não apenas o completo esvaziamento da política, mas a sua total negação.

O messianismo pode ser sedutor aos espíritos cansados, mas não nos conduzirá ao paraíso. A resposta para a crise não é judicialização, mas a reafirmação da política enquanto espaço do diálogo, do convívio da diferença e da construção pública.

Precisamos criar formas de baratear campanhas eleitorais, acabar com o sequestro da soberania pela oligarquia político-econômica, fortalecer a transparência e garantir a participação das pessoas nas decisões de interesse comum.

Democracia não combina com salvadores da pátria. Como dizia o dramaturgo alemão Bertolt Brecht, pobre do povo que precisa de heróis. O futuro cabe a nós mesmos.

Publicado originalmente em Folha de São Paulo, 22/03/2016

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelo-freixo/2016/03/1752613-impeachment.shtml>

Anexo 2

A mentira do golpe

Aécio Neves

A presidente da República, o PT e os aliados do atual governo prestam um enorme desserviço à Nação ao comparar a luta atual contra a corrupção e a favor do impeachment com o movimento golpista que há 52 anos tomou o poder e nos impôs um longo período

de trevas. Esta é uma farsa grotesca contra a qual é preciso reagir.

Não há como comparar os idos de 1964 com o estado de normalidade democrática que vivenciamos hoje. Ao adotar a estratégia de terror para assustar a Nação e ameaçar a oposição, sustentada em uma retórica cada vez mais incendiária, a presidente atropela a história, incita a intolerância e afronta as instituições que zelam pela democracia.

O Brasil vive um momento de inquietação política que requer serenidade de todos nós. Os ânimos estão acirrados, sem dúvida. No entanto, devemos reconhecer que as instituições permanecem sólidas, funcionando em sua plenitude. Em respeito à memória histórica, lembremos que em 1964 houve uma clara ruptura institucional. Ou seja, o discurso do golpe já nasce contaminado pela mentira.

Os juristas Miguel Reale Jr., ex-ministro da Justiça, e Janaína Paschoal, autores do pedido de impeachment da presidente, em audiência na Câmara, semana passada, sustentaram que sobram crimes de responsabilidade capazes de justificar a interrupção do mandato presidencial. Citaram as manobras fiscais que infringiram gravemente e de forma continuada a Lei de Responsabilidade Fiscal, os ilícitos orçamentários e a omissão não explicada da chefe de Estado frente ao maior esquema de corrupção da história do país, que sangrava a nossa principal estatal.

Infelizmente, os fatos corroboram a afirmação feita por Janaína de que “a responsabilidade fiscal não é um valor para este governo”. Um governo que abusou de artifícios fiscais à revelia dos procedimentos fixados pela Constituição e promoveu um ataque frontal aos alicerces da Lei de Responsabilidade Fiscal, este verdadeiro patrimônio institucional do país. É contra este abuso de poder que precisamos reagir. Golpe mesmo foi a fraude eleitoral protagonizada pelo governo, ao criar na população

o sentimento de que existia uma segurança financeira e fiscal para cumprir todas aquelas promessas de campanha. Já era sabido pela presidente candidata que ela que não teria como cumpri-las. Mentiram sabendo que mentiam.

Os brasileiros que acreditaram nas quimeras de campanha hoje enfrentam a duríssima realidade de inflação alta, desemprego galopante, enfraquecimento dos programas sociais e uma profunda recessão. Os mineiros sabem isso.

Lutar contra este estado de coisas e apontar os crimes de responsabilidade ocorridos não é pregar um golpe, muito ao contrário. Não existe golpe quando se cumpre a Constituição. Não existe golpe quando o Supremo Tribunal Federal avaliza e determina o rito a ser seguido. Apenas nos regimes totalitários há salvo-conduto para um governante.

No ambiente atual, não existe qualquer ameaça de ruptura institucional. Quem quer desestabilizar a normalidade democrática e colocar em suspeição o trabalho das instituições republicanas são os arautos deste falso golpe. Este sim, um atentado contra o Estado de Direito que a sociedade brasileira construiu tão duramente ao longo dos últimos anos.

Publicado originalmente em:

Jornal Estado de Minas, 02/04/2016.

Disponível em formato eletrônico em:

<http://aecioneves.com.br/sala-de-imprensa/artigos/a-mentira-do-golpe/>

Os Tambores Silenciosos: a tríplice mimese, a relação autor/texto/leitor, ficção e a realidade no jogo da intriga literária

Eliane Davila dos Santos*

Juracy Ignez Assmann Saraiva**

Ernani Cesar de Freitas***

Resumo

A literatura tem gerado interesse de estudiosos, desde Aristóteles (1966), os quais se dedicam a desvendar sua relação com o real e sua finalidade. A partir desse ângulo/contexto e com o objetivo de demonstrar como a representação mimética, por meio da narrativa, promove a convergência da mimese I, da mimese II e da mimese III, analisa-se a obra *Os Tambores Silenciosos*¹. Como marco teórico, procura-se apoio na perspectiva da tríplice mimese de Paul Ricoeur (1994) e nos postulados de Wolfgang Iser (2007) que conduzem ao entendimento do texto como um jogo entre o autor e o leitor. A análise direciona à percepção da mimese como uma representação da história, ao estabelecer, no jogo da encenação textual, a intriga em uma linha temporal, em que se integram a relação autor/texto/leitor, ficção e realidade.

Palavras chave: Representação. Tríplice mimese. Jogo do texto. Literatura. História.

* Doutoranda e Mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale (2015); Especialista em Gestão de Serviços pela Unisinos (2003); Gestão de Pessoas pela Unisinos (2001) e Administradora de Empresas pela Feevale (1997). Bolsista de doutorado pela Prosup/Capes em Processos e Manifestações Culturais na Universidade Feevale, dedicando-se às pesquisas da linguagem, comunicação e análise do discurso. E-mail: elianedavila@yahoo.com

** Doutora em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-doutorado em Teoria da Literatura pela Unicamp, professora e pesquisadora da Universidade Feevale, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais. É pesquisadora em produtividade do CNPq. E-mail: jurazy@feevale.br

*** Doutor em Letras, área de concentração Linguística Aplicada (PUCRS/2006) com pós-doutoramento em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - PUC-SP/LAEL (2011); Mestre em Linguística Aplicada pela (Unisinos/2002). Graduado em Letras - Português/Inglês e respectivas Literaturas, pelo Centro Universitário La Salle (1999). Membro da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), da Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED). E-mail: ernanic@feevale.br

Data de submissão: abr. 2018 – Data de aceite: jun. 2018

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v14i2.8071>

Introdução

Estudos das obras literárias têm promovido diversas reflexões sobre as possibilidades de diálogo entre autor, texto e leitor e sobre o modo como os discursos literários inter-relacionam a instância da produção e a da recepção. Paralelamente, os pesquisadores investem, também, na elucidação de recursos que instalam a complexidade da linguagem como expressão da arte verbal, sendo valorizada a materialidade discursiva da obra literária, com o intuito de compreender o processo do “fazer” criativo do texto e de sua leitura. A relevância deste estudo, que se alicerça na perspectiva enunciativa, justifica-se pelo caráter interdisciplinar adotado, que estabelece correlações entre literatura e história, além de discutir a encenação do texto literário como um processo que transpõe as fronteiras do real e do ficcional.

A questão norteadora da análise evidencia que a representação mimética na obra *Os Tambores Silenciosos* denuncia, por meio da narrativa, fatos históricos brasileiros, ligando-os à realidade do leitor. Assim, analisa-se a narrativa de Josué Guimarães com o objetivo de demonstrar como sua representação mimética promove a convergência da mimese I, da mimese II e da mimese III.

Como marco teórico, procura-se apoio na perspectiva da tríplice mimese de Ricœur (1994) e nos postulados de Iser (2007), que conduzem ao entendimento do texto como um jogo textual entre au-

tor e leitor. O motivo da escolha do *corpus* de pesquisa deve-se à materialidade discursiva que possibilita a compreensão do objetivo proposto. Para melhor organização do estudo, as seções estão assim dispostas: primeiramente, trata-se das questões relativas à tríplice mimese. Na segunda seção, mencionam-se as questões sobre o texto como um jogo. Segue-se com as questões metodológicas e, em seguida, com a seção de análise e resultados. Ao final, faz-se uma seção de considerações finais.

A ampliação do conceito de mimese: o percurso do arco mimético na literatura

[...] o tempo torna-se o tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal (RICŒUR, 1994, p. 85).

Em sua acepção de narrativa, Ricœur (1994) retoma princípios da poética aristotélica, a que conjuga reflexões de Santo Agostinho sobre o tempo, e estabelece articulações entre os conceitos de mimese³ e *mythos*⁴ de Aristóteles (1966). A introdução da perspectiva de Santo Agostinho (1996) às questões da poética aristotélica evidencia a preocupação com o tempo da narrativa. “Seguimos, pois o destino de um tempo prefigurado em um tempo refigurado, pela mediação de um tempo configurado” (RICŒUR, 1994, p. 87).

Assim, para Agostinho constituem-se três tempos no tempo presente: a) um presente que recupera o passado; b) o presente que projeta o futuro; c) o presente que já não é. Realça-se, dessa forma, que o conceito de mimese propõe uma expansão da concepção textual que abarca o transpassamento social. O texto, ou seja, a configuração da intriga, seria uma espécie de ponte entre um “[...] mundo prefigurado, que fornece inteligibilidade para o reconhecimento da narrativa, e a própria reconfiguração desse mundo prefigurado por intermédio das práticas de interpretação que transformam o texto e, assim, servem à própria ampliação dos significados partilhados que demarcam uma realidade” (CARVALHO; SANT’ANA, 2013, p. 227-238).

A partir daí, destaca-se o pressuposto de que a existência da inter-relação entre o tempo, a narrativa e a mimese apresenta-se como representação do processo criativo da produção e da recepção e se divide em três tempos: mimese I, mundo pré-configurado ou tempo do autor, mimese II, mundo configurado ou tempo do texto, e a mimese III mundo reconfigurado ou tempo do leitor. Consequentemente, a função da mimese I não é somente “[...] representar a ação, é primeiro pré-compreender o que ocorre com o agir humano, com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade” (RICŒUR, 1994, p. 101).

A mimese I se constitui na representação da ação. Imitar ou representar é pré-compreender como ocorre o agir

humano. O autor, nesse caso, deve conhecer o homem em suas manifestações semânticas, em seus simbolismos (o que transcende a compreensão da ação) e em sua temporalidade para que a tessitura da intriga seja costurada. O modo como a história se constitui sugere ao leitor a compreensão da significação do texto. Portanto, a pré-compreensão do mundo da narrativa é concebida a partir da ação em geral e de seus traços estruturais, levando-se em consideração os fins, os agentes, as motivações das circunstâncias, as interações e os resultados da construção da trama discursiva (RICŒUR, 1994).

Na sequência, as afirmações sobre a mimese II abarcam reflexões sobre um mundo que poderia ser – reino do “como se” – cuja função é a mediação entre os acontecimentos ou episódios individuais em uma história; mediação entre os fatores heterogêneos que compõem a intriga; a mediação entre os caracteres temporais. Pode-se dizer que a mimese II evidencia uma relação cultural que é apreendida como inteligibilidade. “A criatividade do artista, neste sentido, não é original, ou seja, ele não é o ponto de origem da criação de sentidos, mas antes pode ser considerado um manipulador de significados culturais” (CARVALHO; SANT’ANA, 2013, p. 241). O ato configurante, ou seja, o texto, transforma-se na sucessão de acontecimentos, em uma totalidade significativa, isto é, na configuração da mimese II, em que o leitor aprende a “ler o próprio tempo às

avessas” (RICŒUR, 1994, p. 106). Além disso, o ato configurante expressa traços de esquematização e de tradicionalismo da literatura, os quais evidenciam que a tradição e a inovação se conjugam na intriga.

O desenrolar da mimese III aponta para a ação do leitor que faz o reestabelecimento do tempo e do agir da narrativa. O cruzamento entre o mundo textual e o mundo do leitor oportuniza a reconfiguração do mundo pré-configurado, visto que a leitura não acontece descontextualizada da cultura e de horizontes simbólicos. O ato de ler, de interpretar, em um modelo espiral, permite que cada vez que o leitor lê um texto, uma nova atitude seja evocada. A leitura, nesse sentido, não é um ato passivo em que o leitor se torna um mero receptor da trilha da intriga, pois, nesse processo, o leitor apoia-se em sua experiência⁵ para reconstruir o texto que lê.

Existe certo consenso entre a perspectiva de Ricœur (1994) e os postulados bakhtinianos⁶, que revelam que “o signo não requer uma mera identificação, já que estabelece uma relação dialógica que comporta uma tomada de posição, uma atitude responsiva⁷” (PONZIO, 2008, p. 190). Esse posicionamento permite compreender a complexidade da comunicação, visto que demanda um parceiro, um *Outro*⁸, que não é simplesmente um sujeito passivo na enunciação. A construção de sentido, com base no signo ideológico, é relacionada à alteridade, ao dialogismo e à carga de valores que

os sujeitos trazem consigo. Assim sendo, a proposta mimética “[...] não descreve um círculo, ou seja, não há um retorno ao mesmo ponto de partida, mas projeta uma espiral, visto que a configuração desloca o mundo prefigurado e a leitura desloca a configuração, reconfigurando o mundo da ação” (CARVALHO; SANT’ANA, 2013, p. 246).

A leitura, a partir de um mundo configurado, promove a transposição desse, ou seja, a leitura desloca o mundo textual, reconfigurando-o. O texto converte-se em significação na instância da interpretação, isto é, no nível da recepção, e o leitor se situa em um horizonte projetado e, nesse sentido, “o ouvinte ou o leitor recebe segundo sua própria capacidade de acolhimento que, também ela, define-se por uma situação ao mesmo tempo limitada e aberta a um horizonte de mundo” (RICŒUR, 1994, p. 117). Há um elo que permite transformar o texto fictício em práticas sociais. “Os textos fictícios são responsáveis por ampliar as possibilidades de significar, entender e agir em uma realidade específica.” (CARVALHO; SANT’ANA, 2013, p. 245). Ocorre uma ampliação dos horizontes de existência do leitor, pois, quando lê, ele se vê em um mundo em que poderia se projetar. Observa-se, também, que as influências entre a ficção e a historiografia comprovam a existência de referências cruzadas, quer dizer, os textos levantam os fatos históricos na narrativa e os conectam ao mundo real do leitor.

Assim, na próxima seção, destaca-se o texto como uma proposta de jogo que provoca a interação entre o autor, o texto e o leitor e evidencia a orientação das expectativas do leitor pelos paradigmas recebidos e seu protagonismo no jogo do texto.

O jogo encenado: o desafio textual de transpor as fronteiras do ficcional e do real

O conceito de jogo, para explicar a relação autor, texto e leitor nas narrativas literárias tem sido profícuo para teorias que se valem de pressupostos que vão além dos pressupostos tradicionais de representação como referência a uma realidade pré-datada, segundo Iser (2007). No mundo moderno, cujos sistemas são abertos, a representação decai e o prisma performativo assume o primeiro plano textual. Trata-se de captar um mundo inteligível e de criar um mundo possível (ISER, 2007). É necessário pontuar que a narrativa, sob o ponto de vista discursivo, compreende o autor, o texto e o leitor. A narrativa “é o produto de ato interenunciativo, por intermédio do qual se institui a representação do real do texto, encenada por personagens situados e tempo e espaço determinados.” (SARAIVA, 2009, p. 25). O jogo, nessa concepção, é um processo dinâmico e inter-relacional em que “os autores jogam com os leitores e o texto é

o campo do jogo.” (ISER, 2007, p.107). A concepção do texto ficcional, nesse caso, é concebida não como uma realidade, mas como *se fosse* a realidade ou, de outro modo, um mundo encenado.

O sentido do texto se constitui a partir dos movimentos e contramovimentos realizados no jogo textual. Sob o prisma de Iser (2007), a significação do texto é um suplemento⁹ gerado pelo jogo, cuja produção vai se construindo pelos desempenhos diferentes dos receptores. O suplemento, portanto, é gerado na tensão entre o estabelecimento de sentido e a liberdade do jogo, que exige a manutenção da pluralidade de sentido. Igualmente, pode-se dizer que a palavra isolada não direciona para o que ela exatamente significa, pois “o que está implícito nas palavras depende de outras palavras, das condições em que foram enunciadas, de sua enunciação. É na situação de enunciação que as palavras revelam os pensamentos, as opiniões e as estratégias daquele que as emite.” (CHAUDEAU, 2016, p. 21). A plurivalência dos signos é que determina o caráter dinâmico das significações, dado que as muitas apreciações sociais se embatem e se enfrentam na mesma matéria e no próprio signo. O ato de enunciar pode, dependendo da orientação em que é abordado, ser heterogêneo, revelando o processo de significação aberto e infinito.

Define-se que, em nível estrutural textual, o significante fraturado¹⁰ “[...] invoca alguma coisa que não é pré-datada pelo texto, mas engendrada por ele, que

habilita o leitor a dotá-lo de uma forma tangível.” (ISER, 2007, p.110). O autor utiliza-se, dessa forma, de níveis extra-textuais. Todo o processo de criação textual é uma transgressão àquilo que está instituído no texto. Tais princípios não negam a presença do mundo exterior, mas reconhecem que essa representação performática sempre será um desvio daquilo a que remete. O significante denota algo mais e, simultaneamente, ao conotar, transforma o que é denotado.

Outro ponto a ser considerado no jogo textual é a intertextualidade¹¹, visto que todo texto é um mosaico de citações em que o autor propõe conexões dialógicas. Para interpretá-las e compreendê-las, o leitor precisa ter conhecimento e capacidade de interpretação, visto que o texto é a absorção e transformação de outros textos (SAMOYAUULT, 2008) e os enunciados literários estão repletos de palavras de outros. “As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos.” (BAKHTIN, 2000, p. 314). Em alguns textos literários, utiliza-se a intertextualidade como um recurso, uma estratégia relevante que permite estabelecer correlações entre o mundo ficcional e o real, por meio de denúncias de fatos históricos, que podem ser ligados com a realidade do leitor. É pertinente comentar que é o leitor, diante do texto, que vai relacionar as informações textuais ficcionais com seu espaço e seu tempo. Além disso, “sempre há um elemento

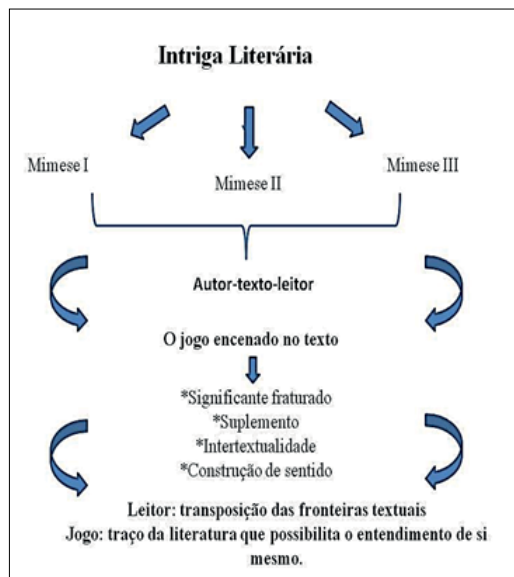
no papel do jogo que escapa do domínio do jogador” (ISER, 2002, p. 114). Assim sendo, o jogo pode ser realizado seja para amplificar, seja para delimitar o grau de incontrolabilidade.

O jogo encenado no texto não é um espetáculo em que o leitor é visto como um receptor, mas como um acontecimento com o qual o leitor interage. O jogo oferece ao leitor três modos de jogar: a) o modo semântico: busca da compreensão e sentido no texto; b) o modo da experiência: abertura para o que não é familiar; c) o modo do prazer: a busca do deleite. Jogar o jogo do texto, portanto, é transpor as fronteiras da encenação, para evidenciar a maneira de compor essa encenação e o alcance do “outro” pelo leitor.

Rotas de os Tambores silenciosos

A escolha da obra (*corpus*)¹² deu-se em função da materialidade discursiva, visto que promove reflexões sobre a representação mimética por meio da narrativa, trazendo uma denúncia sobre acontecimentos da história do Brasil, que podem interligar-se com a realidade do leitor. Seguindo o aporte teórico do estudo, organizam-se as categorias apresentadas na Figura 1, que concebem o dispositivo que referencia a análise do *corpus*.

Figura 1 – Dispositivo epistemológico de análise



Fonte: Elaborado pelos autores

Começando pelo dispositivo epistemológico mostrado na Figura 1, criam-se categorias para a análise da obra *Os Tambores Silenciosos* de Josué de Guimarães.

- a) *A tríplice mimese*: a categoria teórica evidencia a ampliação do conceito de representação mimética e dá relevo à inter-relação autor, texto e leitor na intriga literária. No conceito de mimese há um desdobramento significativo proposto pelos postulados teóricos de Ricœur (1994), que a configura em Mimese I, Mimese II e Mimese III.
- b) *O jogo do texto encenado*: a categoria apresenta conceitos que refletem sobre o texto literário como um jogo de encenações, cujo suplemento¹³ apresenta um significado fraturado¹⁴ e cujas estratégias auxiliam na

construção de sentido pelo leitor. Alicerça-se essa categoria teórica nos fundamentos teóricos de Iser (2002). A categoria aponta para a determinação de que o leitor transpõe as fronteiras entre o ficcional e o real e, dessa forma, oportuniza a compreensão da literatura como forma de entendimento de si mesmo.

O estudo está organizado da seguinte maneira: apresenta-se a obra literária *Os Tambores Silenciosos*. Logo após, identifica-se a análise de resultados mediante as categorias teóricas: a) *A tríplice mimese* e b) *O jogo do texto encenado*. No final, apresentam-se as considerações finais do estudo.

Os tambores silenciosos: a trilha do texto

Por nos conceder ter a ausência como presença, o jogo se converte em um meio pelo qual podemos nos estender a nós mesmos. Essa extensão é um traço básico e sempre fascinante da literatura. Inevitavelmente, se põe a questão por que dela necessitamos. A resposta a esta pergunta poderia ser o ponto de partida para uma antropologia literária (ISER, 2007, p. 118).

A obra *Os Tambores Silenciosos* foi escrita em 1975, porém, publicada por Josué Guimarães em 1977. O romance recebeu o Prêmio Érico Veríssimo de Romances, oferecido pela Editora Globo, no ano de sua publicação.

O autor constrói sua narrativa sobre a cidade imaginária de Lagoa Branca, próxima a Passo Fundo, situando-a nos

sete primeiros dias de setembro de 1936. O texto revela as práticas cotidianas dessa pequena cidade fictícia do interior do Rio Grande do Sul, em uma época que antecipava o estabelecimento do Estado Novo¹⁵ por Getúlio Vargas.

A intriga desenvolve-se em torno do coronel João Cândido, que tem o desejo de construir uma comunidade ideal. Além de proibir aos cidadãos o acesso à comunicação externa à cidade, inicia uma série de atos violentos com o apoio da polícia local, os quais vão desde a coça de estudantes à exterminação de indigentes da cidade. O pânico toma conta de Lagoa Branca quando pássaros de tecido, (feitos em segredo por Maria da Glória, a mais jovem das sete irmãs da família Pilar, se espalham pela cidade). Essa personagem é cega, mas parece ser a única que enxerga as atrocidades comandadas pelo prefeito de Lagoa Branca. O esclarecimento das mentiras, que existem na cidade, expõe o caráter de delação da obra, uma vez que os mencionados pássaros negros, a sequência de boicotes e acusações evidenciam a vulnerabilidade dos políticos e conduzem à derrota de seus projetos, enquanto o prefeito se suicida. A história é apresentada por um narrador heterodiegético, a partir da percepção das irmãs solteironas da família Pilar, que, utilizando-se de um binóculo, possibilitam ao leitor contemplar o desenrolar das ações no espaço de Lagoa Branca.

Após a apresentação de *Os Tambores Silenciosos*, inicia-se a análise da

primeira categoria eleita, na busca do cumprimento do objetivo deste artigo:

a) *A tríplice mimese*: a acepção de mimese de Ricoeur (1994) orienta a análise dessa categoria. *Os Tambores Silenciosos* sugere abranger o tempo da intriga apoiado nas três mimeses propostas pelo autor. Primeiramente, percebe-se o tempo pré-configurado, isto é, o tempo do autor na narrativa. A compreensão da mimese I alicerça-se na decisão de autor de apresentar a narrativa a partir de eventos ocorridos no Brasil, no ano de 1936. As personagens da intriga são pré-configuradas como homens medíocres, dominados pela ganância, mulheres infiéis e policiais impiedosos. A trama representa os dramas e as dificuldades do povo diante da política autoritária dos governantes.

O contexto social da época da juventude do autor, fortemente marcado pela ditadura brasileira, leva-o a transferir e refletir sobre sua experiência no texto. O processo transforma a realidade em uma obra de arte. Toma-se, como exemplo, a personagem do prefeito de Lagoa Branca, o coronel João Cândido. Ancorado em códigos culturais e simbólicos do contexto histórico ditatorial, o autor fornece as regras para que o leitor se aproxime da obra e possivelmente compreenda a realidade que a precede e passe a refletir sobre ela. Cabe lembrar que o autor se utiliza das irmãs Pilar, para preconizar a maior parte dos fatos que ocorrem na história: por meio do binóculo das irmãs, a trama é tecida. É importante ressaltar

que o olhar das mulheres vai até onde o binóculo pode alcançar. Sem o binóculo, as personagens teriam pouco a dizer. O autor, além das irmãs Pilar, dispõe de um narrador em terceira pessoa, que situa o romance em um tempo e espaço, à primeira vista, afastado da contemporaneidade. As estratégias por ele utilizadas denunciam um cenário opressor e autoritário, de que o autor se serve para interligar o momento ditatorial por ele vivido com o do texto ficcional, conjugando a época do Estado Novo e a Ditadura de 1964.

O Estado novo foi um regime ditatorial, que se instalou sob o comando de Getúlio Vargas, que se estendeu de 1937 a 1945 e foi marcado pela censura, pelo autoritarismo e pela centralização do poder. Semelhante ao Estado Novo, a Ditadura Militar que se estendeu de 1964 a 1985, também foi um regime totalitário que, durante seus 21 anos, impôs restrições à imprensa e aos opositores que fossem contrários ao regime vigente. Portanto, no texto, ao representar ficcionalmente a ditadura, o escritor transpõe o momento histórico do Estado Novo, que, entretanto, se expande para introduzir a reflexão sobre a Ditadura Militar de 1964, momento da produção do texto e de sua recepção inicial, como se comprova pela premiação da obra.

Seguindo o esquema da mimesis de Ricœur (1994), a mimese II é entendida como reino do “como se”. *Os Tambores Silenciosos* tornam-se, na mimese II, o texto, ou seja, a própria produção poética

do autor. Compreendidas as intenções pactuadas na mimese I, o leitor encontra, na mimese II, o processo de criação do autor concretizado. No romance, a história acontece em um tempo e espaço definidos: a intriga se desenrola nos sete primeiros dias do mês de setembro de 1936, na cidade de Lagoa Branca, no Rio Grande do Sul. A atitude ditatorial do prefeito, ao proibir a circulação de jornais e dos rádios na cidade, impôs novas diretrizes aos pacatos costumes da cidade interiorana. Os preparativos, que são feitos para a celebração do sete de setembro, que servem apenas à realização pessoal do prefeito, deixam pistas ao leitor sobre os acontecimentos da história. Embora o romance *Os Tambores Silenciosos* tenha um tempo cronológico linear, a produção poética permite ao leitor ler o tempo às avessas, visto que o texto torna-se ato configurante, ou seja, possibilita que o leitor siga a narrativa, recuperando seus acontecimentos.

A história desnuda os hábitos dos moradores da cidade e seus comportamentos: polícia corrupta, mulheres inféis e personagens como as irmãs Pilar, que bisbilhotam a vida alheia por meio de um binóculo. A única das sete irmãs que destoa é a mais moça e, somente, no final da história, fica-se sabendo que é cega e que fora ela que construíra os pássaros de tecido que povoam a cidade, pressagiando algo de mau para seus habitantes. À proporção que as aves de tecido ocupam a cidade, o governo do município torna-se mais coercitivo.

Mendigos são retirados da cidade e mortos. A população, em resistência aos processos tirânicos do governo, alertada pelos jovens, não comparece aos festejos de sete de setembro. Depois de saberem que era o próprio prefeito que censurava toda comunicação com outras cidades, as vítimas da repressão são libertadas da prisão. Ao final, a irmã Pilar cega, morre. Além disso, o prefeito suicida-se, em meio a uma chuva torrencial, no centro da cidade. A mimese II, portanto, configura-se como uma ponte que se abre para o leitor, isto é, a mimese III.

Na mimese III, o leitor faz o reestabelecimento do tempo e do agir da narrativa (RICŒUR, 1994). Assim, como instância da recepção, o leitor exerce a função interpretativa com a obra *Os Tambores Silenciosos*, fazendo a intersecção entre o mundo do texto e seu mundo. O fato de as personagens não terem acesso a jornais e outros meios de comunicação, como rádio, assim como o extermínio dos mendigos da cidade, dão pistas sobre o período da Ditadura, quando Josué Guimarães escreveu o livro, instaurando reflexões sobre esse momento, historicamente demarcado.

Na mimese III, o leitor faz a reconstrução do tempo e do agir das personagens da pequena cidade de Lagoa Branca. O processo interpretativo do leitor parte da verossimilhança que o autor constrói na narrativa: as ações do prefeito autoritário, os conchavos entre os políticos e a polícia da cidade, a censura velada, o povo amedrontado,

os jovens punidos, enfim, são elementos que permitem a recomposição do texto a partir da experiência do leitor.

A narrativa *Os Tambores Silenciosos* promove a conscientização do leitor sobre a ditadura. O autor, no momento da construção textual, precisava camuflar, nas ações das personagens, o que realmente queria dizer, pois corria o risco de ter o livro censurado ou até mesmo de ser preso. Entretanto, quem lê o livro percebe que ele foi uma estratégia do autor para presentificar o momento histórico. As analogias apresentadas no texto, como a personagem cega, os pássaros que ela produz, a cidade perfeita são pistas do autor que se relacionam à presentificação do real, concebida pelo processo da mimese. Não há uma fidelidade aos fatos históricos, pois se trata de um texto fictício, mas é por meio dele que o autor denuncia a estrutura autoritária de poder. Consequentemente, a obra *Os Tambores Silenciosos*, embora ficcional, está ligada à realidade do leitor.

As ações das personagens favorecem a análise e estabelecem diálogos com o texto, segundo os postulados bakhtinianos (PONZIO, 2008), permitindo ao leitor compreender uma história subjacente. Realiza-se, assim, a convergência entre a mimese III e a Mimese I, sendo a mimese II a ponte que realiza esse encontro.

Assim, na sequência, passa-se às reflexões sobre a segunda categoria de análise que sugere que o texto é um jogo de encenações:

b) *O jogo do texto encenado*: a concepção de Iser (2007) contribui para a análise do romance citado, pois, centrando-se na relação autor, texto e leitor, evidencia que *Os Tambores Silenciosos* é o produto de ato interenunciativo, por intermédio da encenação dos personagens situados em tempo e espaço determinados (SARAIVA, 2009). A cidade de Lagoa Branca é fictícia, porém, é como *se fosse* uma cidade real do Estado do Rio Grande do Sul. As personagens que ali habitam, as imãs Pilar, o prefeito, os homens medíocres dominados pela ambição, as mulheres infiéis, os policiais violentos encenam o mundo ficcional e propiciam ao leitor a compreensão da pluralidade dos signos e sua capacidade simultânea de denotar e conotar. Observa-se que a materialidade discursiva da obra oportuniza ao leitor a alternativa de compreender os signos de forma que o significante fraturado transgrida o significado denotado.

A passagem que narra a presença de pássaros negros que, enigmáticamente, invadem a cidade de Lagoa Branca, sob a perspectiva de Iser (2007), pode ser considerada, conotativamente, como um mau presságio ou como a morte da democracia. Considera-se que, para encenar o texto ficcional, o autor apresenta os pássaros como uma forma de sanção aos políticos e a suas ações ditatoriais e pode ser percebida pelo leitor atento. Dessa forma, o leitor poderá apreender esse *algo a mais*¹⁷ que permeia a tessitura textual. Logo, a construção do sentido textual vai depender do entendimento

do leitor (CHARAUDEAU, 2016) que, a partir de suas vivências, poderá ou não capturar a mensagem que o autor tentou construir. Essa plurivalência dos signos leva a um universo aberto de significações, e a intertextualidade (SAMOYAUULT, 2008), compreendida como a relação explícita ou apenas sugerida com outros textos ou com campos discursivos, também se faz presente na obra, abrindo novas possibilidades de significação.

Nesse sentido, o próprio título da obra, *Os Tambores Silenciosos*, remete à Ação Integralista Brasileira (AIB), partido político liderado por Plínio Salgado, que disseminou a cultura integralista no Brasil¹⁸. Entre os rituais desse movimento, incluía-se o denominado “Noite dos tambores silenciosos”, ocasião em que os “camisas verdes” soavam tambores durante três minutos, em homenagem aos combatentes mortos do grupo, enquanto um dos presentes lia o poema de Jaime de Castro, cujo título era também o da cerimônia.

O título da narrativa constitui um insulto ao movimento integralista, que se opunha ao governo de Getúlio Vargas, embora seguisse uma orientação fascista, visto que, na celebração de sete de setembro, em Lagoa Branca, os tambores não soaram, ainda que os integralistas neles batessem: “Que diabo, esses tambores não tocam?” (GUIMARÃES, 2011, p. 200). Assim, os integralistas, que apoiaram o prefeito João Cândido, foram ridicularizados perante o pequeno público que compareceu ao evento, em meio à

chuva torrencial e aos pássaros negros que haviam tomado a cidade. Com efeito, pode-se dizer que o não tocar dos tambores sugere a tomada de uma atitude responsiva ativa (PONZIO, 2008).

Utilizando a intertextualidade para melhor compreender esse momento da história, evidencia-se, também, que, em rituais da igreja católica, da Sexta-feira Santa, até o domingo de Páscoa, os sinos se calam, como sinal de reflexão e de posicionamento responsivo frente aos dogmas da igreja²⁰. Em *Os Tambores Silenciosos*, a analogia pode ser entendida como sinal da morte e do vazio que a cidade vive ante as barbaridades que lá acontecem, manifestando-se o protesto pelo silêncio dos tambores e pelos pássaros negros.

Na mesma linha de pensamento, o que também deve ser destacado em *Os Tambores Silenciosos*, é a cegueira de Maria da Glória. O autor, embora mencione sua cegueira somente no final do romance, deixa pistas de que havia algo a ser questionado sobre ela como se constata no fragmento textual: *Maria Celeste apagou a luz da cozinha, deixou a mais nova delas tirando a mesa e lavando a louça e as panelas, e foram todas para a sala* (GUIMARÃES, 2011, p. 16). A cegueira, em culturas ocidentais, está, muitas vezes, ligada conotativamente, a sentidos misteriosos. Também pode conotar a visão de *algo mais*²¹, ou seja, a cegueira pode sugerir a capacidade de enxergar além da visão normal. Na mitologia grega, o cego Tiresias auxilia

Édipo a desenredar uma situação enigmática, o que permite correlacioná-lo à construção da personagem Maria da Glória no texto, uma vez que reforça o fato de ela poder ter um vínculo com o sobrenatural, isto é, os pais, que já eram mortos. Maria da Glória dedica sua vida a confeccionar bichos de pano, inclusive os pássaros negros que parecem ter vida e, ao final da narrativa, descobre-se que eram os que tinham invadido a cidade.

A cegueira, vista como um recurso do autor para estabelecer correlações entre ficção e realidade, proporciona subsídios para que o leitor reflita sobre a importância das ações da personagem Maria da Glória na intriga. Na perspectiva de Iser (2007), a interação do leitor como o texto vai propiciar o jogo textual. A cega, em *Os Tambores Silenciosos*, aquela personagem que tem uma deficiência física, é a única que enxerga as atrocidades dos políticos, o abuso e a censura que os cidadãos de Lagoa Branca estão vivenciando. O autor, com maestria, constrói a personagem, uma mulher que não vê, mas que é a única habitante da cidade que compreende a situação. Embora seja cega, ela enxerga. E, ironicamente, pode-se dizer que quem vê, não enxerga. Verifica-se que o autor joga com metáforas textuais de significações contrárias, o que conota uma visão esclarecida sobre os fatos que ocorrem em Lagoa Branca. Assim, o leitor é convidado a jogar o jogo do texto, a fazer parte da peça encenada e a interagir com as estratégias, as metáforas relacionadas aos fatos históricos, que, apresentadas na

obra ficcional, lhe permitem estabelecer correlações com a realidade.

Considerações finais

A narrativa de *Os Tambores Silenciosos* auxilia o leitor a transpor as fronteiras entre o ficcional e o real e suscita reflexões sobre as relações entre autor, o texto que ele produz – como resultado de um posicionamento crítico – e as estratégias que exigem a intervenção do leitor. A linguagem é complexa, assimétrica e, dentro do processo do fazer criativo, oferece terreno fértil para que a obra literária seja desvelada e proporcione, ao leitor, por meio do processo da mimese III, seu encontro com a alteridade, ao integrar tempos distintos: o do presente da recepção com o do passado da produção do texto e com o da encenação dos eventos.

A questão norteadora do artigo demonstra que a representação mimética, que estabelece a convergência da mimese I, da mimese II e da mimese III, na obra *Os Tambores Silenciosos* denuncia, por meio da narrativa, acontecimentos históricos brasileiros, ligando-os à realidade do leitor.

A análise possibilita reflexões sobre a construção mimética e sobre o jogo de encenações na obra literária e pode colaborar com futuras investigações sobre os aspectos teóricos mobilizados. Dessa forma, pergunta-se: qual é a função da personagem Maria da Glória dentro da intriga? O que ela tem a dizer? As trilhas

foram traçadas durante o percurso da análise e encontram respaldo no final da leitura da obra, por meio da qual se compreende que o leitor pode se colocar no lugar da personagem. Isso significa que a mimese opera um deslocamento do eu, uma vez que ela instala o ponto que denuncia as crueldades por meio do texto ficcional, o qual é adotado pelo leitor. Diante do jogo do texto encenado, o leitor faz a leitura às cegas, de acordo com as estratégias e recursos utilizados pelo autor, porém, ao final da obra, encontra a clareza, a iluminação e retoma sua visão. Eis que a obra literária não deve ser “um ponto final” para o leitor, mas a ponte para que ele recupere o passado e projete o futuro.

The Silent Drums: the triple
mimesis, the relation author
/ text / reader, fiction and
reality in the game of literary
intrigue

Abstract

Since Aristotle's day, men seek to understand texts and art works. In this context, one observes that literary production has been interesting philosophers that dedicate themselves to unveil the purpose of literature in the world. It is from this point of view, and aiming to demonstrate how mimetic representation, by means of its narration, promotes the convergence of mimesis I, mimesis II and mimesis III that one analyses the work *Os Tambores Silenciosos* (*The Silent Drums*). As theoretical framework,

one seeks support in Paul Ricoeur's (1994) triple mimesis perspective as well as in Wolfgang Iser's (2007) postulates, which lead to understanding texts as a game between author and reader. The research *corpus* corresponds to Josué Guimarães' already mentioned novel *The Silent Drums*. The analysis directs to the perception of mimesis as a representation of History when it establishes, in the literary text performance, "the plot" within a temporary line in which the relation author/text/reader, fiction and reality get integrated.

Keywords: Representation; Triple mimesis; Text game; Literature; History.

Notas

- ¹ A obra *Os Tambores Silenciosos*, de Josué Guimarães, recebeu o prêmio Érico Veríssimo de Romance em 1975.
- ² Perspectiva aristotélica que equivale ao discurso literário.
- ³ Imitação, representação do agir humano (RICOEUR, 1994).
- ⁴ Processo de composição da intriga, ou seja, da construção da narrativa (discurso).
- ⁵ Verossimilhança.
- ⁶ Mikhail Bakhtin foi um dos filósofos russos mais importantes do século XX. Nasceu em 1895 e faleceu em 1975. "Seu nome é referência fundamental para diversas teorias que, de uma forma ou de outra, discutem e problematizam a questão da comunicação hoje. As suas maiores contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento dos estudos da linguagem e da estética, campos nos quais a sua obra é mais conhecida e reconhecida" (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 9).
- ⁷ Adotar uma atitude responsiva ativa significa dizer que o ouvinte recebe e compreende os signos e pode concordar ou discordar com o enunciado concreto.
- ⁸ O leitor da obra literária.
- ⁹ Trata-se de um "algo a mais" engendrado no texto.

- ¹⁰ O significante fraturado é o menor espaço do jogo textual. Ele pode ser, simultaneamente, denotativo e figurativo (ISER, 2007).
- ¹¹ Termo criado pela russa Julia Kristeva a partir dos estudos que ela faz da teoria de Bakhtin.
- ¹² Obra literária *Os Tambores Silenciosos* de Josué Guimarães cuja publicação original ocorreu em 1977.
- ¹³ Suplemento é significado engendrado por meio do próprio jogo textual.
- ¹⁴ Sentido denotativo e conotativo.
- ¹⁵ O Estado Novo refere-se ao governo de Getúlio Vargas - 1937 a 1945. Esse momento histórico ficou conhecido, politicamente, como um período ditatorial.
- ¹⁶ A intertextualidade relacionada aos pássaros negros e à cegueira será discutida com maior profundidade na segunda categoria de análise. Suplemento (ISER, 2002).
- ¹⁷ Esse partido defendia ideias do movimentos fascista italiano e teve início durante os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, contestando os pensamentos esquerdistas brasileiros.
- ¹⁸ Nota-se que os integralistas batiam nos tambores, porém não saía som dos instrumentos". Que diabo, esses tambores não tocam?" (GUIMARÃES, 2011, p. 200).
- ¹⁹ A matraca substitui o sino, com seu som de madeira sobre madeira que convida ao silêncio e a reflexão. Ela é um instrumento utilizado pela igreja católica, sendo um convite à penitência e à conversão a Deus.
- ²⁰ Suplemento (ISER, 2002).

Referências

- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Porto Alegre: Globo, 1966.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CARVALHO, Carlos Alberto de; SANT'ANA, Guilherme Antônio Carneiro de. A tríplice mimesis como inspiração metodológica para análise de produtos culturais. *Revista Consumo & Sociedade*, São Bernardo do

Campo, v.35, n.1, p. 227-250, jul. / dez.2013.
Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3747/3708>

Acesso em: 13 fev. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

GRANGEIRO, Alessandra Carlos Costa. *Tempo e Memória na obra de William Faulkner*. 239 f. 2011. Tese (Programa de Mestrado e Doutorado em Letras e Linguística da Faculdade de Letras) - Universidade Federal de Goiás, Estado de Goiás, 2011. Disponível em:

https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2841/1/Alessandra_Carlos.pdf

Acesso em: 13 fev. 2018.

GUIMARÃES, Josué. *Os Tambores Silenciosos*. 20 ed. Porto Alegre: L&PM, 2011.

ISER, Wolfgang. O jogo do texto. In: LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor: textos da estética da recepção*. São Paulo: Paz e terra, 2007. p. 105-118.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Ana Paula G.; SACRAMENTO, I. Mikhail Bakhtin e os estudos da comunicação. In: _____. (Org.). *Mikhail Bakhtin: Linguagem, Cultura e Mídia*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2010. p. 9-34.

RICCEUR, Paul. Tempo e narrativa, a tríplice mimese. In: _____. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Campinas, SP: Papiurus, 1994.

SAMOYAUULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. São Paulo: Hucitec, 2008.

SARAIVA, Juracy Assman. O estatuto do narrador. In: _____. *O circuito de memórias*. São Paulo: Edusp, Nankin, 2009, p. 25-40.

Bakhtin e/com Pêcheux? Pressupostos de trabalho em linguística aplicada¹

Maria Marta Furlanetto*

Resumo

Este trabalho trata de categorias aparentemente contraditórias, visualizadas em perspectivas teóricas diferentes – a de Bakhtin e seu grupo (teoria dialógica) e a análise de discurso, de filiação francesa –, mas que merecem estudo paralelo considerando seu encontro histórico na Europa, pela migração de um texto do pesquisador russo. Dada, de um lado, a afirmação de impossibilidade de conciliar as duas teorias e, de outro, os estudos que refletem sobre as razões de as duas serem usadas para o estudo de determinados temas e campos realizando aproximações, a memória dos (des)encontros pode explicar afinidades e diferenças, além de mostrar que ressonâncias teóricas podem instalar-se nesses campos de estudo. O trabalho objetiva formular argumentos e fornecer razões práticas para o uso de certas categorias, contemporaneamente, em áreas de prática de linguagem, tal como a linguística aplicada. Assim, noções como discurso, sujeito, ideologia, memória, interdiscurso, heterogeneidade e gênero são consideradas nesta reflexão.

Palavras-chave: Análise de discurso. Dialogismo. Linguística aplicada.

Introdução

Dada, de um lado, a afirmação de impossibilidade de conciliar duas teorias como o dialogismo bakhtiniano (ou do que se tem chamado Círculo de Bakhtin) e a análise de discurso francesa – especialmente a originada em Pêcheux (cf. POSSENTI, 2010; SÉRIOT, 2011)² –, e, de outro, os estudos que refletem sobre as razões de as duas, criticamente ou não, serem usadas para o estudo de determinados temas e campos realizando aproximações (NARZETTI, 2012), a memória dos (des)encontros pode explicar afinidades e distanciamentos. Quero dizer, mais especificamente, que é possível conjecturar que ressonâncias teóricas possam instalar-se em campos inicialmente muito fechados, que manifestam receio de perda de identidade uma vez instaurados seus alicerces e categorias de funcionamento. Isso, contudo, sucede com as próprias noções teóricas, que se deslocam e se redesenham paulatina-

* Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: mmartafurlanetto@gmail.com

mente no interior de uma mesma teoria. Dizia Michel Plon (2003, p. 2), em sua conferência no 1º Seminário de Estudos em Análise do Discurso (Sead): “Retificação, Michel [Pêcheux] gostava desse termo, que não tem nada de secundário”, e que ele exercitou em seu trabalho teórico: transformações, revisões, questionamentos, abandono.

Bakhtin recomendou, relativamente à alteridade (outridade, heterogeneidade, heteroglossia, polifonia), que não nos cercássemos apenas daqueles de nossa comunidade, sobretudo na vida intelectual, em busca de segurança e partilhamento; os outros (a exterioridade) podem trazer olhares e aproximações pertinentes para a articulação de nossos projetos – nada diferente do que ocorreu na época em que Pêcheux enfeixou orientações divergentes para produzir seu objeto de estudo – o discurso em sua peculiaridade. Quanto a isso, Emerson (2003) destaca: “Bakhtin nos recomenda não nos voltarmos para um lugar onde ninguém se orienta em nossa direção, pois não existem meios de vida nesse lugar” (2003, p. 270). Ou seja, um agrupamento intelectual que ostente perspectivas de segurança e identidade pode, ao contrário do previsível, ser empobrecedor. E Possenti (2010), nessa linha, se ressentido de não haver suficientemente debates abertos sobre temas pertinentes que poderiam marcar a pertença ou não entre teorias, relações, eventuais aproximações, extensões e mesmo debates sobre conceitos e categorias no contexto próprio de cada

teoria – como ele tem feito continuamente, aliás, em seus textos.

Com esse espírito, entendendo que certas razões práticas podem levar a justificar o uso articulado de categorias ou perspectivas em áreas específicas, no caso o amplo campo da linguística aplicada, estabeleço como objetivos deste trabalho os seguintes, pondo em movimento algumas noções selecionadas – sujeito, ideologia, memória, interdiscurso, polifonia, heterogeneidade e gênero:

- a) investir em categorias que, em dois circuitos teóricos (dialogismo e análise de discurso), carecem de estudo paralelo em virtude de seu encontro histórico na Europa;
- b) estabelecer afinidades e distanciamentos, considerando deslocamentos no tempo, tanto das teorias quanto de seu refinamento;
- c) justificar o uso de categorias nos dois campos para direcionar práticas de linguagem com a cobertura da linguística aplicada.

Não se trata, certamente, de instituir uma interface ou um novo quadro conceptual (embora isso não seja impensável), nem de combinar aleatoriamente as duas perspectivas sem qualquer compatibilização. A questão é exatamente essa, ainda que se queira, fundamentalmente, pensar em uma prática em que, para estudantes iniciantes, o principal seja que aprendam atitudes e ações relativamente ao aprendizado ou ao desenvolvimento de línguas, por exemplo. Também é relevante ter ciência de que,

se uma teoria é inicialmente a base para o estabelecimento de uma metodologia de ensino, que noção ou categoria sofrerá compatibilização quando tratada nos moldes de outra teoria, e por quê? E se optarmos por um terceiro caminho?

AD/ADD

Se desejarmos estabelecer uma teoria que tenha, em seu próprio nome, um objeto denominado *discurso* (como em análise de *discurso* [AD] e, ainda, análise dialógica do *discurso* [ADD]), a questão inicial é compreender *discurso*. No caso da AD, assumo que discurso não equivale a *texto*, aliás, distancia-se teoricamente de texto, em que se reconhece materialidade, organização estrutural, temática, estilo – além da materialidade de *gênero*, categoria que a AD secundariza. Isso não significaria, entretanto, que em AD não se precise da textualidade. Apenas – até o momento – se prescinde de gênero como conceito associado (por quê?). Abordo isso mais à frente. Adiante-se apenas que, na teoria dialógica de Bakhtin, um gênero está sempre associado a uma esfera social – um campo funcional com determinações e produções ideológicas no interior da sociedade em que gêneros específicos se formam, se desenvolvem e se modificam. Da mesma forma, em AD, a inscrição em um campo institucional é crucial, embora a caracterização “interacional” ou “sociointeracional”, comum para a linha bakhtiniana, não pareça suficiente.

Discurso como objeto da AD redundaria em *efeitos de sentido* entre sujeitos. De imediato, porque se assume que sentidos se formam, são instáveis, dependem de uma memória; essa historicidade leva a que sentidos que parecem evidentes sejam ilusórios. A noção de literal não passa de uma referência, mas ela faz “sentido” heurísticamente falando, como ponto de vista.

Os sentidos nascem primariamente da memória, ou das memórias: enunciados em geral, imagens, lembranças que ressurgem, aspectos da coletividade, e elementos que se presentificam nos arquivos de todo tipo que consultamos. Sentidos são efeitos que surgem e ressurtem em diversas histórias, tempos, circunstâncias, sujeitos participantes – participantes necessários, ainda que virtuais. Nessa direção, também elementos de interações, como estabelecido francamente por Bakhtin: a palavra (enunciado) é ponte entre interlocutores (intersubjetividade). Mas sentidos são dados, de imediato, como efeitos que surgem pelo fato de haver filiações discursivas, e estas seriam, antes de tudo, o fundo de percepção “instintiva” praticamente independente da consciência: interdiscurso.

Dada a predominância dessa perspectiva quando a formação discursiva era um conceito não instável e duvidoso na teoria, afirmou-se, não poucas vezes, que tudo o que era produzido pelo “sujeito” vinha de um fundo basicamente inconsciente, tal qual a memória metálica de

um robô. Contudo, *efeitos* não podem surgir apenas do interdiscurso – que por sua vez não pode ter *sentidos* (mas potencialidade para), mas eu diria, especificamente, *significado* ou *significação*, para diferenciar o percurso para o intradiscurso, até se tornar *efeito entre* interlocutores, ou sujeitos. Esse contraste é realizado na formulação de Bakhtin (ou de Voloshinov, como admitem alguns autores), em *Marxismo e filosofia da linguagem* (MFL), como se vê adiante.

É possível ratificar essa posição com a assunção de Sobral a respeito de uma tese de Bakhtin, de que “a língua não traz intrinsecamente sentidos, mas possibilidades reconhecíveis de produção de sentidos que dependem, simplifiquemos, de quem diz o que a quem onde como e com que projeto enunciativo” (2010, p. 55). Outra forma de ratificação encontra-se em Maingueneau, em uma entrevista publicada na revista *Linguagem*: “O sentido é uma estimulação para que cada um possa construir o sentido” (2009, sem paginação). Mais especificamente, nos termos de minha explicação, ele está dizendo que podemos ter, textualmente, significação, mas não sentido (efeito).

Ao focalizar a memória em um projeto de pesquisa em 1983, Pêcheux (1990b, p. 286, grifos do autor) fala no *estatuto social da memória*, que compreenderia um conjunto preexistente e exterior ao organismo “constituído por séries de tecidos de índices legíveis, constituindo um corpo sócio-histórico [sic] de traços”.

São esses traços coletivos (interdiscurso?) que levam Pêcheux a remeter a Bakhtin, nesse momento – embora ele não cite diretamente Bakhtin, mas Todorov, que apresenta a obra *M. Bakhtine, le principe dialogique*, de 1981. Pêcheux também escreveu, no último período de seu trabalho, que “[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Implícitos não seriam formas reais em espera, mas se formariam num processo de regularização (estabilidade) do que é repetido, o que incluiria a formação de estereótipos – materialidades naturalizadas, digamos, disponíveis e usadas. A regularização, contudo, está sujeita a colapso (incluindo o jogo variável da metáfora).

Tendo em vista essa remissão a traços memoriais de corpos discursivos, não é de estranhar que se tomasse de empréstimo, na linha bakhtiniana, para a análise linguístico-discursiva, a noção de *interdiscurso*, dotando-a de uma memória mais rica. Com a suavização de conceitos, Pêcheux abria espaço para continuar seu próprio projeto e, concomitantemente, impedia discrepâncias muito marcadas com outras teorias do discurso. Beth Brait, ao caracterizar o dialogismo bakhtiniano, destaca duas faces: “[...] o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre

simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade” (1997, p. 98); e também “[...] diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos” (1997, p. 98). Quanto ao primeiro ponto, é em função dele que o dialogismo é interpretado como aquilo que instaura “a constitutiva natureza *interdiscursiva* da linguagem” (1997, p. 98, grifo meu). Brait defende, aliás, que está evidenciado em MFL que a possibilidade de estudar o *discurso* (*enunciado*, para considerar o alerta de Patrick Sériot) se faz vendo-o como instância significativa, entrelaçamentos discursivos (*interdiscurso*) veiculados socialmente nas interações subjetivas (cf. 1997, p. 99).

Sujeito de/sujeito a

O sujeito, que se apresenta igualmente como elemento em construção, tem, na verdade, duas formas na AD (porque é preciso tomá-lo também pragmaticamente).

Sujeito 1 – Quando dizemos que o sujeito (que fala, vive, pensa, age) *tem a ilusão de que suas palavras se originam nele mesmo*, estamos tomando-o pelo que ele tem de pessoalidade, de alguém que ocupa um lugar social e aí se pronuncia. Esse sujeito pragmático é também um locutor, ou interlocutor, ou enunciador de uma enunciação (e aí também está

num limiar enunciativo). Assim como o linguístico – ou outra semiose – é a base material do texto, o sujeito 1 é seu suporte físico-biológico como ser social. Aliás, o corpo passou a ser valorizado como suporte até mesmo de inscrição de linguagem (letras, gestos, tatuagens em geral, pintura, *piercing*, manipulação física) –, que, mesmo sem endereçamento imediato, sendo flutuante, produz efeitos sociais: as marcas podem ser “lidas”, causam impressão, como se se tratasse de uma exposição.

Nesse “formato”, seria conveniente chamar esse sujeito de *efeito-sujeito*, como Pêcheux, aliás, usou em certas passagens de *Semântica e discurso* e – com Fuchs – de *A propósito da análise automática do discurso*: atualização e perspectivas (1975), para indicar precisamente que haveria aí um processo ilusório, como efeito ideológico. Veja-se este exemplo: “[...] o procedimento AAD constitui o esboço de uma análise não-subjetiva dos efeitos de sentido que atravessa[m] a ilusão do efeito-sujeito (produção/leitura) [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990[1975], p. 170). Ou, ainda, o que é apenas uma variante, *ego-sujeito* ou *sujeito-ego* – veja-se o ponto em que ele fala de “sujeito-ego da ‘forma-sujeito’ ideológica, identificada com a evidência de um sentido”³ (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 300). Essa distinção técnica, entretanto, não é sistematicamente usada; Pêcheux apelava para ela substancialmente quando tratava de perto a psicanálise e para fugir da ambiguidade em pontos sensíveis do desenvolvimento teórico.

Ao se reconhecer a heterogeneidade enunciativa tal como Authier-Revuz (1984) a traz, tendo um dos pilares o reconhecimento da alteridade, a chamada *conotação autonímica*, com suas formas marcadas, presume um sujeito-locutor que inscreve palavras “alheias” (dos outros, de outros lugares) e simultaneamente dá atenção a essas palavras (com aspas, itálico, etc., acrescentando eventualmente glosas), voltando-se sobre elas e trazendo algum tipo de comentário. Aqui não se manifesta meramente o interdiscurso; reconhece-se o esquecimento nº 2, da ordem da enunciação – embora Pêcheux defenda que o funcionamento inconsciente se sobreponha à produção.

Sujeito 2 – Quando dizemos: “Aqui identifico a *posição-sujeito X*” – ou seja, falar social caracterizado por uma posição ideológica – a dominante, a conservadora, a neoliberal, a de esquerda, a subversiva... associada a filiações, estamos tocando na noção estrita de sujeito, caracterizando uma – rigorosamente falando – não subjetividade (sujeito dividido), sem que perca seu caráter de elemento social (ou mesmo de classe), portanto afetado pela exterioridade.

Nos dois casos, entretanto, deve-se pensar que subjetividade também é efeito, além de sujeito pragmático, sujeito marcado pelo inconsciente, que o divide, e pela memória, que lhe dá recursos para produzir e interpretar, construindo-se junto com o que faz e o que diz, projetando-se como efeito de uma posição-sujeito, a cada projeto enunciativo. Um não

sobrevive sem o outro. Um *autor* que produz textos é um elemento *à margem*, no sentido de estar em um limiar: para um antes, como elemento pragmático que tem sua complexa vida social; para um depois, aberto à interpretação na medida em que se manifestou sobre algo do mundo e assumiu um lugar discursivo específico. As duas *figuras*, no entanto, atuam em conjunto: uma pode ficar obnubilada pela outra, nas perspectivas teóricas, mas ela sempre produz sua própria sombra, ou talvez se possa dizer suas “cicatrizes”, mais ou menos perenes.⁴ Apesar de, em 1968, Barthes (2004) ter decretado a “morte do autor” – aliás, num sentido bem específico, embora radical na ocasião –, ele mesmo reconheceu que a *autoria*, em uma sociedade como a nossa, está bem defendida, inclusive pelos sujeitos pragmáticos que são os escritores.

Não é incomum, em AD, lidarmos descuidadamente com essas noções, por exemplo, afirmando e inscrevendo os “discursos” (manifestações de linguagem) dos professores, dos juizes, dos jornalistas, etc., quando se sabe que *discurso* (como efeito de sentido) é objeto a ser buscado por análise, não dado, e sem o que nada saberemos dos efeitos de sentido possíveis. Retomo o que destaquei em trabalho anterior (FURLANETTO, 2016, p. 105): considerando temporalidade, desenvolvimentos e mudanças teóricas, é preciso evitar algo que tem ocorrido no campo da AD: “uma convivência naturalizada de concepções que destoam ou são

mesmo conflitantes”. Já na atualização (em 1975) da Análise Automática do Discurso (AAD-69), Pêcheux e Fuchs (1990, p. 178-179) tratam de precisar que “discurso” não é “fala”, nem “um suplemento social do enunciado”. Em suma, o elemento discursivo é perspectivado “como um processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade discursiva” (1990, p. 179). Nessa fase, porém, Pêcheux ainda vincula o discurso (depois visto mais especificamente como “efeitos de sentido”) à formação discursiva como espaço homogêneo em termos ideológicos. Isso muda substancialmente nos anos seguintes: ao discutir o papel da memória, Pêcheux, em função da opacidade dos “implícitos” constituintes da memória, e cuja regularidade pode ser quebrada por acontecimentos, aponta que a análise de discurso precisa “se distanciar das evidências da proposição, da frase [que frase?] e da estabilidade parafrástica, e a interrogar os efeitos materiais de montagens de sequências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação” (PÊCHEUX, 1999, p. 53-54). Por isso a ideia de “gestos de interpretação” – gestos sobre aquilo que designa, não os referentes designados. É isso o que ele diz quanto a taticamente secundarizar as “significações” (sentido, de fato).

Como se perspectiva o sujeito bakhtiniano? Certamente, nada tem a ver com os inspiradores de Pêcheux (espe-

cialmente Althusser e Lacan). O projeto antissubjetivista de Pêcheux poderia traduzir sujeito como *sujeito a* (submetido, posição-sujeito) e não *sujeito de* (ativo, ego-sujeito). Então, o sujeito tem um caráter sociopsicológico, e o outro é outra pessoa, possibilidade de interação, de construção de ponte. O fundo é personalista e ético. Relativamente à produção de linguagem, tratam-se de locutores concretos. Isso não significa, entretanto, que se tenha um sujeito exatamente oposto àquele que aparece em AD (*sujeito a*). Sobral propõe a seguinte explicação para isso:

O elemento primordial do tratamento do sujeito pelo Círculo é a recusa de concepções transcendentais (como a de Kant, por exemplo, para o qual haveria categorias de apreensão do mundo independentes da vida concreta a que os sujeitos se submeteriam), ou psicologizantes, como as das teorias, filosóficas e outras, do sujeito cartesiano autárquico ou as vosslerianas e similares, da criatividade individual (2005, p. 106).

A percepção e o pensamento, bem como a avaliação, não ocorreriam, portanto, isoladamente da exterioridade, de situações concretas da vida, que são, necessariamente, sociais e históricas, e é desse material que isso que se chama *consciência* não pode ser, igualmente, um fenômeno específico do indivíduo, mas socioideologicamente caracterizado. Não há aí nenhum sujeito plenamente consciente em relação à realidade em que vive. Sua identidade é continuamente construída e modificada, e suas formas de avaliação, por isso, também sofrem deslocamento.

Como funciona a ideologia nesse contexto? Sériot (2011) afirma que, em Voloshinov (para ele, autor de fato de MFL), a ideologia presume o mundo de produtos culturais, como uma consciência coletiva a que as pessoas se conformam, sem efeito visível do que se chamou *alienação*. Não há como esquecer, porém, que a *ideologia oficial* aparece contraposta dialeticamente, em MFL, à *ideologia do cotidiano*, com elementos que são recursos para a formação dos sistemas de referência na superestrutura. Ali se exerce um jogo de forças – de agregação e desagregação, sendo prevista a noção de refração em vários estágios. Se, contudo, alienação for considerada na perspectiva da totalidade dos indivíduos de uma comunidade, tal como apresentada nas obras *A ideologia alemã* e *Grundrisse* (Marx e Engels; Marx), tem-se um quadro em que não se encontra a implicação de consciência plena e ilimitada, como se julga ser evidente nos trabalhos do grupo de Bakhtin.

Sintetizo a explicação de Márkus (1974, p. 94): o fenômeno histórico da alienação leva a pensar que os produtos sociais em geral, criados em cooperação (materiais ou intelectuais), por serem comumente encontrados prontos e não havendo consciência das próprias formas históricas de cooperação, escapam ao controle dos indivíduos e parecem funcionar como uma força estranha e exterior, com suas próprias leis.

E que dizia Althusser sobre a ideologia, que repercutiu em Pêcheux? Em sua

manifestação matizada sobre Marx, em *A favor de Marx* (ALTHUSSER, 1979, p. 204), tópico *Marxismo e humanismo*, de 1963, afirmava que “uma ideologia é um sistema [...] de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos segundo o caso) dotado de uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade dada”. Mais: ideologia se distingue de ciência por sua função de prática social, e é orgânica, essencial à vida social, mas predominantemente inconsciente, impondo-se estruturalmente aos homens. Nada muito divergente da explicação fornecida por Márkus.

Que representações são essas e qual sua função em relação a uma qualquer verdade? É sintomático que Althusser afaste a ideologia da ciência – o que causou um impasse a Pêcheux, que teve de admitir que “uma ciência não poderia [...] ser um ponto de vista sobre o real” ou um modelo do real; afinal, ponto de vista supõe uma posição subjetiva (PÊCHEUX, 1988, p. 179). Isso não ocorre em MFL, obra em que há referência à ciência como instituição ideológica da mesma forma que a imprensa e a literatura (cf. BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1979, p. 106), num jogo entre ideologia do cotidiano (e seus níveis) e ideologia oficial constituída. Isso implica o movimento constante entre estabilidade e instabilidade (relação dialética), distante da ideia de “falsa consciência”, no sentido de ocultamento. Miotello resume o fenômeno ideológico, na teoria, como “a expressão, a organização e a regulação das

relações histórico-materiais dos homens” (MIOTELLO, 2005, p. 171), sem que se possa meramente opor dois espaços que configurariam uma ideologia dominante e uma ideologia dominada. Ademais, todos os materiais de linguagem “funcionam como agente e memória social”, elas “se banham em todos os ambientes sociais”, portanto “são tecidas por uma multidão de fios ideológicos, contraditórios entre si” (MIOTELLO, 2005, p. 172). O efeito de estabilidade só se consegue – e é necessário em certos níveis e esferas – por meio de organização de grupos com objetivos definidos; é nesse caso que surgem padrões a permitir a vida em caráter pragmático. Isso inclui, como se sabe, a própria grafia das palavras de uma língua nacionalizada. Bakhtin escreveu, nesse sentido: “A exatidão é necessária para a assimilação prática. O ser que se auto-revela não pode ser forçado e tolhido” (2003, p. 395).

Enunciado/discurso

Outro aspecto dessa temática diz respeito a *enunciado*, cujo uso aparece aqui. Em AAD-69, Pêcheux (1990a, p. 100) resolvera adotar *enunciado* a partir de uma distinção feita por Benveniste (1974) entre o nível semiótico e o nível semântico, cujas unidades seriam, respectivamente, o *signo* e a *frase*. A frase, no caso, teria o estatuto de fronteira entre a *linguística* e a *teoria do discurso*. Pêcheux, então, adota *enunciado* por sua conta para “distinguir a frase elementar enquanto objeto único sobre o qual

opera o mecanismo do discurso” (1990a, p. 100). E assume que “o *enunciado já é da ordem do discurso*”, da mesma forma que Benveniste (1974, p. 224) dizia que a frase pertence ao discurso, é língua em emprego e em ação. Isso aponta para a aproximação com a unidade fundamental da análise dialógica – enunciado. E o termo é comumente utilizado na área, muitas vezes podendo substituir ‘discurso’ nas formulações.

A par disso, Pêcheux (em parceria com Fuchs) também investiu em *enunciação* como vinculada à semântica, embora o eterno cuidado fosse liberar-se dos fundamentos filosóficos que tinha como idealistas, porque enunciação estaria vinculada ao acionamento da língua por um movimento subjetivo individual para a produção do enunciado (perspectiva enunciativa), e aí não se trataria de efeito-sujeito (ilusão de fonte de sentido), mas de sujeito pleno. Esse sujeito pleno, empírico e pessoal (como se indica ser aquele na ADD, finalmente) não pode ser meramente ignorado, e isso é reconhecido periodicamente, um tanto a título de ter de lidar com ele: “Toda atividade de linguagem necessita da estabilidade destes pontos de ancoragem [situação de enunciação] para o sujeito [empírico]; se esta estabilidade falha, há um abalo na própria estrutura do sujeito e na atividade de linguagem” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 174). Não é, porém, o que se está buscando numa teoria do discurso. Então, cabe uma torção para utilizar *enunciação*: “Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série

de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o ‘dito’ e em consequência rejeitar o ‘não-dito’” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 175-176).

Isso resultaria no que aparece depois como *formulação*, materializada no *intradiscurso*, resultado desse processo de “escolha” dos ditos e rejeição que vai resultar no não dito, cancelado. Não é esta uma região de inconsciência absoluta, corresponderia ao que Pêcheux chamou de esquecimento nº 2, que não oblitera a consciência e, por isso mesmo (como efeito que seria ideológico), traz o efeito de impressão de realidade: o tempo todo é possível retornar ao que é dito, antecipar, prever reações, especialmente considerando o interlocutor – espaço *imaginário da enunciação*. É quase como dizer que a característica da língua – sua sistematicidade e estruturalidade – é uma eterna dor de cabeça para a instalação de um ponto de vista discursivo. A grande diferença é que haveria sempre algo inacessível na enunciação: algo da ordem do inconsciente (esquecimento nº 1), que seria dominante e regularia, afinal, o dizer correspondente ao esquecimento nº 2 – que precisaria ser obnubilado para se chegar ao objeto discursivo. Enfim, o processo todo precisa suportar o que não é discursivo, para contrastá-lo com o que seria da ordem do discursivo.

O que ocorre no contexto do dialogismo bakhtiniano, tomado como princípio geral de funcionamento dos enunciados?

Antes, quero lembrar um trecho de Bakhtin (2003, p. 377-378) sobre a *com-*

preensão de obras, com a indiscutível participação do leitor/intérprete para a consecução do processo dialógico:

Nem os sentidos *do passado*, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. [...] Questão do grande tempo (2003, p. 410, grifo do autor).

‘Discurso’ em Bakhtin – e não nos bakhtinianos contemporâneos – seria, começando pela designação, *inexistente*, na análise de Sériot (2011, p. 223), em que seria incorreta a ideia de utilizar comumente a expressão “gêneros do discurso” (outros pesquisadores usam “gêneros de texto”). *Diskurs*, hoje, em russo, seria a palavra utilizada apenas para traduzir *discours* (francês) ou *discourse* (inglês), mas o (efeito de) sentido seria, para os russos, mais próximo de *estilo*. Esta parece uma das formas de dizer que a tradução trai a opacidade dos universos intelectuais. Mas a designação já é assumida na nomeação do campo de estudos. Sem questionar propriamente esse fato, *análise dialógica do enunciado* poderia ser um nome adequado e teoricamente elegante.

Qual a natureza e quais as características mais fundamentais do enunciado no dialogismo? O *enunciado* é unidade teórica: não é uma proposição, nem uma frase.⁵ É *unidade real da comunicação discursiva* (BAKHTIN, 2003[1979], p. 269), que apresenta limites definidos pela alternância dos sujeitos (falantes); conclusibilidade (seu término); e for-

mas estáveis de gênero. Pode-se especificar ainda (BAKHTIN, 2003[1979], p. 296-297):

- a) o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um campo [esfera];
- b) o enunciado não é indiferente a outros enunciados nem se basta a si mesmo;
- c) o enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados;
- d) o enunciado é sempre uma resposta aos enunciados precedentes de um campo (no sentido de rejeitar, confirmar, completar, basear-se neles);
- e) o enunciado comporta um elemento expressivo;
- f) o enunciado é pleno de atitudes em resposta a outros enunciados.

Relembrando que, no interdiscurso, na AD, o sentido não poderia estar constituído, sendo apenas memória, surge como relevante teoricamente a distinção feita em Bakhtin/Voloshinov (1979, 2ª parte, cap. 7, p. 114-122) entre significação e tema relativamente ao enunciado. Significação remeteria ao que é reiteável, consistindo em uma *identidade* e uma *estabilidade* reconhecidas de elementos de língua – não materialmente presentes, mas potenciais, da memória –, e tema remeteria ao que é realizado socio-historicamente pelo enunciado, único e irreduzível, nesse sentido, a uma análise linguística. Ou, ainda: significação é aparato técnico para a realização do tema. Assim evitaríamos, em AD, a formulação que prenuncia o sentido de

palavras, expressões, enunciados: *As palavras fazem sentido porque já tinham sentido [no interdiscurso]*.

Gêneros de discurso/de texto

Retomemos a questão que envolve o gênero (textual ou discursivo? Depende das perspectivas teóricas, mas não só delas). Na teoria dialógica de Bakhtin, um gênero está sempre associado a uma esfera social – um *campo* no interior da sociedade em que formas específicas se formam, se desenvolvem e se modificam. Elas são relativamente estáveis. Em AD, da mesma forma, a inscrição em um campo institucional é crucial, embora a caracterização *interacional* ou *sociointeracional*, típica da linha bakhtiniana, não lhe pareça suficiente ou adequada, ou seria indiferente ao que interessa analisar. Isso não impede que, ao selecionar material de análise, o analista escolha e utilize, comumente, uma designação de gênero: publicidade, propaganda, filme, reportagem, romance, poema... No tratamento, contudo, o gênero fica na sombra.

Certamente, os espaços institucionais gerenciam as formas/tipos de discurso passíveis de ocorrência em termos de gêneros, que, por outro lado, também podem constituir unidades abstratas (modelos) de construção textual, imagética, sonora, gestual, em conformidade com esses tipos, e não dispersar-se caoticamente por toda a sociedade.

Pêcheux escreveu, ao procurar caracterizar a *formação discursiva*, em *Semântica e discurso*:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que *pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (1988[1975], p. 160, grifo do autor).

Os gêneros, como ilustração, são apenas apontados entre parênteses, e não retornam. Portanto, não compõem uma unidade pertinente sobre a qual se deva ou se possa discutir. *Enunciado* ainda é a forma linguística preferida (ao lado de texto) na exposição de sequências que mereçam a consideração do analista.

Valeria a pena considerar o gênero nessa perspectiva discursiva?

Gêneros estão consubstanciados nas esferas ou campos de uso em que aparecem, com características inegáveis, embora não estabilizadas, ou melhor, existem numa escala em que se poderia dizer que há os mais estáveis e os menos estáveis, com várias configurações: os gêneros da ciência, os da religião, os da política, os da administração, os da educação, os da literatura, etc. Em Bakhtin, eles estão vinculados pelo dialogismo no processo comunicativo, considerados os inúmeros espaços de vivência em linguagem, em que ele observava exatamente o fenômeno da heteroglossia – a variedade dentro de uma mesma língua e por efeito de outras ou dialetos. Não são uma tipologia vazia; aliás, Pêcheux não tinha

interesse em tipologias, pelo menos no desenvolvimento de seu aparato teórico. Em AD, pouco se trabalha com tipologia. Entretanto, haveria ali um lugar para os gêneros, que poderiam fornecer um vínculo entre interdiscurso e intradiscurso, formulação, filiação e articulação nas manifestações discursivas nos campos institucionais de que são tributários, em substituição, possivelmente, à noção de *formação discursiva*, deslocada com o tempo até sofrer esvaziamento de sentido, pelo menos na própria teorização de Pêcheux.

Aliás, as práticas sociais desenvolvidas nos diversos campos institucionais, e também no dia a dia das trocas espontâneas, são reguladas – existe algo que entendemos como a *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1971). E então o gênero funciona como um modo de estabelecer os contatos e produz um efeito de governo (dispositivo) da fala e da escrita, bem como de outras semioses. Por isso mesmo, sofre, paralelamente à pressão para se estabilizar, o processo de deslizamento, de estilização, de apagamento ou hibridismo, ajustando-se ao direcionamento das trocas – e, especialmente, aos modos específicos de fazer sentido.

Além desses argumentos, assume-se que as atitudes de resposta em reação aos enunciados “diferenciam-se acentuadamente em função da distinção entre aqueles campos da atividade humana e da vida nos quais ocorre a comunicação discursiva. [...] O enunciado é pleno de *tonalidades dialógicas*, e sem levá-las

em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 298, grifo do autor). Ou seja, os campos institucionais, com suas características mais ou menos estabilizadas e suas próprias coerções relativamente ao funcionamento dos gêneros, comporiam esse grande espaço de criação, remodelação e deslocamento das formações genéricas.

A introdução dos gêneros na “esfera prosaica” da linguagem e sua divisão técnica em gêneros primários e gêneros secundários, explica Irene Machado (2005), são um ganho na concepção do dialogismo, mostrando a amplitude das formas culturais e seu processo de atravessamento, inclusive a própria formação dos gêneros secundários, aqueles que proliferam em sistemas formais específicos, como a ciência, a arte, a filosofia.

De outro modo, as esferas em que se distribuem os gêneros, numa sociedade, não são uma noção abstrata, mas se referem diretamente aos enunciados concretos produzidos nessas esferas (MACHADO, 2005, p. 156), e que refletem uma atitude ativa e responsiva dos participantes daquele espaço. Aliás, o momento específico de uma interação não é senão um pequeno elo na corrente do que se chama ali a comunicação discursiva e que, portanto, depende de um conjunto complexo da história e da memória que é seu entorno. Elo que, naquele momento, se fecha, produzindo enunciados; um elo é uma pequena parte, mas, em si mesmo, como enunciado,

apresenta-se como algo internamente preciso e acabado.

Mas elo não é apenas texto, como em AD não se olha apenas sua organização interna, que existe efetivamente. É como se o próprio texto fosse um invólucro, com seu suporte próprio, que manifestasse “discursos”, ou melhor, enunciados, como unidades discursivas, com sua complexidade histórica e ideológica. Afinal, gêneros se criam e se reformulam em processo, não em invenção datada. Como tais, eles apresentam, como padrão, seu próprio estilo de gênero na cultura circundante e sua efetivação sempre atualizada com, em cada momento de produção individual, sua forma *expressiva/apreciativa*.

Na perspectiva de Sobral: “Pode-se talvez dizer que o gênero é o continente do conteúdo que é o texto, já que o gênero incorpora textos e discursos, no âmbito das esferas de atividade, que são um componente essencial do conceito” (2008, p. 12). É uma forma, ainda, de diferenciar teoricamente *gêneros de discurso* e *gêneros de texto*, estes remetendo a formas específicas de textualização em sua expressão linguística, e aqueles à inserção global em lugares socio-históricos/ideológicos, como propõe Sobral. E, ainda, que textos incorporam potencialidade para a produção discursiva de sentido. As duas faces (materialidade linguística e funcionamento discursivo) interessam à análise de discurso, em sua perspectiva metodológica de oscilar entre descrição e interpretação, ao considerar as condições de produção discursiva.

A existência cultural do gênero está vinculada à dimensão espaçotemporal (a cronotopia). Embora Bakhtin tenha dedicado este tema do *grande tempo* às culturas e às civilizações quanto a suas criações artísticas, podemos fazer emergir aí o material contemporâneo e tudo o que compõe sua memória e desenhar os percursos possíveis de uma existência particular. De certa forma, é como perspectivar o acontecimento (tal como aparece em Pêcheux) – histórico e discursivo – que emerge de uma corrente do passado, produz um impacto e remete ao futuro possível.

Ademais, a possibilidade de criação de vínculos entre gêneros e culturas (heteroculturalidade) é absolutamente aberta.

Teorias inconciliáveis?

Bakhtin e Pêcheux são inconciliáveis? Sim, na medida em que sejam tomados isoladamente, em seu conjunto teórico e mesmo nas incontáveis instabilidades teóricas visíveis na sequência de sua evolução teórica e de seus interesses nos momentos específicos de produção. Não, se pensarmos nas noções e em seu desenvolvimento com objetivos atualizados em campos também específicos de interesse ou novos projetos.

Essa discussão não é nova. Veja-se Guilbert Thierry (2010),⁶ que tematiza a herança em trabalhos contemporâneos em análise do discurso na França. Ali, justamente, há uma quase total ausência da herança de Pêcheux, e o autor admite que os estudos discursivos não poderiam

limitar-se, hoje, meramente ao que Pêcheux priorizou – apesar da abertura que promoveu em seus últimos trabalhos (década de 1980). Thierry defende uma abordagem interdisciplinar que proceda, com novos instrumentos, a uma complementação a trabalhos antigos em que percepções pertinentes aparecessem.⁷ Então, ele defende a conciliação dos temas e conceitos de Pêcheux com epistemologias de outras abordagens discursivas, ainda que com abandono de algumas noções e reformulação de outras. Afinal, a teoria do discurso projetada por Pêcheux não foi plenamente bem-sucedida, e sabemos que o peso do materialismo histórico, uma de suas âncoras, foi amenizado num projeto que se pretendia renovado, apontando outras direções, o que ele fez ao reconhecer que a direção tomada não podia ser mantida. Sim, Pêcheux foi um pesquisador afeito a “retificações”, reconhecendo seu próprio dogmatismo epistemológico (sem usar a palavra, s.m.j.) e forçando – para quem pudesse entender – a direção de seu projeto, em amplitude e abertura.

Thierry (2010) aponta Bakhtin como uma das possibilidades (outra seria a análise crítica do discurso, com Fairclough). Pêcheux havia sido radical em suas pretensões quanto ao materialismo histórico, enquanto o grupo de Bakhtin, na Rússia, manifestava suas diferenças em relação à ideologia dita oficial. Thierry aproxima Pêcheux e Bakhtin quanto ao “esquecimento” subjetivo pela interpelação ideológica, remetendo a uma

passagem da *Estética da criação verbal*, capítulo sobre metodologia das ciências humanas, em que ele diz que ocorre um

[...] processo de esquecimento paulatino dos autores, depositários das palavras do outro. A palavra do outro se torna anônima, apropriam-se dela (numa forma reelaborada, é claro); a consciência se *monologiza*. [...] Ao monologizar-se, a consciência criadora é completada com palavras anônimas (BAKHTIN, 2003, p. 403).

Não, Bakhtin não introduz o inconsciente psicanalítico, embora ele reconheça que o “inconsciente”⁸ poderia ser um fator criativo no limiar da consciência e da palavra. Fica, no entanto, a indicação de que o processo ideológico é esquecido pelos sujeitos – embora a ideia do “isso fala”, trazida da psicanálise, seja inexistente.

Outro lado da questão que se discute é que, ao surgir na França, onde o estruturalismo predominava, Bakhtin é praticamente um estranho, “sem história”, como expressa Paveau (2010), e que começou a ser interpretado por Kristeva, Todorov e Jakobson. Estamos falando de dialogismo, e o que acontece no início dos anos 1980? O dialogismo se aclimatou rapidamente, a partir de uma entusiasmada pesquisadora: Authier-Revuz. Trabalhando com heterogeneidade(s) enunciativa(s) (AUTHIER-REVUZ, 1984), como tratou o tema, ela conseguiu articular o dialogismo com o interdiscurso (Pêcheux) e com o sujeito lacaniano, trazendo a *heterogeneidade* para o campo mesmo da linguística, e ela se estabeleceu muito facilmente no campo da AD.

Por isso, vejo que a interdiscursividade se legitimou nos estudos bakhtinianos e o dialogismo (e interacionismo sub-repticiamente), no campo da AD, porém sob a forma de *heterogeneidade* (que tem uma implicação epistemológica discutida por Paveau).

A ideia de *interação*, pressuposta em *dialogismo*, foi relegada por Pêcheux (1988, p. 87-94) em função da ressonância de *comunicação*, visto que também ocorre a não comunicação. Veja-se o tópico sobre língua e ideologia, que introduz o capítulo de *Semântica e discurso*, sobre a passagem da filosofia da linguagem a uma teoria materialista do discurso, o recorte em que ele admite, após considerar ser um erro de natureza *sociologista* (foi o termo usado), que já estaria na obra de Marx e Engels (1986), *A ideologia alemã* (em que, aparentemente, a língua estaria estabelecida como “meio de comunicação entre os homens”) –, que sim, deve-se entender que a língua permite comunicar e também não comunicar.

Em outra perspectiva, podemos dizer, com Barthes: “*A linguagem é também uma faculdade de conceitualização, de organização do mundo*”, é portanto muito mais que a simples comunicação. Os animais, por exemplo, comunicam-se muito bem entre si ou com o homem” (2005[1966], p. 96, grifo do autor). Ademais, a ideia de interação social pura e simples, concreta, trivial (ainda que por meio de suportes e meios variados), seria a exteriorização menos importante do processo, ao passo que o núcleo disso é a

dialogização interna, que por isso evoca a não visibilidade do interdiscurso, com seu tecido social implícito multifacetado.

O dialogismo, afinal, é um princípio geral do discurso, com um traço inicial de utopia, talvez, como explica Paveau (2010) quando admite que teria uma função “pacificadora”, uma tentativa de resguardar a socialidade da destruição de elos essenciais ao convívio. Parece claro a Emerson, no entanto, que “o princípio dialógico, tal como Bakhtin o assume, não se fia em muita coisa. O diálogo não é de forma alguma uma relação segura ou garantida” (2003, p. 278). Completei a discussão desses conflitos, em trabalho anterior, reafirmando (FURLANETTO, 2016, p. 103) que a face mais ampla do processo está na constitutividade da relação com a alteridade, tanto de caráter intertextual como interdiscursivo e cultural, manifestando-se por rastros.

A metalinguística bakhtiniana – ou translíngüística –, centrada exatamente no dialogismo, permite pensar a exterioridade (a história, a sociedade, a ideologia) nos moldes da exigência inicial de Pêcheux, ainda que a ideia de inconsciente no sentido psicanalítico, essencial no projeto de Pêcheux, nunca se tenha formulado – e, na verdade, mesmo contemporaneamente, em muitos casos fique apenas dormitando, assumido tacitamente e não experimentado analiticamente nas pesquisas. Uma translíngüística – algo como uma pragmática, se apegue à interação, ao processo de enunciação, já que o projeto

russo salientava o caráter fundamental do social. “O enunciado enquanto totalidade não se presta a uma definição nos termos da linguística (e da semiótica). O termo ‘texto’ não corresponde de maneira nenhuma à essência do conjunto todo do enunciado” (BAKHTIN, 2003, p. 371). O linguístico, olhado cruamente, é apenas materialidade do enunciado. Gênero, por sua vez, vincula-se a enunciado, não a texto em sua organização material. Daí que se compreenda que “gênero do discurso”, para nós, seja cabível. Mas, por que não admitir: *gênero do enunciado / gêneros de enunciação*?

A translíngüística, enfim, em seu caráter transdisciplinar, é, na perspectiva de Sobral (2010, p. 58), a que dou apoio, uma proposta filosófica que se resume em “semiótica da cultura”, como a nomina o autor, e que pode ser exposta, de modo sintético, como o espaço e o movimento cultural em que sujeitos criam e assumem sentidos para seu entorno, estabelecem um modo de viver o mundo e vão, aos poucos, transformando-o, trabalhando-o com sua avaliação social – e isso, contudo, sem homogeneização. Nesse contexto, o peso da linguagem, que carrega os sentidos e estabelece as relações, é enorme e tem necessariamente vínculo com a mobilidade de toda a cultura.

Finalizando

Não há como negar que o encapsulamento de indivíduos, grupos, sociedades e culturas, qualquer que seja o meio,

remete, no espaço e no tempo, a um previsível empobrecimento de todos os participantes. Há, certamente, para o equilíbrio de forças e para objetivos específicos, o que se entende como preservação de identidade – individual, social, cultural –, mas, como mesmo a identidade/identificação é fugaz, há lugares-tempos para esse exercício, e outros que com a preservação convivem, convidando à abertura e ao atravessamento: na construção de conhecimentos, na educação em geral, na cultura geral, porosa para sua própria vitalização. Isso se resume em *alteridade*, cuja denominação não exige plural.

A *conversação* científica, que leva a trabalhar não só a heterogeneidade de um campo, mas também a transdisciplinaridade, e que convive na educação formal, ainda que em sua forma disciplinar (as *matérias* de estudo), é fonte de abertura e encontros que prometem melhor compreensão daquilo que escolhemos como campo e como objeto de reflexão, que passam a ser mais bem compreendidos no espaço-tempo de outros campos e objetos de estudo, aos quais acedemos indiretamente, mas que dizem respeito, de perto ou de longe, a nossas vidas neste mundo.

Tendo apresentado e argumentado que razões teóricas e práticas podem justificar o uso de certas categorias teóricas, metodologias, enfim, perspectivas que podem mostrar-se, inicialmente, como contraditórias, mas que, mudando-se o ângulo e a “inspiração” em outros co-

nhecimentos (bem como a percepção do movimento da memória), visualizam-se aproximações produtivas, entendendo que a linguística aplicada pode absorver e aproveitar, na educação científica e prática, a articulação de categorias tais como as consideradas neste trabalho, com a promoção de um estudo paralelo de teorias. Necessita-se, a par disso, da compreensão de seus fundamentos, sem o que permanece o risco de juntar peças que não se encaixam.

A linguística aplicada, apesar do nome estereotipado, não se configura hoje como uma linguística (em seu entendimento clássico) aplicada a vários campos: é uma área complexa e com delineamentos teóricos e metodológicos próprios e apropriados a seus interesses e perspectivas. É, há muito, um campo que tem feito muitas articulações promissoras, espalhando conhecimento transdisciplinar necessariamente, visto que qualquer outro campo pode ser um lugar de aplicação de suas abordagens da linguagem (em sentido amplo) sem desconhecer o funcionamento daquele campo. Tratei, pois, de estudar certas categorias teóricas, estabelecer afinidades e diferenças, para investir justificadamente nas afinidades e aproximar a compreensão de questões emergentes para seu estudo.

Deixe-se especificado que o cruzamento de limites dos campos, se poderia, eventualmente, levar à instituição de uma interface ou de outro quadro conceptual (como em psicolinguística,

sociolinguística, linguística de *corpus*), não implica necessariamente esse interesse, bastando que se mantenha a coerência na articulação de aspectos das teorias, compatibilizando o uso de suas categorias e justificando o apelo feito. Na linguística aplicada, esse funcionamento é vantajoso, atendendo a necessidades específicas dos campos considerados, abrangendo todo o espaço de culturas.

Bakhtin and/with Pêcheux? Conditions for work in applied linguistics

Abstract

This work deals with seemingly contradictory categories, visualized in different theories – that of Bakhtin and his group (dialogical theory) and the discourse analysis of French origin –, but they deserve parallel study considering its historical encounter in Europe, due to the migration of a text written by the Russian researcher. On the one hand, it is given the assertion that it is impossible to reconcile the two theories; on the other hand, there are studies that reflect on the reasons why the two theories are used for the study of certain themes and fields by making approximations. The memory of these (dis)encounters may explain affinities and distances, and show that that theoretical resonances can be installed in those fields. This study aims to formulate arguments and provide practical reasons to the use of certain categories, simultaneously, in areas of language practice, such as applied linguistics. Thus, notions such as dis-

course, subject, ideology, memory, interdiscourse, heterogeneity and genre will be considered in this reflection.

Keywords: Discourse analysis. Dialogism. Applied linguistics.

Notas

- ¹ Este trabalho corresponde à comunicação oral apresentada no 4º Encontro Rede Sul Letras – Formação de redes em pesquisa, realizado pela Universidade do Sul de Santa Catarina – Palhoça, de 11 a 13 de maio de 2016.
- ² Possenti, mais especificamente, traça diferenças entre teorias de texto e teorias de discurso. Cito-o em função da ideia de conciliação ou não entre teorias. Sériot, privilegiando o contexto de produção dos escritos dos autores russos dos anos 1920-1930 e traduções, defende que não há relação entre as teses de Bakhtin e as de Pêcheux (até onde?); e que as supostas semelhanças encontradas por pesquisadores seriam mal-entendidos – um problema, diz Sériot, de desconhecimento da historicidade.
- ³ Pêcheux vai completar o raciocínio afirmando que o ritual de interpelação ideológica sempre vai apresentar falhas (trata-se, já, de um texto de retificação). Com esse raciocínio é que ele vai chegar à afirmação contundente de que “não há dominação sem resistência” (1988, p. 304).
- ⁴ Sobre essa questão, veja-se o artigo de Rodrigo Ielpo (2013): *Da crise de uma morte aos impasses da ressurreição*.
- ⁵ *Frase*, na perspectiva enunciativa de Benveniste, aparece como uma unidade discursiva, portanto de nível semântico (BENVENISTE, 1974, p. 224), ao passo que a unidade semiótica seria o signo, com seu valor geral e conceptual (1974, p. 219). Essas seriam as duas modalidades da função linguística: significar (o semiótico) e comunicar (o semântico).
- ⁶ As observações que apresento são exploradas em um trabalho publicado em coletânea sobre estudos dialógicos (FURLANETTO, 2016).
- ⁷ Exemplifico isso com o texto de Courtine (2016), *Analyse du discours, années zéro: quelques réflexions rétrospectives*, publicado no primeiro número da revista *Policromias*, de junho de 2016, sobre um trabalho antigo tratando de teoria e metodologia em AD, também publicado na revista (com tradução). Nesse novo

texto, um motivo crucial é a necessidade de recontextualização em função das transformações históricas da conjuntura ideológica de nascimento daquele trabalho (resultado de uma tese), no ambiente de transformação radical da estruturação do campo político interveniente (anos 1970 e início dos anos 1980). Para fazer sua arqueologia, Courtine (2016, p. 10, tradução minha) diz: “Não abordo mais hoje as coisas da mesma maneira, e não as formularia mais assim. Mas não renego nada”. E, mais adiante, ele diz que, apesar de tudo, há aspectos do trabalho que: “me parecem ter conservado sua pertinência, e por vezes antecipado vias de pesquisa que em seguida iriam se abrir” (2016, p. 12, tradução minha), tal como a de memória discursiva, que depois se abriu para a questão da memória coletiva e dos lugares de memória, nas pesquisas de historiadores.

- ⁸ Assim destacado por ele, a que acrescentei uma nota no trabalho: como se fosse “algo meio recusado, meio reconhecido, meio estranho”.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Tradução de Dirceu Lindoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages*, Paris, n. 73, p. 98-111, 1984. Disponível em: <http://persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1984_num_19_73_1167>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BAKHTIN, Mikhail/VOLOSHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. Prefácio de Leyla Perro-ne-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1984]. p. 57-64.

_____. Visualização e linguagem. In: _____. *Inéditos – Imagem e moda*. São Paulo: Martins Fontes, 2005[1966]. p. 88-97. v. 3.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997. p. 91-104.

BENVENISTE, Emile. La forme et le sens dans le langage. In: _____. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Editions Gallimard, 1974. p. 215-238.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours, années zéro: quelques réflexions rétrospectives. *Policromias*, Rio de Janeiro, a. 1, p. 9-13, jun. 2016.

EMERSON, Caryl. *Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Gallimard, 1971.

FURLANETTO, M. Marta. Texto, enunciado, ideologia – voltando no tempo pelo viés da crítica contemporânea. 2016. In: RODRIGUES, Rosângela Hammes; ACOSTA PEREIRA, Rodrigo. Estudos dialógicos da linguagem e pesquisas em linguística aplicada. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 67-107.

IELPO, Rodrigo. Da crise de uma morte aos impasses da ressurreição. *Revista Criação & Crítica*, São Paulo, n. 11, p. 48-60, nov. 2013. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-166.

MAINGUENEAU, Dominique. Entrevista concedida a Fernanda Mussalim e Roberto Leiser Baronas. *Linguasagem*, São Carlos, n. 10, set./out. 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao10/entrevista_maingueneau.php>. Acesso em: 12 jun. 2016.

MÁRKUS, György. *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. Tradução de Carlos Nelson

- Coutinho e Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (I – Feuerbach). Tradução de Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-176.
- NARZETTI, Claudiana Nair Pothin. *O percurso das ideias do Círculo de Bakhtin na análise do discurso francesa*. 2012. 262 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.
- PAVEAU, Marie-Anne. La norme dialogique. Propositions critiques en philosophie du discours. *Semen*, Besaçon, n. 29, p. 141-159, 2010. Disponível em: <<http://semen.revues.org/8793>>. Acesso em: 9 fev. 2015.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora Unicamp, 1988[1975].
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- _____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora Unicamp, 1990a.
- _____. Lecture et mémoire: Projet de recherche. In: MALDIDIER, Denise. *L'inquiétude du discours*. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés para Denise Maldidier. Paris: Editions des Cendres, 1990b. p. 285-293.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora Unicamp, 1990. p. 163-252.
- PLON, Michel. Analyse du discours (de Michel Pêcheux) vs analyse de l'inconscient. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO – SEAD, 1, 2003. *Anais...* Porto Alegre: Ufrgs, 2003.
- POSSENTI, Sírío. Teorias de texto e de discurso: inconciliáveis? *Gragoatá*, Niterói, n. 29, p. 23-34, 2010.
- SÉRIOT, Patrick. Pourquoi Bakhtine n'est pas Pêcheux: un grand malentendu sur l'Analyse de Discours. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; dos SANTOS, Gabriel Leopoldino; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade (Org.). *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre*. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG Editores, 2011. p. 221-230.
- SOBRAL, Adail. *Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em ciências humanas*. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 103-121.
- _____. As relações entre texto, discurso e gênero: uma análise ilustrativa. *Revista Intercâmbio*, São Paulo, v. XVII, p. 1-14, 2008.
- _____. A estética em Bakhtin (literatura, poética e estética). In: DE PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grenissa (Org.). *Círculo de Bakhtin, teoria inclassificável*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 53-88. (Série Bakhtin – Inclassificável, v. 1).
- THIERRY, Guilbert. Pêcheux est-il réconciliable avec l'analyse du discours? Une approche interdisciplinaire. *Semen*, Besaçon, n. 29, p. 127-139, 2010. Disponível em: <<http://semen.revues.org/8803>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

Diretrizes para autores

Normas para apresentação dos originais

Observação

Desenredo publica trabalhos inéditos de professores e pesquisadores, vinculados a programas de pós-graduação em Letras e áreas afins, de instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais. No caso de trabalhos em coautoria, mesmo que haja autor(es) que esteja(m) cursando o doutorado ou o mestrado, um dos autores, necessariamente, deve possuir o título de doutor e estar vinculado a um programa de pós-graduação *stricto sensu* na área.

Os artigos deverão ser inéditos e conter entre 15 e 20 páginas. O autor deve anexar ao seu texto uma breve nota biográfica indicando o seu nome completo, local em que leciona e/ou pesquisa, sua área de atuação e e-mail. Utilizar o sistema SEER da Revista para submeter o artigo. Os trabalhos encaminhados serão submetidos à aprovação dos membros da Comissão Editorial e/ou do Conselho Editorial. Os conceitos emitidos nos artigos serão de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião dos pareceristas que integram a Comissão e o referido Conselho. A revista não se compromete em devolver os originais recebidos após o processo de análise. Uma vez aceito artigo submeti-

do, o autor não pode publicar novamente texto na Revista sem que tenha passado o período de um ano desde sua última publicação, nem submeter dois artigos, ainda que em co-autoria, na mesma edição. Mesmo os artigos que tenham sido aprovados para a publicação com ressalva ou inteiramente, podem vir a não ser publicados em função do volume de textos recebidos e do número limite de textos em cada edição. As provas com ajustes para a preparação da versão final para publicação serão enviadas ao(s) autor(es) correspondente(s) e deverão ser devolvidas dentro de um prazo máximo de 72 horas através da área do usuário da plataforma Seer.

Apresentação do texto

Para efeito de padronização gráfica, os trabalhos deverão seguir, rigorosamente, as normas abaixo especificadas, sob o risco de não serem aceitos, independentemente da adequação do conteúdo.

1. O trabalho deverá ser apresentado na seguinte sequência: título; nome(s) do(s) autor(es); resumo; palavras-chave; texto (seções obrigatórias: introdução; fundamentação teórica: (títulos e subtítulos), metodologia/procedimentos metodológicos, resultados e análise; considerações

- finais/conclusão; título abstract ou résumé; título do artigo na língua estrangeira escolhida; texto do abstract ou résumé; keywords ou mots-clé; notas; referências.
2. O texto deve vir acompanhado de e-mail dos autores, obrigatoriamente.
 3. A primeira página deve incluir o título, centralizado, em negrito, corpo 16, somente a primeira letra maiúscula; nome(s) do(s) autor(es), em itálico, somente as iniciais em maiúsculas, duas linhas abaixo do título à direita, com asterisco remetendo ao pé da página para identificação do Programa de Pós-Graduação (indicar a qualificação do docente; se discente, mestrando ou doutorando) a que o autor pertence e e-mail; resumo (a palavra Resumo em itálico, três linhas abaixo do nome do autor, seguida do resumo propriamente dito, duas linhas abaixo da palavra Resumo, corpo 10, espaço simples, apresentado num único parágrafo de, no mínimo, 7 linhas e, no máximo, 10 linhas); palavras-chave (Palavras-chave em itálico, seguida de dois pontos, duas linhas abaixo do fim do resumo; devem ser separadas entre si por ponto; mínimo de três e máximo de cinco palavras-chave, corpo 10).
 4. Tipo de letra corpo do texto: Times New Roman, corpo 12.
 5. Espaçamento: espaço simples entrelinhas e parágrafos; espaço duplo entre partes, tabelas, ilustrações, etc.
 6. Adentramento: 1 cm para assinalar parágrafos.
 7. Citações textuais:
 - a) até 3 linhas: marcadas entre aspas no corpo do texto;
 - b) com mais de 3 linhas: justificadas e recuadas em 1 cm, sem aspas, corpo 10.
 8. Subtítulos: centralizados, em negrito, somente a primeira letra maiúscula; sem numeração, corpo 14; introdução, conclusão, notas e referências seguem o mesmo padrão.
 9. A palavra Abstract ou Résumé em itálico, duas linhas abaixo do final do texto. Duas linhas abaixo da palavra Abstract ou Résumé deve constar a versão em inglês ou francês do título do artigo. O corpo do Abstract ou Résumé segue a mesma formatação do resumo: corpo 10, mínimo de sete e máximo de dez linhas; as palavras Keywords ou Mots-clé, duas linhas abaixo do final do texto do Abstract ou Résumé, em itálico, seguidas de dois pontos, mínimo de três e máximo de cinco palavras.
 10. Ilustrações, tabelas e outros recursos visuais: deverão ter identificação completa (títulos - espaçamento simples, fonte 12, alinhamento justificado; legendas e fontes - espaçamento simples, fonte 10, alinhamento justificado) e ser numeradas consecutivamente, inseridas o mais próximo possível da menção no texto. Por se tratar de publicação em preto e branco, recomenda-se, na elaboração de gráficos, uso de texturas no lugar de cores. Em caso de fotos ou ilustrações mais elaboradas, deverá ser enviado arquivo anexo com os originais. Tabelas e quadros deverão estar no formato de texto, não como figura. Imagens e/ou ilustrações deverão ser enviadas como “Documentos suplementares” em arquivo à parte, no formato JPG, ou TIF, em alta resolução (no mínimo 300 dpi). O autor é responsável pela autorização de publicação da imagens, bem como pelas referências correspondentes.
 11. Siglas: na primeira vez em que forem mencionadas, devem, antes de constar entre parênteses, ser escritas por extenso, conforme exemplo: Universidade de Passo Fundo (UPF).
 12. Notas: deverão ser utilizadas apenas as de caráter explicativo e/ou aditivo. Não serão aceitas notas de rodapé (converter em notas de fim).

13. Anexos: caso existam, devem ser colocados antes das referências, precedidos da palavra ANEXO, sem adentramento e sem numeração.
14. Destaques: deverá ser usado itálico para palavras estrangeiras com emprego não convencional, neologismos e títulos de obras/periódicos.
15. Citações: deverão obedecer à forma (SOBRENOME DO AUTOR, ANO) ou (SOBRENOME DO AUTOR, ANO, p. xx). Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, deverão ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (SOBRENOME DO AUTOR, ANOa, p. xx) e (SOBRENOME DO AUTOR, ANOb). As citações com mais de três linhas devem constar sempre em novo parágrafo, em corpo 10, sem aspas, com espaçamento entrelinhas simples e recuo de 1 cm na margem esquerda. Deverá ser adotado uso de aspas duplas para citações diretas no corpo de texto (trechos com até três linhas). No caso de mais de três autores, indicar sobrenome do primeiro seguido da expressão latina et al. (sem itálico). A referência reduzida deverá ser incluída após a citação, e não ao lado do nome do autor, conforme exemplo: De acordo com Freire, “[...] o educador problematizador (re)faz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscitividade dos educandos” (1987, p. 69).
16. Referências: deverão constar, exclusivamente, os textos citados, em ordem alfabética pelo nome do autor, seguindo as normas da ABNT. Deverá ser adotado o mesmo padrão em todas as referências: logo após o sobrenome, que será grafado em caixa-alta, apresentar o nome completo ou apenas as iniciais, sem misturar os dois tipos de registro (FREIRE, Paulo ou FREIRE, P.).

Exemplos de referências mais recorrentes:

Livros:

SOBRENOME, Nome. *Título do livro*: subtítulo. Número de edição. Cidade: Editora, ano.

Capítulos de Livros:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). *Título do livro*: subtítulo. Número de edição. Cidade: Editora, ano. p. xx-yy. (página inicial – final do capítulo).

Artigos em periódicos:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Nome do Periódico*, Cidade, v. ____ e/ou ano (ex.: ano 1), n. ____, p. xx-yy (página inicial - final do artigo), mês abreviado. ano.

Textos de publicações em eventos:

SOBRENOME, Nome. Título. In: NOME DO EVENTO, número da edição do evento em arábico, ano em que o evento ocorreu, cidade de realização do evento. *Tipo de publicação* (anais, resumos, relatórios). Cidade: Editora, ano. p. xx-yy (página inicial - final do trabalho).

Dissertações/Teses:

SOBRENOME, Nome. *Título da D/T*: subtítulo. Ano. Número folhas. Dissertação/Tese (Mestrado em.../Doutorado em...) – Nome do Programa de Pós-Graduação ou Faculdade, Nome da IES, Cidade, Ano.

Sites:

AUTOR(ES). *Título* (da página, do programa, do serviço, etc.). Versão (se houver). Descrição física do meio. Disponível em: <http://...>. Acesso em: dd(dia). mês abreviado. aaaa(ano).

Endereço para envio de correspondências

Universidade de Passo Fundo
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
(IFCH)
Programa de Pós-Graduação em Letras
(PPGL)
Prédio B3 – Sala 106 – *Campus I*
Bairro São José – BR 285 – Km 292
Caixa Postal 611 – CEP 99052-900
Passo Fundo - RS
Fax: (54) 3316-8125
E-mail: ppgletras@upf.br

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapasse os 2MB).
3. Todos os endereços de URLs no texto (ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.
4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em *Diretrizes para autores*, na seção Sobre a Revista.

6. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, para avaliação por pares (ex.: artigos). Em caso de citação de autores, "Autor" e ano são usados na bibliografia e notas de rodapé, ao invés de Nome do autor, título do documento, etc.

Declaração de Direito Autoral

Declaro que o presente artigo é original, não tendo sido submetido à publicação em qualquer outro periódico nacional ou internacional, quer seja em parte ou em sua totalidade. Declaro, ainda, que uma vez publicado na revista DESENREDO, editada pela Universidade de Passo Fundo, o artigo jamais será submetido por mim ou por qualquer um dos demais coautores a qualquer outro periódico. Através deste instrumento, em meu nome e em nome dos demais coautores, porventura existentes, cedo os direitos autorais do referido artigo à Universidade de Passo Fundo e declaro estar ciente de que a não observância deste compromisso submeterá o infrator a sanções e penas previstas na Lei de Proteção de Direitos Autorais (Nº 9609, de 19/02/98).

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.